**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

AYALA RODRIGUES OLIVEIRA PELEGRINE

**DITADURA MILITAR E VIOLÊNCIA DE GÊNERO INSTITUCIONAL NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (1971-1973)**

**VITÓRIA
2022**

AYALA RODRIGUES OLIVEIRA PELEGRINE

**DITADURA MILITAR E VIOLÊNCIA DE GÊNERO INSTITUCIONAL NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (1971-1973)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do grau de Doutora em História, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Nader e coorientação do Prof.^o Dr.^o Pedro Ernesto Fagundes.

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

P381 PELEGRINE, AYALA RODRIGUES OLIVEIRA, 1984-
& Ditadura militar e violência de gênero institucional na
Universidade Federal do Espírito Santo / AYALA RODRIGUES
OLIVEIRAPELEGRINE. - 2021.
141 f.

Orientadora: Maria Beatriz Nader.

Coorientador: Pedro Ernesto Fagundes.

Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ditadura militar. 2. Violência de gênero institucional.
3. Universidade Federal do Espírito Santo. I. Nader, Maria Beatriz.
II. Fagundes, Pedro Ernesto. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

AYALA RODRIGUES OLIVEIRA PELEGRINE

**DITADURA MILITAR E VIOLÊNCIA DE GÊNERO INSTITUCIONAL NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (1971-1973)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas. Aprovada em ___ de _____ de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Nader
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo
Coorientador

Prof^a. Dr^a. Lana Lage da Gama Lima
Universidade Estadual do Norte Fluminense

Prof^a. Dr^a. Brunela Vieira de Vicenzi
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Mirela Marin Morgante
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Para minha preciosa filha, Vitoria.

A tortura faz calar. Ela faz calar as vítimas, os torturadores em um mesmo silêncio, mas também faz calar os que a autorizam, que a encorajam, a programam, com o objetivo explícito de manter opacos seus estratagemas. A tortura é um destes *faits maudits* que pertencem à face oculta e escondida da espécie humana.

Françoise Sironi

AGRADECIMENTOS

Na realização deste trabalho, agradeço primeiramente à Elizabete Santos Madeira, Laura Maria da Silva Coutinho, Maria Madalena Frechiani e Mirian Azevedo de Almeida Leitão. Essas mulheres, que figuram aqui como objetos da pesquisa, ocupam lugar de destaque na história espírito-santense e brasileira. Não somente por terem tido a coragem de lutar contra a ditaduramilitar quando ainda eram jovens universitárias da única instituição acadêmica e pública capixaba. Mas, lamentavelmente, por também terem sido vítimas da implacável violência de gênero praticada pelo Estado militar.

Agradeço a essas mulheres porque decidiram romper o silêncio e falar. Se Françoise Sironi ponderou que a tortura faz calar torturadores e vítimas, Elizabete, Laura, Maria e Mirian provaram que falar sobre as severas violências sofridas pode produzir outros efeitos. Ao acessarem suas memórias, suas esperanças, seus traumas ao tornarem-nos públicos, elas provaram que, além de auxiliar a curar as feridas, o ato de comunicar pode incentivar a promover, em um sistema democrático, medidas efetivas que contribuam para a não repetição de práticas violentas.

Agradeço à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo, na figura de seu coordenador, prof. Pedro Ernesto Fagundes – coorientador desta pesquisa. Os trabalhos investigativos da CVUFES trouxeram à tona o testemunho oral de vários ex-estudantes da Universidade, mulheres e homens militantes que foram vítimas da tortura ditatorial, incluindo Elizabete, Laura e Maria. Pude fazer parte dos trabalhos de investigação e redação da Comissão entre os anos de 2014 e 2016, durante o curso do Mestrado, e a experiência foi de grande valia para minha formação e para o desenvolvimento desta tese.

Sou muito grata a minha orientadora, profa. Dra. Maria Beatriz Nader, por ter me acolhido com cordialidade e compreensão no Laboratório de Estudos em Gênero, Poder e Violência (LEGPV), que coordena. Embora não tenhamos tido contato anterior, durante minha jornada acadêmica, devo dizer que Bia conduziu minha iniciação no universo do gênero com maestria, ao que fico profundamente agradecida. Igualmente, agradeço ao meu coorientador, prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes, pela parceria, pela amizade e pelo incentivo fortemente construídos desde a orientação durante o Mestrado.

Aos colegas do LEGPV, agradeço pelo companheirismo, especialmente à Luciana Silveira, Alex Ferrari e João Barbosa, com quem pude compartilhar sorrisos e angústias, leituras e memes. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa de Doutorado. Igualmente, sou grata à secretaria, à coordenação e aos professores e às professoras do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da UFES.

Por fim, agradeço a Deus pela força que habita em mim e me ampara. Agradeço a minha mãe, Maria Luiza Oliveira Pelegrine, a meu pai, Nilson Lucio Rodrigues Pelegrine, e a meu irmão, Leon Mázala Oliveira Pelegrine. Sou grata a Fabio Oliver, por acreditar antes mesmo do início. Agradeço a amigos, amigas e familiares que, de alguma maneira, me apoiaram no curso deste trabalho e da vida.

RESUMO

Esta pesquisa pretende investigar a violência de gênero institucional praticada pelo Estado militar brasileiro contra as estudantes e militantes políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) entre os anos de 1971 a 1973, auge da repressão da ditadura contra a chamada subversão. Nessa ofensiva, as universidades públicas foram representadas pelos agentes do Estado como ventres de ideias comunistas e de práticas contrárias à moralidade, o que justificou, aos olhos militares, extrapolar os limites de suas atribuições legítimas e cometer inestimáveis violações contra os direitos de homens e mulheres. Às mulheres universitárias que arriscavam a luta contra a ordem ditatorial, coube o peso ainda mais copioso da tortura empreendida pelos agentes estatais – majoritariamente homens, vale mencionar –, pois elas violavam a ordem política e ademais a ordem de gênero e sexualidade sedimentada pelo patriarcado. Para compreender o caráter específico da violação contra as mulheres, esta pesquisa busca elementos no percurso histórico da ideologia patriarcal no Brasil e se vale da categoria violência de gênero institucional, entendendo que a sistematização da tortura pelo Estado militar esteve ancorada na manipulação das definições patriarcais de feminilidade e masculinidade. Como fundamento teórico, propõe-se o diálogo entre a História Cultural e a Nova História Política no sentido de compreender como as representações de gênero patriarcais produziram um imaginário que forneceu sentido a ações, comportamentos, discursos e dispositivos políticos compartilhados pelos militares, os quais tinham intenção de controlar corpos, comportamentos e papéis sociais das mulheres. Finalmente, o fundamento metodológico da pesquisa situa-se na Análise de Conteúdo, em seu direcionamento para o tratamento de fontes documentais baseadas na subjetividade predominante nos relatos qualitativos, como a memória.

Palavras-chave: Ditadura militar; Violência de gênero institucional; Memória; Universidade Federal do Espírito Santo.

ABSTRACT

This research aims to investigate the institutional gender violence practiced by the Brazilian military state against students and political activists at the Federal University of Espírito Santo (UFES) between 1971 and 1973, the height of the dictatorship's repression against the so-called subversion. In this offensive, public universities were represented by state agents as wombs of communist ideas and practices contrary to morality, which justified, in military eyes, extrapolating the limits of their legitimate attributions and committing priceless violations against the rights of men and women. University women who risked the fight against the dictatorial order were given the even more copious weight of torture undertaken by state agents – mostly men, it is worth mentioning –, as they violated the political order and, in addition, the order of gender and sexuality sedimented by patriarchy. To understand the specific character of rape against women, this research seeks elements in the historical course of patriarchal ideology in Brazil and uses the category institutional gender violence, understanding that the systematization of torture by the military State was anchored in the manipulation of patriarchal definitions of femininity and masculinity. As a theoretical foundation, the dialogue between Cultural History and New Political History is proposed in order to understand how patriarchal gender representations produced an imaginary that provided meaning to actions, behaviors, discourses and political devices shared by the military, which had intention to control women's bodies, behaviors and social roles. Finally, the methodological foundation of the research lies in the Analysis of Content, in its direction for the treatment of documentary sources based on the predominant subjectivity in qualitative reports, like memory.

Keywords: Military dictatorship; Institutional gender violence; Memory; Federal University of Espírito Santo.

RIPRENDERE

Questa ricerca si propone di indagare la violenza di genere istituzionale praticata dallo stato militare brasiliano contro studenti e attivisti politici presso l'Università Federale dell'Espírito Santo (UFES) tra il 1971 e il 1973, al culmine della repressione della dittatura contro la cosiddetta sovversione. In questa offensiva, le università pubbliche furono rappresentate da agenti statali come grembi di idee e pratiche comuniste contrarie alla morale, che giustificavano, agli occhi dei militari, estrapolando i limiti delle loro legittime attribuzioni e commettendo inestimabili violazioni contro i diritti di uomini e donne. Le donne universitarie che hanno rischiato la lotta contro l'ordine dittatoriale hanno ricevuto il peso ancora più copioso delle torture intraprese da agenti statali – per lo più uomini, vale la pena ricordare –, poiché hanno violato l'ordine politico e, inoltre, l'ordine del genere e della sessualità sedimentato dal patriarcato. Per comprendere il carattere specifico dello stupro contro le donne, questa ricerca ricerca elementi nel corso storico dell'ideologia patriarcale in Brasile e utilizza la categoria violenza di genere istituzionale, comprendendo che la sistematizzazione della tortura da parte dello Stato militare era ancorata alla manipolazione delle definizioni patriarcali di femminilità e mascolinità. Come fondamento teorico si propone il dialogo tra Storia Culturale e Nuova Storia Politica per comprendere come le rappresentazioni patriarcali di genere producessero un immaginario che dava senso ad azioni, comportamenti, discorsi e dispositivi politici condivisi dai militari, che avevano l'intenzione di controllare le donne corpi, comportamenti e ruoli sociali. Infine, il fondamento metodologico della ricerca risiede nell'Analisi del Contenuto, nella sua direzione per il trattamento delle fonti documentarie sulla base della soggettività predominante nei resoconti qualitativi, come la memoria.

Parole chiave: dittatura militare; violenza di genere istituzionale; Memoria; Università Federale dell'Espírito Santo.

LISTA DE SIGLAS

Abin – Agência Brasileira de Inteligência
ADESG/ES – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AI – Ato Institucional
AI-1 – Ato Institucional n.º 1
AI-5 – Ato Institucional n.º 5
ALN – Ação Libertadora Nacional
AN – Arquivo Nacional
AP – Ação Popular
AP – Amapá
APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informação
AI – Ato Institucional
ASI – Assessoria de Segurança e Informação
BC – Batalhão de Caçadores
CAAIS – Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas
CCS – Centro de Ciências da Saúde
CEFD – Centro de Educação Física e Desportos
CCHN – Centro de Ciências Humanas e Naturais
CCJE – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Cenimar – Centro de Informações da Marinha
CGI – Comissão Geral de Investigações
CGIPM – Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIE – Centro de Informações do Exército
CIEEx – Centro de Informações do Exterior
CISA – Centro de Informações da Aeronáutica
CNS – Conselho Nacional de Segurança
CNV – Comissão Nacional da Verdade
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA – Comando de Libertação Nacional
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CSN – Conselho de Segurança Nacional

CT – Centro Tecnológico

CVUFES – Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo

DA – Diretório Acadêmico

DAOCS – Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DEE – Diretório Estadual Estudantil

DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública

DINPO – Divisão de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNE – Diretório Nacional dos Estudantes

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Delegacia Estadual de Ordem Política e Social

DPF – Departamento de Polícia Federal

DSIs – Divisões de Segurança e Informações

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ESG – Escola Superior de Guerra

FAFI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

GO – Goiás

GT – Grupo de Trabalho

Ipase – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado

IPM – Inquérito Policial Militar

JUC – Juventude Universitária Católica

LAI – Lei de Acesso à Informação

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ME – Movimento Estudantil

MEC – Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

NEAD – Núcleo de Ensino à Distância

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PF – Polícia Federal
PM – Polícia Militar
PR – Paraná
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
RSAS – Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos
RU – Restaurante Universitário
SC – Santa Catarina
SISNI – Sistema Nacional de Informações
SNI – Serviço Nacional de Informações
SP – São Paulo
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEE – União Estadual Estudantil
UEE/ES – União Estadual Estudantil do Espírito Santo
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1. ENTRECruzamentos Históricos da Violência de Gênero Institucional no Brasil.....	33
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS VIOLÊNCIAS	33
1.2 DA COLÔNIA À REPÚBLICA: O PERCURSO DO PATRIARCADO.....	42
1.3 A TORTURA DA DITADURA MILITAR COMO VIOLÊNCIA DE GÊNERO INSTITUCIONAL.....	48
CAPÍTULO 2. MEMÓRIA TRAUMÁTICA, DIREITO À VERDADE E FONTES HISTÓRICAS.....	58
2.1 A LONGA BATALHA PELA ABERTURA DOS ARQUIVOS DA DITADURA NO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO.....	58
2.2 AVANÇOS POSSÍVEIS: MEMÓRIAS REVELADAS, LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE.....	65
2.3 COMISSÕES DA VERDADE UNIVERSITÁRIAS: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.....	82
CAPÍTULO 3. VIOLAÇÕES CONTRA OS DIREITOS HUMANOS DAS MILITANTES POLÍTICAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.....	90
3.1 ONDAS REPRESSIVAS NA UNIVERSIDADE CAPIXABA.....	90
3.2 VIOLAÇÕES CONTRA AS MILITANTES NA TERCEIRA ONDA REPRESSIVA....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129
LEGISLAÇÃO.....	138
FONTES PRIMÁRIAS.....	141

INTRODUÇÃO

Pensar o fenômeno da violência de gênero no Brasil contemporâneo implica analisá-lo a partir de uma perspectiva histórica que o relacione aos direitos básicos garantidos pelo Estado e ao sistema cultural que atravessa a sociedade brasileira desde sua formação, o patriarcado.

Esse sistema sobrevive através do tempo graças a uma teia de tradições, valores, costumes e hábitos que se entrelaçam e mantêm sua engrenagem¹. De acordo com Maria Beatriz Nader², a violência de gênero – em suas manifestações privadas ou públicas – fere diretamente os direitos humanos e é produto direto do sistema cultural patriarcal, que transforma as diferenças de gênero e sexualidade em desigualdades hierárquicas e de poder. Uma vez que o patriarcado dá origem a relações de hierarquia entre seres sexualmente distintos, ele transforma relações sexuais em relações sociais desiguais, produzindo identidades de gênero e papéis sociais conforme o sexo.

Em seu seio, sobrevivem representações dicotômicas do feminino, as quais produzem e justificam a submissão das mulheres em relação aos homens. Ao mesmo tempo que ligam-nas ao papel de filhas bem guardadas, esposas dedicadas e mães ideais de filhos legítimos, guardiãs da moral e da honra da família, relacionam-nas aos impulsos irracionais da natureza humana, às paixões, às emoções, à passividade e à necessidade de controle dos instintos pela violência.

Aos homens, o sistema patriarcal atribui características como a honra, a potência da sexualidade, o poder, o domínio, o sentimento de posse, o papel de guardião do poder, da cultura, da razão e da justiça. Eles são os únicos a ter condições de ocupar e administrar o espaço público, concentrando o protagonismo social e os valores materiais. Naturalmente, detém a liderança na família, possuindo a capacidade da tomada de decisões e o monopólio da violência.

No Brasil, o patriarcado desenvolveu-se a partir da configuração familiar típica do período colonial, cujas características centrais, conforme Sérgio Buarque de Holanda³, incluíam a

¹ COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em Revista*, v. 10, n. 10, 2017.

² NADER, Maria Beatriz. Violência sutil contra a mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Org.). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes, PPGHIS, 2006.

³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

família extensa ou grande parentela, o sistema hierárquico, a autoridade paterna prevalecente, a monogamia e a indissolubilidade do casamento. Posteriormente, adaptou-se à família nuclear, a qual, de acordo com Roosenberg Alves⁴, surgiu a partir do desenvolvimento da burguesia urbana no século XIX e caracterizou-se pela composição apenas do núcleo principal, composto pelo chefe da família, o pai, a esposa, a mãe e os filhos legítimos.

A ideologia patriarcal produziu forte hierarquia entre os sexos no Brasil. De um lado, os papéis sociais masculinos são, via de regra, associados às atividades políticas e ao mundo do trabalho, garantindo ao homem o protagonismo social. De outro lado, os papéis sociais femininos, tradicionalmente, são ligados às atividades reprodutoras e domésticas. Assim, o lugar da mulher é conectado ao cuidado com a casa e com a família – marido e filhos –, ao passo que o lugar do homem às atividades políticas, de provimento e proteção dos membros da família. Portanto, apesar de histórico, relacional e mutável, o patriarcado brasileiro cristalizou padrões de comportamento moralmente aceitos e papéis sociais ideais a serem cumpridos pelos gêneros masculino e feminino⁵.

Heleieth Saffioti e Suely de Almeida⁶ afirmam que o fenômeno da violência de gênero se apresenta em todas as sociedades patriarcais. Ele possui como elemento distintivo a prática da violência masculina contra a mulher. Para as autoras, esse tipo de violência não reconhece fronteiras, porquanto atravessa todas as classes sociais, econômicas e culturais, ocorre em qualquer espaço, privado ou público, e em qualquer fase da vida da mulher.

Logo, em seu caráter multifacetado, a violência de gênero espelha as desigualdades características das relações sociais de gênero e as relações de poder estabelecidas no cerne do patriarcado. Os comportamentos e papéis sociais historicamente assimilados por mulheres e homens no interior desse sistema cultural induzem a relações violentas entre os sexos. Tais comportamentos e papéis não são fruto da natureza humana, mas sim do processo de socialização dos indivíduos no bojo da ideologia patriarcal.

⁴ ALVES, Roosenberg Rodrigues. Família patriarcal e nuclear: conceito, características e transformações. *Anais do 2.º Seminário de Pesquisa da Pós-graduação em História UFG/UCC*. Goiânia: V. 2. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09_RoosenbergAlves.pdf. Acesso em: 26 mai. 2019.

⁵ NADER, Maria Beatriz et al. A violência contra as mulheres em Vitória (ES): caminhos para a compreensão e enfrentamento do problema. In: FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva; RODRIGUES, Alessandro; MONZELI, Gustavo. *A política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa*. Vitória: Edufes, 2016.

⁶ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely. *Violência de Gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

No domínio privado, sabe-se que o vetor de ocorrência da violência de gênero se reproduz no sentido homem-mulher. Ultrapassando as fronteiras do privado, a violência de gênero também se concretiza nas relações de poder que se constituem no domínio público. Nesses termos, em conformidade com Encarna Bodelón⁷, define-se a categoria violência de gênero institucional em foco nesta pesquisa: prática da violação de direitos de mulheres em que o Estado, seus agentes e aparelhos figuram diretamente como autores, por ação, por omissão ou por possuírem qualquer responsabilidade.

A violência de gênero institucional manifesta um tipo de violência que nasce das instituições formais do Estado constituído ou de seus aparelhos funcionais – portanto, conta com o manto da legalidade e da legitimidade para a aplicação da força e da coação –. Uma vez definida como a afirmação da força por imposição física, bélica ou jurídica, por imposição da norma que não se discute e nem se modifica democraticamente, esses atributos lhe conferem um caráter abusivo. Sua investigação possibilita deslindar a influência de elementos integrantes da cultura política compartilhada pelo grupo social que a comete e que torna sua práxis política uma expressão autoritária de poder.

Analisar a violência de gênero institucional oportuniza elucidar de que forma ela emerge da questão da alteridade. Segundo Tânia Mara Campos de Almeida⁸, essa categoria de violência não está ligada a práticas de fazer sofrer ou aniquilar o outro considerado igual ou visto nas mesmas condições de existência e valor que seu perpetrador. A centralidade das ações violentas – físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais – praticada pelos agentes públicos incide sobre a alteridade da mulher. Ou seja, baseia-se em representações coletivas acerca do feminino, as quais produzem um imaginário em que se reconhecem as diferenças entre os sexos, mas, sobretudo, ressalta-se a condição de inferioridade da mulher.

No diálogo entre a Nova História Política e a História Cultural, reside a compreensão do modo que tais elementos simbólicos, como as representações coletivas, o imaginário social e a cultura política de determinado grupo social, são produzidos e entrelaçados nas redes de sociabilidade dos atores políticos, fornecendo sentido a seus comportamentos e suas ações.

⁷ BODELÓN, Encarna. Violencia institucional y violencia de género. *Revista de la Universidadde Granada*. Anales de la Cátedra Francisco Suárez, v. 48, p. 131-155, 2015.

⁸ ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 329-340, 2014.

Elementos culturais compartilhados, como leitura do passado, aspirações para o futuro, representações coletivas e imaginário social, base filosófica e leitura do passado, visão sobre como deve se organizar o Estado, projeto de sociedade ‘ideal’, vocabulário comum e capaz de sustentar discursos, ritos e símbolos, inimigos comuns, entre tantos outros, configuram uma trama complexa que orienta a realidade empírica dos atos políticos. Logo, as origens de determinadas formas de ação e de comportamento na esfera pública não se explicam somente por meio de determinantes estruturais.

Partindo da proposta de Roger Chartier⁹, as representações coletivas são classificações, divisões e hierarquizações que organizam a compreensão do mundo social, variando conforme as disposições dos grupos ou classes sociais que as forjam. Elas aspiram à universalidade e são sempre determinadas por interesses dos grupos que as originam, portanto, não são neutras: produzem práticas de poder e dominação.

O imaginário social, conforme Bronislaw Baczko¹⁰, transportou-se em definitivo do mundo das mentalidades para o mundo social, adquirindo contornos materiais, ao se concretizar como o conjunto de representações coletivas associadas ao poder. Dessa maneira, estabeleceu seu caráter político e sua relevância, uma vez que as disputas pela soma das representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas.

Já a cultura política, de acordo com Serge Bernstein¹¹, corresponde às motivações dos comportamentos e das ações políticas de indivíduos em dado momento de sua história, de acordo com o sistema de valores, normas e crenças que compartilham no bojo de determinada cultura. É um sistema que se altera em função dos sentimentos, das avaliações subjetivas, dos costumes compartilhados por homens e mulheres inseridos em seu grupo social, sua região, sua comunidade, sua sociedade.

Posto isso, enfatiza-se que para investigar o objeto desta pesquisa – a violência de gênero institucional perpetrada pelos agentes públicos militares contra as estudantes e militantes

⁹ CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

¹⁰ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

¹¹ BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) durante a ditadura –, é imprescindível considerar fatores culturais compartilhados pelos militares, tais como: as representações de gênero patriarcais, sobretudo do feminino, e o imaginário produzido a partir do conjunto delas; a noção de moralidade e de sexualidade; os elementos componentes da cultura política comum, como o autoritarismo; os valores entendidos como fundamentais para a construção da identidade social e de gênero; e o papel da mulher na sociedade.

Tal trabalho investigativo materializou-se em virtude de recentes mudanças no panorama jurídico-político brasileiro, as quais ressoaram no direito à verdade histórica da ditadura. Foi longo o percurso de disputas pela manutenção do silêncio e pela abertura dos arquivos do regime militar – os chamados arquivos sensíveis¹² ou arquivos de direitos humanos¹³ –, mesmo após a transição “democrática” firmada pela controversa Lei de Anistia, de 1979. A consolidação de medidas que garantiram o acesso à memória traumática e à incômoda verdade da ditadura foi fundamental para o acesso à fontes antes desconhecidas e para o desenvolvimento de pesquisas inéditas a respeito desse período.

Nesse sentido, é preciso destacar o emprego de duas medidas simultâneas, datadas de 2011, durante o governo de Dilma Vana Rousseff (2011-2016): a instituição da Lei de Acesso à Informação¹⁴ (LAI) e a criação da Comissão Nacional da Verdade¹⁵ (CNV).

A sanção da Lei de Acesso à Informação inseriu o país em um panorama internacional de adoção de marcos regulatórios favoráveis à transparência governamental e à promoção dos direitos humanos. Esse panorama passou a se firmar, sobretudo, a partir da metade século XX, com o amadurecimento das experiências democráticas modernas e o reforço do período histórico que Norberto Bobbio¹⁶ entende como sendo de ampliação do reconhecimento e da proteção dos direitos individuais, acima de cada Estado.

¹² QUADRAT, Samantha Viz. Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas. In: ARAUJO, Maria Paula, FICO, Carlos, GRIN, Monica. *Violência na História: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

¹³ SANTOS, Shana Marques Prado dos. *Tratamento de arquivo de direitos humanos na América*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

¹⁴ Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 30 mai. 2019.

¹⁵ Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em: 30 mai. 2019.

¹⁶ BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Por sua vez, a CNV deu movimento à justiça de transição no Brasil, colocando o país no rol dos que criaram comissões da verdade para lidar com o legado das violações de direitos humanos praticadas durante os governos militares. Vale mencionar que a CNV estabeleceu o Grupo de Trabalho (GT) Ditadura e Gênero. O GT trouxe luz a uma discussão ainda pouco promovida no Brasil, até mesmo entre historiadoras e historiadores, buscando compreender como a violência do Estado militar atuou frente à diversidade de gênero e sexualidade.

A potência mobilizadora da CNV estimulou a criação de uma ampla rede de comissões da verdade estaduais, municipais, sindicais/profissionais e universitárias. Essas últimas se concentraram em explorar as violações de direitos humanos que incidiram sobre os *campi*, os quais eram representados pelos militares como ventres da subversão política, moral e de gênero. As comissões universitárias buscaram localizar conjuntos documentais escritos, imagéticos, materiais em geral, e também trabalharam no resgate de memórias individuais.

Uma das principais descobertas feitas pelas comissões universitárias foi a existência das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), ou, mais tarde, Assessorias de Segurança e Informação (ASI). As agências foram sigilosamente instaladas nas comunidades universitárias a partir do ano de 1971, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici – nos chamados anos de chumbo. Rodrigo Patto Sá Motta¹⁷ define esses órgãos como verdadeiros braços repressivos implantados em mais de 33 universidades públicas federais e estaduais, atuando em ligação direta com a comunidade de segurança e informação¹⁸.

Os avanços garantidos através da LAI, da CNV e das comissões da verdade frutificaram na forma de novas fontes históricas, estimulando a reorientação da produção historiográfica, contribuindo para a contestação de hipóteses até então sólidas e para a produção de pesquisas ainda inéditas. Mas, esse novo e amplo conjunto de fontes não garantiu, por si somente, pesquisas de maior qualidade. Isso porque o historiador do tempo presente, ao abarcar a dimensão da memória a partir de testemunhos orais, necessita do mesmo rigor na interpretação crítica que aplica a fontes de outras materialidades.

¹⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁸ A comunidade de segurança e informação era um conjunto extenso de órgãos e agentes especializados na coleta e armazenamento de dados da subversão no país, designando não apenas um modo de atuação, mas também um acordo que supunha colaboração e lealdade, selado pelo sentimento corporativo de “comprometimento com a causa” anticomunista. Para maiores informações, ver: FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Vagno Ribeiro, Marcelo Purificação e Elisângela Catarino¹⁹ destacam a Análise de Conteúdo como metodologia eficaz para pesquisas históricas que buscam abordar temas a partir de prismas alternativos e que escapam ao conteúdo das fontes oficiais, como a memória. A memória, individual e coletiva de uma sociedade, serve de suporte para a constituição da identidade e da história de um determinado povo. Ela porta a memória social de um grupo de indivíduos e origina um importante patrimônio documental.

A Análise de Conteúdo possibilita alcançar versões históricas que apresentam a trajetória de minorias ou grupos sociais que, por questões contextuais específicas, foram silenciados – por exemplo, as mulheres militantes –. A recuperação da memória dessas mulheres ganha vitalidade na fala própria de quem viveu as experiências, recriando a trajetória pessoal e se revelando valiosa para a reconstrução de sua identidade enquanto sujeitas históricas no coletivo. Isso porque a memória é uma construção que origina uma representação seletiva do passado, mas nunca é somente particular do indivíduo²⁰.

Conforme Michael Pollak²¹, a memória é socialmente construída, elemento constituinte da identidade individual e fator importante do sentimento de pertencimento do indivíduo em relação ao coletivo. Embora apresente aspectos flutuantes, ela denota atributos invariáveis da coletividade em que se insere o indivíduo. Por isso, mesmo a mais subjetiva das fontes – o relato de vida – pode ser criticada, já que suas distorções são controláveis por meio das ferramentas da História Oral, quando realiza-se o cruzamento de informações obtidas a partir de dados dos registros oficiais, de outras fontes e da própria historiografia.

De acordo com Marcelo Torelly²², a memória é um meio de significação social e temporal dos indivíduos. Lembrar ou esquecer consiste em alterar os elementos que dão significado e sentido ao futuro, uma vez que o que nos lembramos do passado é fundamental para que possamos refletir sobre quem somos no mundo e onde nos encontramos no tempo. A consolidação de uma memória social crítica em relação ao passado funciona como combustível

¹⁹ RIBEIRO, Vagno Batista. PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo. CATARINO, Elisângela Maura. Confabulação sobre Análise de Conteúdo como Técnica de Análise da História Oral. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, Ed. 01, Vol. 02, 2020. pp. 57-68. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/analise-de-conteudo>.

²⁰ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

²¹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1992.

²² TORELLY, Marcelo D. *Justiça Transicional, memória social e senso comum democrático: notas conceituais e contextualização do caso brasileiro*. Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia. Portugal: Universidade de Coimbra, p. 102-121, 2010.

para a defesa de uma nova organização social que não repita os erros do passado. Logo, a lembrança das violações em massa praticadas no passado é sinal de alerta permanente.

Conforme Joana Maria Pedro²³, o processo de construção da memória coletiva caracteriza-se como um dos mais sensíveis às disputas entre diferentes grupos sociais, sendo afetado pela história que seleciona e ordena os fatos segundo determinados critérios e interesses. Nas narrativas da memória, os indivíduos se constituem como gênero. Por isso, tais narrativas refletem silêncios, esquecimentos, repressões e negações diretamente atreladas ao masculino e ao feminino.

Há uma profunda relação entre a memória e o poder. Segundo Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira²⁴, controlar o que se lembra do passado significa controlar o futuro e o presente, detendo poder sobre quem somos hoje. A disputa pela posse e pela interpretação da memória insere-se no cenário das disputas de interesses, de valores políticos, sociais e culturais do presente. Dessa forma, memória e ideologia mantêm uma relação estreita, sofrendo influência direta dos elementos que compõem o cenário ideológico oficial e a hegemonia de gênero.

Impor o esquecimento, como gesto forçado de apagar, silenciar, omitir, ignorar determinado evento traumático do passado, significa impor uma única forma de lembrar, ou seja, legitimar uma memória oficial. Significa impedir a emergência da memória de agentes históricos sistematicamente ausentes dos registros, como as mulheres militantes que se lançaram em um desafio duplo: combater a ordem política autoritária e a ordem de gênero patriarcal. Conforme Pierre Bourdieu²⁵, ao romper o silêncio e reconstruir suas memórias, essas mulheres tentam escapar à naturalização da hierarquia, do machismo, da violência física e simbólica que caracterizam as relações de gênero nas sociedades patriarcais.

É preciso observar que o demérito habitual em relação à memória subterrânea²⁶ das mulheres

²³ PEDRO, Joana Maria. Narrativas da militância feminina: desvelando relações hierárquicas de gênero. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

²⁴ FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

²⁵ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

²⁶ A noção de memória subterrânea corresponde à parte integrante de culturas minoritárias, dominadas, excluídas, marginalizadas, que se opõe à “memória oficial”, subverte o silêncio sobre o passado que a oprime e aflora no espaço público em momentos de crise, nos quais a memória coletiva está em disputa. Para maiores informações, ver: POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

militantes retrata a dificuldade e a desvalorização de seu discurso político, sobretudo em função da posição ocupada, enquanto mulheres, na hierarquia social e de gênero. Também, permite mensurar o quanto essas mulheres foram representadas pelos próprios companheiros de militância como pouco importantes nas decisões dos destinos da luta política, de que forma foram desconsideradas e relegadas a tarefas menos relevantes nos grupamentos de resistência, e como padeceram com a violência de gênero institucional.

Trazer à tona suas memórias pode contribuir para a libertação dessas mulheres de um longo processo de dominação masculina. Tornar públicas as memórias e encorajar o compartilhamento de traumas pode significar a reinvenção de suas histórias e a inscrição definitiva de sua presença no relato oficial. Pensar a experiência dessas mulheres é tentar compreender de que modo resistiram às graves violações de direitos humanos – incluindo a violência sexual – e às relações de opressão típicas da sociedade patriarcal.

A prática da violação de direitos humanos foi sistêmica e disseminada entre os militares tão logo instalada a ditadura. A primeira onda repressiva do regime – chamada de “Operação Limpeza”²⁷ – oficialmente justificou a tortura como instrumento de manutenção da disciplina, de obtenção de confissões e de prevenção de fugas de presos. Diversos comandos militares efetuaram prisões e perseguições que atingiram indivíduos e organizações identificados como inimigos políticos, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas, além de grupos católicos, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP).

Elio Gaspari²⁸ destaca que logo nos dias seguintes ao golpe institucional e à instalação do regime, diversos locais foram improvisados como centros de privação da liberdade e de prática da tortura: delegacias de polícia, unidades de internação de adolescentes, penitenciárias e cadeias públicas, centros de imigração, locais de trânsito de aeroportos internacionais, instituições psiquiátricas, zonas de prisão administrativa, entre outros. Os torturadores eram, em maioria, policiais civis e militares, além de integrantes do Exército, agentes penitenciários,

²⁷ A “Operação Limpeza” consistiu em um amplo processo coercitivo-repressivo empreendido pelos militares em todo o Brasil logo após o golpe de 1964, cujo objetivo era expurgar indivíduos associados ao governo derrubado, à contestação da “revolução” militar, à boa recepção ao ideário comunista e aos comportamentos e condutas tidos como indesejados, enquadrando-os na Lei de Segurança Nacional. Para maiores informações, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

²⁸ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

profissionais da saúde, que poderiam participar do crime de tortura por ação direta ou por omissão – falsificando laudos médicos, por exemplo.

O relatório da CNV²⁹, publicado em 2014, apontou que constituíram graves violações de direitos humanos, equivalentes à tortura, medidas como isolamento em cela reduzida, sem ventilação ou luz natural; restrição do regime de visitas; intimidação por ameaças de atos violentos; exibição em traje infame; abuso físico e/ou sexual; tratamento intimidador, segregador ou violento; má prestação de direitos básicos, como alimentação e higiene. As investigações da CNV constataram que tais práticas – frequentes nas instalações das Forças Armadas do Brasil – adquiriram características particulares conforme a especificidade de gênero. Nesse sentido, o corpo das mulheres militantes tornou-se lugar de batalha, vítima recorrente da violência de cunho sexual.³⁰

Conforme Olivia Joffily, na tortura, as mulheres enfrentaram uma relação de poder dupla: a do opressor contra o oprimido e a da hierarquia de gênero, que justifica a utilização de mecanismos de humilhação e violência a partir dos atributos de gênero.³¹ Parte dessa proposta a hipótese desta tese, a qual sustenta a existência de uma violência específica contra as militantes presas, a violência de gênero institucional. Nela, o mecanismo autoritário dos agentes do Estado se insere no imaginário patriarcal e ataca mentes e corpos das mulheres sobretudo em sua sexualidade. Esta tese busca compreender aspectos dessa violência a partir das memórias das estudantes e militantes da Universidade Federal do Espírito Santo.

As violações de direitos humanos atingiram o interior das universidades, conforme apontam o Relatório da CNV (2014), em seu capítulo específico *Violações de direitos humanos nas universidades*²⁶, e os trabalhos das comissões da verdade universitárias. Os conjuntos documentais das AESI/ASI de tais instituições, analisados pelas Comissões, trouxeram em seu conteúdo os contundentes abusos praticados contra a autonomia dos *campi* e os direitos humanos de homens e mulheres que compunham a comunidade universitária.

²⁹ BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014, p. 282. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571>. Acesso em: 28 mar. 2018.

³⁰ PEDRO, Joana Maria, WOLFF, Cristina Sheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

³¹ JOFFILY, Olivia Rangel. *Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

Na Universidade Federal do Espírito Santo, lugar de averiguação desta pesquisa, as atividades de escavação estiveram sob tutela da Comissão da Verdade da UFES (CVUFES), cujos trabalhos foram iniciados em fevereiro de 2013, após instituição³² pelo reitor Reinaldo Centoducatte (2011-2018). As atividades da CVUFES estiveram sob a coordenação do prof.º Dr.º Pedro Ernesto Fagundes, vinculado na época ao Departamento de Arquivologia³³ e ao Programa de Pós- Graduação em História Social das Relações Políticas, com a colaboração de membros efetivos³⁴ e voluntários³⁵.

Partindo do modelo da CNV, a CVUFES teve como objetivo principal elucidar os acontecimentos que marcaram o cotidiano universitário capixaba durante o período autoritário através da recuperação dos documentos originados naquele contexto e das memórias de membros da comunidade acadêmica vítimas da violência. Foram criados os Grupos de Trabalho “Acervo” e “Entrevistas”. Como resultado foram localizadas mais de mil páginas de documentos produzidos pela AESI/UFES. Ademais, realizou-se quinze entrevistas com ex-estudantes, ex-professores e ex-funcionários da universidade. As fontes foram submetidas às operações de tratamento, digitalização, transcrição e disponibilizadas para a pesquisa histórica.

Posto isso, cabe apresentar a estruturação desta pesquisa. O primeiro capítulo, intitulado *Entrecruzamentos históricos da violência de gênero institucional no Brasil*, subdivide-se em três itens. O primeiro item, nomeado *Considerações sobre as violências*, trará à tona uma discussão bibliográfica acerca da compreensão do fenômeno da violência: diferentes tipologias, manifestações, presença nas relações de poder; interpretações de matriz sociobiológica e de base sócio-histórica e necessidade de abordagem no contexto de suas

³² UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Portaria do reitor n. 478/2013. Reitoria, Vitória, ES, 27 de fevereiro de 2013.

³³ Atualmente o professor encontra-se vinculado ao Departamento de História da UFES.

³⁴ Entre os membros efetivos, havia professores, servidores e estudantes. Os professores eram: Paulo Velten, do Departamento de Direito e subcoordenador da CVUFES; Attilio Provedel, do Departamento de Arquivologia; Bernardete Gomes Mian, do Departamento de Educação; Luiz Cláudio Moisés Ribeiro, do Departamento de História; e Temístocles de Sousa Luz, do Departamento de Engenharia Mecânica. Os servidores técnico-administrativos eram: Rita de Cássia Rebello Loss e Wellington Pereira. Os estudantes eram: Marcello França Furtado, do curso de Arquivologia e representante do Diretório Central do Estudantes (DCE), e Nevitton Vieira de Souza, do curso de Direito.

³⁵ Entre os membros voluntários, havia discentes da graduação em Arquivologia: Alana Müller de Souza; Danúbia Florindo; Eden Moraes Pinto; Gabriella Camisasca Cardoso; Guilherme Alves da Costa; Laura Silva Pimentel; Maycon Soave dos Santos; Natalia Dias Santos Santana; Penha Karoline Pulcheiro de Araújo; Shanna de Oliveira Rangel; além de estudantes do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas e da graduação em História: Alexandre Caetano; Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine; Diego Stanger; Dinorah Lopes Rubim Almeida; Gabriela Rodrigues de Lima; Herbert Soares Caçador; Karolina Dias; Leonardo Baptista; Marcello França Furtado; e Ramilles Grassi Athaydes.

condições concretas de produção e reprodução. Aborda-se, ainda, o monopólio da violência exercido pelo Estado enquanto estrutura aparentemente neutra e formal, porém através de uma rede coercitiva.

Finalmente, aprofunda-se a discussão sobre a violência cometida pelo Estado e seus representantes em função do gênero e da sexualidade, a violência de gênero institucional. Pretende-se debater a noção de alteridade para compreender como as ações violentas perpetradas pelo Estado extrapolam a intenção de aniquilar o inimigo político, visto nas mesmas condições que o violador, e apoiam-se nas relações desiguais de poder que nascem da condição de sexo e dos papéis sociais fundados pelo patriarcado.

No segundo item do primeiro capítulo, intitulado *Da Colônia à República: o percurso do patriarcado*, será debatido de que modo a violência esteve presente no curso histórico do Brasil desde a Colônia. Discute-se o nascimento do patriarcado na Casa Grande – sede do poder na sociedade escravista colonial e da união entre violência e patriarcado –, e a sua superação dos limites do privado e expansão para a própria dinâmica de funcionamento do Estado.

Almeja-se compreender como o patriarcado consolidou padrões identitários e papéis sociais de gênero rígidos e como os modelos de masculinidade e feminilidade se tornaram dispositivos essenciais durante a experiência colonial, fortalecendo as diferenças hierárquicas e as formas de dominação de homens sobre mulheres e, também, de homens sobre homens.³⁶ Ainda neste item serão trabalhadas as mudanças experimentadas pela sociedade brasileira entre finais do século XIX e a primeira metade do século XX, as quais foram profundas, mas não representaram uma alteração no padrão das relações de gênero e de poder institucionalizado pelo patriarcado.

O terceiro item do primeiro capítulo, intitulado *A tortura da ditadura militar como violência de gênero institucional*, analisará como as identidades, os comportamentos, os papéis sociais e as relações de gênero foram estritamente codificados, controlados e violados conforme o imaginário patriarcal. Para os militares – majoritariamente homens, é preciso ressaltar –, a ordem social estava em desordem e o corpo das mulheres também se tornava um campo de batalha, transformando-se em objeto de regulação, intervenção e dominação do Estado.

³⁶ NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. Vitória: Edufes, 2001.

Será explorado como o Estado militar praticou a violência de gênero institucional e em que fundamentou tal prática, sobretudo entre os anos de 1969 e 1974, no governo de Emílio Garrastazu Médici, quando a comunidade de segurança e informação atingiu sua forma mais plena e as denúncias de tortura explodiram. Serão trazidas para a discussão as investigações feitas pelo projeto *Brasil: nunca mais*³⁷ e pela CNV, que apontam que, enquanto conhecimento extremamente ordenado, a tortura militar apresentou métodos e instrumentos padronizados de maus tratos. Mas, conforme já dito, sua aplicação sofreu variações conforme o gênero e a sexualidade da vítima.

No imaginário militar, predominavam representações das mulheres como seres inferiores e limitados, enquanto os homens eram vinculados à ideia de virilidade e força, o que produziu um padrão específico de ações institucionais de brutalidade, desrespeito, não-reconhecimento das liberdades civis básicas e transmissão da violência de um topo empoderado para uma ponta desempoderada conforme o gênero³⁸.

No segundo capítulo, intitulado *Memória traumática, direito à verdade e fontes históricas*, será discutido o silêncio imposto pelos militares sobre os atos de seus governos e sobre documentos que os pudessem comprovar. Esses documentos – que compõem arquivos sensíveis – informam sobre o funcionamento burocrático das instituições e sobre as violações contra os direitos humanos cometidas pelos agentes públicos durante a ditadura.

O primeiro subitem do segundo capítulo, *A longa batalha pela abertura dos arquivos da ditadura no pós-redemocratização*, abordará como o compromisso com o silêncio foi mantido mesmo após a Anistia. Apesar do predicado “democrática”, a transição dos governos militares para os civis foi marcada por atributos que desabonam tal caracterização: unilateralidade em sua condução, uma vez feita exclusivamente pelas mãos dos militares; impunidade aos violadores dos direitos humanos, com a garantia do perdão aos crimes cometidos pelos agentes do Estado; e pseudo-conciliação entre interesses profundamente antagônicos dos atores históricos envolvidos no processo, através de uma cortina de gradualismo e pacifismo que lhe foi atribuída pelos condutores do movimento.

³⁷ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. São Paulo, Projeto A, t. 6 v. 12, 1985.

³⁸ SAPRIZA, Graciela. *Memorias del cuerpo*. In: ANDÚJAR, Andrea; DOMÍNGUEZ, Nora; RODRÍGUEZ, María Inés. *Historia, género y política en los 70*. Buenos Aires, Feminaria, 2005. Disponível em: <<http://www.feminaria.com.ar/colecciones/temascontemporaneos/temascontemporaneos.asp#007>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

O direito legítimo à memória do período autoritário permaneceu suprimido durante os governos da chamada Nova República³⁹, estimulando o esquecimento coletivo e revelando a postura conciliadora das novas gestões. Conforme Ludmila Catela⁴⁰, a tendência à conciliação e à acomodação frente aos dilemas políticos reflete um elemento típico da cultura política brasileira. Tal postura contribuiu para que a verdade militar prevalecesse, criando uma espécie de “mentira organizada”, conforme Hannah Arendt⁴¹, isto é, uma memória de enaltecimento dos feitos militares e apagamento do seu caráter autoritário e violento.

Pretende-se demonstrar o histórico de lutas e as idas e vindas até o real comprometimento do Executivo brasileiro com o direito à memória e à verdade histórica da ditadura militar. Inicialmente, serão apresentadas as medidas tomadas durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), como a aprovação da Lei da Política Nacional de Arquivos⁴². Em seguida, serão discutidas as ações empreendidas na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), como a deliberação da Lei dos Desaparecidos⁴³ e da Lei da Tortura⁴⁴, e a instalação da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça⁴⁵.

No segundo subitem do segundo capítulo, nominado *Avanços possíveis: Memórias Reveladas, Lei de Acesso à Informação e Comissão Nacional da Verdade*, serão analisados os gestos mais concretos de comprometimento do Executivo brasileiro com a questão do direito ao acesso à informação, à memória e à verdade, a partir da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Serão discutidas deliberações como a Lei 11.111⁴⁶, que determinou que “o acesso aos documentos públicos de interesse particular ou de interesse coletivo será ressalvado

³⁹ SALLUM JÚNIOR, B. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.

⁴⁰ CATELA, Ludmila da Silva. Do segredo à verdade. Processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e na Argentina. IN: TELES, Janaina; TELES, Edson; SANTOS, Cecilia M. (Org.). *Desarquivando a ditadura*. Memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.

⁴¹ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectivas, 1997.

⁴² BRASIL. Lei n. 8.159. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em 14 jan. 2018.

⁴³ _____. Lei n. 9.140. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 4 de dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm>. Acesso em 14 mai. 2018.

⁴⁴ _____. Lei n. 9.455. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 7 de abril de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19455.htm>. Acesso em 25 fev. 2018.

⁴⁵ _____. Lei n. 10.559. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 13 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110559.htm>. Acesso em 20 mai. 2018.

⁴⁶ _____. Lei 11.111. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 5 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111111.htm>. Acesso em 18 fev. 2018.

exclusivamente nas hipóteses em que o sigilo seja ou permaneça imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”; a transferência da custódia dos acervos de órgãos da ditadura militar para o Arquivo Nacional (AN), sob a supervisão da Casa Civil⁴⁷; a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas⁴⁸, que se transformou em polo de difusão de informações sobre as lutas políticas ocorridas no país entre 1960 e 1980.

Em seguida, contextualiza-se o rompimento definitivo do monopólio militar sobre a memória e a verdade da ditadura, ocorrido, de fato, durante o governo da primeira mulher a assumir a presidência da República, Dilma Vana Rousseff (2011-2016), quando foram implementadas a LAI e a CNV. Objetiva-se abordar os efeitos da abertura irrestrita de grande parte dos arquivos da ditadura militar e da criação de espaços legítimos de lembrar e produzir narrativas sobre o período. Igualmente, almeja-se examinar os trabalhos do GT *Ditadura e Gênero*, da CNV, os quais investigaram como a violência militar operou diante das desigualdades de gênero e sexualidade, assumindo caráter de violência de gênero institucional.

No terceiro e último subitem do segundo capítulo, *Comissões da Verdade Universitárias: a experiência da Universidade Federal do Espírito Santo*, serão apresentados o contexto de criação da CVUFES, sua metodologia de trabalho e os resultados alcançados por seus GT, “Acervo” e “Entrevistas”. O GT “Acervo” expandiu pesquisas que já vinham sendo realizadas desde 2012 no conjunto documental do Serviço Nacional de Informações (SNI), no Acervo Nacional, na própria UFES, no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). A grande descoberta a ser revelada é a existência da AESI/UFES e sua influência nas violações de direitos humanos cometidas pelos militares.

O GT “Entrevistas” realizou oitivas para o recolhimento de provas testemunhais das vítimas da ditadura militar. No total, foram feitas 15 entrevistas com ex-estudantes, ex-professores e ex-funcionários, seguindo os parâmetros de trabalho da CNV. Foram privilegiados testemunhos que informassem sobre as ameaças, as perseguições, as prisões, as características da tortura, os episódios de invasões ao *campus*, o fechamento dos órgãos de representação estudantil, os casos

⁴⁷ Lei 5.584. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 18 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm>. Acesso em 12 mar. 2018.

⁴⁸ Portaria n. 204. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 13 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/portarias-federais/137-portaria-n-204,-de-13-de-maio-de-2009>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

de exonerações, expulsões e aposentadorias forçadas. Intenciona-se discutir neste subitem os resultados dos trabalhos da CVUFES, os quais foram publicados em Relatório Final em 2016.⁴⁹

O terceiro capítulo da tese, *Violações contra os direitos humanos das universitárias e militantes políticas da Universidade Federal do Espírito Santo*, iniciará com o subitem *Ondas repressivas na Universidade capixaba*. Serão analisadas as quatro ondas repressivas sofridas pelas universidades brasileiras e o reflexo de cada uma delas na instituição capixaba.

A primeira onda (1964 - 1967) foi marcada pela “Operação Limpeza” e pelos Inquéritos Policiais Militares (IPM), que intencionavam garantir uma fachada de legalidade a ações de expurgo de membros das comunidades universitárias, de queima de livros nas bibliotecas e de fechamento dos órgãos de representação estudantil. A segunda onda (1968 e 1969) foi marcada pelos efeitos da outorga do Ato Institucional n. 5⁵⁰ (AI-5) e do Decreto 477⁵¹, os quais criaram as condições jurídicas para a prática justificada da violação de direitos humanos. A terceira onda repressiva iniciou-se no fim do ano 1969, com a posse do general Emílio Garrastazu Médici na presidência da República e a reformulação do aparato repressivo do regime, e durou até 1976. Foi o período de instalação das AESI nos *campi*. A quarta e última onda ocorreu entre os anos de 1977 e 1983, quando as AESI começavam a ter suas atividades encerradas.

No segundo subitem do terceiro capítulo, *Violações contra as militantes na segunda onda repressiva*, almeja-se discutir os atributos da violência de gênero institucional cometida contra as estudantes e militantes da UFES, entre os anos de 1971 e 1973. Para isso, serão utilizados como fontes as memórias de quatro mulheres – à época, universitárias e militantes políticas – que trazem à tona as violações de gênero perpetradas pelo Estado militar.

A primeira fonte documental tratada são as memórias de Miriam Azevedo de Almeida Leitão, ex-estudante de História e militante vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), presa

⁴⁹ FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). *Relatório da Comissão da Verdade – Universidade Federal do Espírito Santo*. Vitória: Ufes/Supecc, 2016. 192 p. Disponível em:

<<http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6768/1/Livro%20Comissao%20da%20Verdade%20%20web.pdf>>.

Acesso em: 4 jan. 2019.

⁵⁰ BRASIL. Ato Institucional n. 5, de 13 de abril de 1968. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 14 jan. 2018.

⁵¹ _____. Decreto n. 477, de 26 de fevereiro de 1969. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm>. Acesso em: 21 set. 2019.

nos finais do ano de 1972 no bojo de uma investida nacional contra a referida agremiação. Elas foram disponibilizadas no *Portal Observatório de Imprensa*⁵² e no livro biográfico *Em nome dos pais*⁵³, em que relata as experiências do período em que esteve presa.

A segunda fonte documental são as memórias de Laura Maria da Silva Coutinho, ex-estudante de Odontologia e militante na Ala Vermelha do PC do B. Laura relatou suas memórias nas obras *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*⁵⁴ e *Memória, Gênero e Política: a militância das estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo contra a ditadura militar (1969-1972)*⁵⁵, além do depoimento fornecido à CVUFES.

A terceira fonte documental são as memórias narradas por Elizabeth Santos Madeira, que fora aluna de Medicina e militante do PC do B – presa em finais de 1972. Elizabeth relatou suas memórias do cárcere na obra *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*⁵⁶ e à CVUFES.

A quarta e última fonte documental em análise são as memórias de Maria Magdalena Frechiani, ex-aluna de Medicina e militante do PC do B. Foi presa juntamente com Elizabeth Santos Madeira, no final de 1972 – grávida, na ocasião. As memórias foram publicadas na obra *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*⁵⁷ e no Relatório Final da CVUFES.

⁵² Depoimento de Miriam Azevedo de Almeida Leitão. In: CUNHA, Luiz Claudio. A repórter pergunta, o ministro gagueja. *Portal Observatório da Imprensa*. São Paulo, ago. 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/cadernodacidadania/_ed812_a_reporter_pergunta_o_ministro_gagueja/>. Acesso em: 9 jul. 2020.

⁵³ LEITÃO, Matheus. *Em nome dos pais*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

⁵⁴ GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria et al. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

⁵⁵ LIMA, Gabriela Rodrigues. *Memória, gênero e política: a militância das estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo contra a ditadura militar (1969-1972)*. 2017. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

⁵⁶ GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012.

⁵⁷ Ibid.

CAPÍTULO 1

ENTRECRUZAMENTOS HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO INSTITUCIONAL NO BRASIL

O pior inimigo que você pode ter é o Estado. O Estado é muito poderoso. Não queira ter o Estado como inimigo. Não quero.”⁵⁸

O simples fato, eu acho, de você estar presa no meio de homens, só homens. Só homens que têm sobre você um poder, como eu diria? É o olhar que te... Pelo fato de você ser mulher, também você percebe que há talvez, às vezes, uma raiva muito maior, eu não sei se é pela questão de achar “por que uma mulher está fazendo isso?”⁵⁹

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS VIOLÊNCIAS

A compreensão do fenômeno da violência no Brasil, em suas diversas tipologias e manifestações, é um trabalho complexo. É preciso ter em vista seu caráter estrutural, relacional, multicausal, polissêmico, sócio-histórico e permanente. Também é ambíguo, assumindo diferentes nuances conforme o momento, a conjuntura em que se apresenta e as intenções que assume.

Sendo permanência, a única certeza que se tem é que a violência permeia todas as relações de poder edificadas em qualquer nível do tecido social brasileiro, produzindo permanente desqualificação e inferiorização, revelando a necessidade de conscientização e do fortalecimento de políticas públicas de proteção aos direitos humanos. Desse modo, conforme

⁵⁸ Jorge Armando Félix. Entrevista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2004. Painel. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=16260&anchor=5192389&origem=busca&pd=55988f6bf919d7870ca5071fb3b5e895>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

⁵⁹ Laura Maria da Silva Coutinho. Entrevista. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). *Relatório da Comissão da Verdade – Universidade Federal do Espírito Santo*. Vitória: Ufes/Supecc, 2016. p. 80.

postula Sócrates Nolasco⁶⁰, a violência atua como um dispositivo movendo a balança de poder, ora preservando e ora rompendo determinada correlação de forças.

Elías Sevilla⁶¹ corrobora que o exercício de analisar a violência, de modo geral, não é fácil. O fenômeno explicita a inevitabilidade dos conflitos sociais em suas diferentes escalas – domésticas ou internacionais – e está condicionado a muitos fatores historicamente interligados, inclusive componentes de ordem ideológica, ética e moral:

Etimológicamente, violência se relaciona con la raíz latina vis que significa "fuerza, poder" y con la indogermánica vía que significa "incursionar, transgredir o infringir injustificadamente". La no justificación de la interacción denominada violenta, lleva de inmediato a pensar en un criterio ético o posición moral que [...] es un componente necesario del concepto. Es decir, hay un umbral que separa lo violento de lo no violento y obliga a cada persona o grupo social, a decidir si su acción frente a otro serhumano es aceptable o no desde el punto de vista moral⁶².

De acordo com Maria Beatriz Nader⁶³, é possível distinguir duas interpretações principais e antagônicas entre os pesquisadores que investigam a questão. A primeira delas, de matriz sociobiológica, entende que a violência é inata à conduta humana. Em função disso, é decorrente dos condicionamentos biogenéticos que se processam nos indivíduos desde os capítulos primários da luta pela preservação da espécie. A segunda, de fundamento sócio-histórico, percebe a violência como produto de uma construção social que se dá no seio de determinada cultura. Por esse motivo, concebe o fenômeno como resultante de uma organização simbólica que porta valores e significados produzidos em diferentes contextos, os quais se imbricam e traduzem nas relações cotidianas.

Sobre tal paradoxo, Maria Cecília Minayo e Edinilsa Souza⁶⁴ pontuam que, apesar de seu inegável caráter permanente, a violência não é inata à espécie humana. Trata-se de um comportamento culturalmente apreendido, uma maneira própria de relação pessoal, política,

⁶⁰ NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

⁶¹ SEVILLA, Elías. Violência redefinida. *Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 37, p. 74-80, 1991, p. 76.

⁶² Tradução livre: Etimologicamente, violência se relaciona com a raiz latina vis que significa “força, poder” e com o modo indo-germânico que significa “incursão, transgressão ou violação injustificada”. A não-justificação da chamada interação violenta leva imediatamente a pensar em um critério ético ou posição moral [...] que é um componente necessário do conceito. Ou seja, existe um limiar que separa o violento do não violento e obriga cada pessoa ou grupo social a decidir se sua ação contra outro ser humano é aceitável ou não do ponto de vista moral.

⁶³ NADER, Maria Beatriz. Poder, violência e silêncio: uma questão de gênero. In: NADER, Maria Beatriz. *Gênero e racismo: múltiplos olhares*. Vitória: Edufes, p. 96-119, 2014.

⁶⁴ MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 4, p. 7-23, 1999.

social e cultural que, por vezes, é resultante dos intercâmbios sociais e, outras vezes, constitui elemento cultural naturalizado. As autoras acreditam que, enquanto resultante das interações socioculturais, o fenômeno da violência acaba sendo disfarçado sob a aparência de ser parte da natureza biológica dos indivíduos e enraizado nos seus padrões psíquicos. Dessa maneira, Minayo e Souza se aproximam dos postulados de Jean Claude Chesnais⁶⁵ e Peter Burke⁶⁶.

Para esses autores, a violência precisa ser interpretada no contexto da sociedade que a produz e reproduz, porquanto ela se nutre dos acontecimentos políticos, econômicos e culturais que se desenrolam nas relações cotidianas – as quais são construídas por efeito de determinadas circunstâncias. Chesnais e Burke demonstram que a inteligibilidade do fenômeno da violência depende de tratá-lo de forma histórica e empírica, já que assume características específicas conforme o meio em que se apresenta, não como um ente abstrato. Quando abordada a partir de suas condições concretas de produção e reprodução, a violência pode ser objeto de entendimento, reflexão e superação.

Marilena Chauí⁶⁷ defende a mesma posição ao argumentar que abstratamente, analisada fora de seu meio de produção, a violência é pouco compreensível. Ao contrário disso, mostra ser mais pertinente buscar entendê-la de modo factível, como um conjunto de mecanismos visíveis e invisíveis que se espalham horizontalmente no interior das relações sociais, almejando sujeitar, docilizar, exercitar a dominação e reduzir o sujeito à condição de coisa. A autora indica uma distinção fundamental entre a violência e a ética, na medida em que a violência desnaturaliza, ou seja, age usando a força para ir contra a natureza de algum ser; constitui um ato de coação, constrangimento, brutalidade contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém; viola a natureza; transgride aquilo que a sociedade define como aceitável, como um direito. Para a autora, a violência é

Um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa.⁶⁸

⁶⁵ CHESNAIS, J. C. *Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours*. Paris: Robert Laffont Éditeur, 1981.

⁶⁶ BURKE, Peter. Violência urbana e civilização. *Braudel Papers*, v. 12, p. 1-8, 1995.

⁶⁷ CHAUI, Marilena. A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo. *Cadernos de Literatura e Ensaio*, Brasiliense, n. 11, p. 16- 24, 1980.

⁶⁸ Idem., Ética e violência. *Teoria e Debate*, v. 39, p. 33-34, 1998, p. 32.

Hannah Arendt⁶⁹ parece ter sido quem melhor analisou e diferenciou a relação entre violência e outras entidades sociais, por meio das quais o homem governa: o poder, a autoridade, o vigor, a força e a violência. O poder é conceituado enquanto força qualificada ou institucionalizada; a autoridade é o poder materializado em determinado indivíduo ou instituição e independe de coerção; o vigor é definido como um atributo individual que facilita a imposição da vontade; a força, confundida com a violência, refere-se a fenômeno da natureza, como a energia que se libera pelos movimentos físicos.

Já a violência, segundo a autora, aparece como um recurso do poder – podendo até mesmo destruí-lo – e possui caráter instrumental, isto é, necessita de orientação e de justificção para os fins que empreende, uma vez que não constitui um fim em si mesma. Por isso, difere essencialmente do poder, cuja justificção é inerente à própria existência. Arendt argumenta que a violência carrega em seu âmago o elemento fundamental da arbitrariedade, da ilegitimidade. E que, apesar dessa constatação, tendeu a ser naturalizada entre as inúmeras relações de poder que atravessam as sociedades, embora

Ninguém que se dedique à meditação sobre a história e a política consegue se manter ignorante do enorme papel que a violência desempenhou sempre nas atividades humanas, e à primeira vista é bastante surpreendente que a violência tão raramente tenha sido objeto de consideração. [...]. Isso mostra até que ponto tornou-se a violência e a sua arbitrariedade como fatos corriqueiros e foram, portanto negligenciadas; ninguém questiona ou examina aquilo que é óbvio para todos. Aqueles que nada mais viram do que violência nas atividades humanas, convencidos de que eram “sempre acidentais, nem sérios, nem precisos”. [...]. Qualquer um que procurasse algum sentido nos registros do passado estava quase que destinado a encarar a violência como um fenômeno marginal.⁷⁰

Uma relação de poder essencialmente baseada em influência, persuasão e, muitas vezes, em violência é a que se estabelece entre o Estado, seus agentes e a sociedade civil. Conforme os postulados de Max Weber⁷¹, o desenvolvimento das sociedades ocidentais modernas foi abalizado por um processo maior de racionalização das instituições sociais, econômicas, culturais, e, principalmente, do seu núcleo de integração, organização e regulação: o Estado moderno. Essa instituição assumiu força centrípeta incorporando atribuições fundamentais, como a burocratização da administração, a tutela da ordem social e da justiça, a centralização do poder militar e o monopólio do uso da violência.

⁶⁹ ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 7.

⁷¹ WEBER, Max. *Economia e sociedade*. v. 1. Brasília: UnB, 1999.

Uma vez instituído, o Estado moderno passou a apresentar uma ordem jurídico-administrativa, a estruturar um comando militar em conformidade com direitos e deveres previamente definidos, e a absorver e legitimar a aplicação do poder e da violência sobre todos os indivíduos nos limites de seu território e em consonância com o direito racional. Assim, configurou-se como estrutura política de mediação que reivindica, com sucesso, o monopólio legítimo do constrangimento. Para Marcos Maliska⁷², a concepção weberiana assume que a violência está tão atrelada ao Estado que, caso estivesse ausente das relações de poder estabelecidas com as demais estruturas sociais, tal instituição desapareceria.

A violência não é o único instrumento de que se vale o Estado moderno, mas é seu principal. E o Estado se converte na única fonte legítima do "direito" à violência, segundo coaduna Josep Fontana⁷³ quando argumenta que

Entre as características do “Estado moderno”, destacou-se sempre, como fundamental, a de ser detentor do monopólio da violência, tanto para fora, na defesa contra os inimigos externos na guerra, como para dentro, atuando contra os inimigos da ordem social estabelecida pela polícia e pela justiça. Neste último terreno, a ação do Estado combina a defesa dos súditos contra a delinquência (mediatizada pelo fato de que é ao Estado que corresponde, em última instância, definir o que deve ser considerado delinquência), com a proteção dos grupos dominantes da sociedade contra a “subversão” a que podiam sentir-se tentados os dominados.

Quando extrapola os limites de sua legalidade, o Estado deixa de figurar enquanto estrutura democrática de mediação e proteção da sociedade, ou seja, deixa de reforçar a convivência pacífica e a resolução dos conflitos dentro dos marcos legais pactuados e através de recursos constitucionais. Desse modo, acaba promovendo, potencialmente através de seus agentes, ações que atentam contra os direitos humanos. José Carlos Filho⁷⁴ considera que

Precisamente, por deter o monopólio da violência, o Estado é aquele que possui as maiores probabilidades de utilizá-lo de modo inadequado, assim como é o que pode propiciar os resultados mais funestos, tanto em qualidade como em quantidade. [...]. Ao serviço do Estado estão aparelhos repressivos fortemente armados e treinados, como as polícias e as forças militares. Na estruturação destes aparelhos, se apresenta uma organização burocrática com várias e complexas ramificações, um conjunto ideológico que justifica as suas ações, um forte sentimento corporativo e uma racionalidade instrumental que perpassa todas as suas instâncias. [...] Em vista disso, o consenso ao qual se chegou, que pode ser claramente identificado na legislação internacional, é que a responsabilização pelos crimes cometidos pelo

⁷² MALISKA, Marcos Augusto. Max Weber e o estado racional moderno. *Revista Eletrônica do CEJUR*, v. 1, n. 1, 2006.

⁷³ FONTANA, Josep. *Introdução ao estudo da história geral*. Bauru, SP: Edusc, 2000, p. 269.

⁷⁴ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Crimes do Estado e justiça de transição. *Revista Sistema Penal & Violência*, v. 2, n. 2, 2010, p. 45.

Estado cabe tanto aos agentes individuais envolvidos quanto à instituição estatal.

Na mesma direção, Enrique Padrós⁷⁵ argumenta que é inegável que caiba ao Estado a responsabilidade de ter o monopólio da violência na defesa do território e da população contra os inimigos externos. Contudo, a situação se complica quando se trata de reconhecer o mesmo direito de intervenção na dinâmica social interna, que passa por administrar o monopólio da violência para agir no interior das fronteiras nacionais. Mais exatamente, o problema se coloca quando essa intervenção é direcionada aos segmentos da sociedade precarizados, marginalizados ou que questionam a ordem social.

É preciso atentar para o fato de que o Estado, instituição formalmente neutra, é, na verdade, seletivo, hierarquizado e excludente, ou seja, favorece de maneira objetiva determinados interesses. Essa seletividade institucional coexiste no nível das estruturas, em que se dão as decisões políticas; das ideologias, que guiam e determinam o espaço da política possível; dos processos, das regras que favorecem grupos e interesses; e da repressão, que delimita e orienta a prática da violência⁷⁶.

Desse modo, embora velada através de uma estrutura neutra e funcional, a violência do Estado contra grupos sociais e indivíduos pode ocorrer transgredindo os limites da legalidade e com alto grau de apoio e legitimidade. Para tanto, basta garantir o convencimento de amplas camadas da sociedade acerca de sua necessidade de aplicação para a defesa dos interesses da nação contra os supostos ameaçadores.

O poder punitivo do Estado contra os “inimigos internos” da nação se manifesta na implementação de políticas de pouca tolerância; de abusos por parte de forças policiais e militares; de ações arbitrárias de detenção e encarceramento; de desaparecimento forçado de pessoas; de tortura e terrorismo, enfim, uma gama de violações contra os direitos humanos praticados em função de fatores como classe, escolha política, viés ideológico, etnia, gênero e sexualidade. Para Francisco Cabral e Margarita Díaz⁷⁷,

⁷⁵ PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Vaz. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

⁷⁶ OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁷⁷ CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. Relações de gênero. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. *Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar*. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona, p. 142-150, 1998, p. 145.

[...] Os sistemas de diferenciação e violação social com base na classe, raça, etnia, geração, além do gênero, têm como objetivo o exercício e manutenção de poder implicando sempre em relações desiguais e de submissão com consequências importantes para a autonomia individual e coletiva, e para o exercício pleno da cidadania, quando se considera o ser humano como agente protagonista de sua própria transformação em um contexto bio-psico-social.

A violência cometida pelo Estado em função do gênero e da sexualidade merece atenção especial. Isso porque quando se reflete sobre violência de gênero de modo genérico, o primeiro impulso que sobrevém tende a relacionar, automaticamente, esse tipo de violação ao âmbito privado da família, das relações conjugais heteronormativas, das violências praticadas por homens contra mulheres que resultam em feminicídios. Todavia, é fundamental lembrar que a violência de gênero transborda o âmbito privado e perpassa as relações de poder que se estabelecem no espaço público, sobretudo as firmadas entre os agentes do Estado e as mulheres.

Maria Amélia Teles e Mônica de Melo⁷⁸ corroboram que a violência de gênero expressa a relação de dominação do homem e de submissão da mulher estabelecida pelo patriarcado. Para as autoras, os papéis historicamente impostos às mulheres e aos homens induzem a relações violentas entre os sexos, o que indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização dos indivíduos no seio do sistema cultural patriarcal. Embora possa acontecer entre mulheres e entre homens, o vetor de ocorrência da violência de gênero privilegia o sentido homem-mulher.

É necessário ter em vista a premissa de que, mesmo quando é praticada pela via da instituição estatal, a violência de gênero emerge da questão da alteridade. Esse é o traço que a diferencia de outras violências. Segundo Tânia Mara de Almeida⁷⁹, ao se investigar a violência de gênero, considera-se que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços sociais relacionais, quer sejam interpessoais, quer sejam da ordem pública. Tal violência não está ligada a atitudes de fazer sofrer ou aniquilar o outro que seja considerado igual ou visto nas mesmas condições de existência e valor que seu perpetrador. Na realidade, a centralidade das ações violentas – físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais – incide sobre a alteridade do feminino, na esfera doméstica e familiar ou pública.

⁷⁸ TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é Violência contra a Mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

⁷⁹ ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 329-340, 2014.

Esse fator distintivo da violência de gênero nem sempre esteve evidente. É possível dizer que ele se tornou mais nítido somente a partir dos anos de 1970, em relação direta com as lutas políticas empreendidas pelo movimento feminista que se articulava em torno do questionamento das estruturas do poder patriarcal, das opressões e desigualdades sociais, culturais e políticas entre homens e mulheres, e da violência que atinge maciçamente os corpos femininos.

No ano de 1979, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou o tratado internacional *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres*⁸⁰, que trazia à baila a preocupação de se criarem mecanismos para o Estado cumprir com seu dever de garantir proteção contra qualquer forma de discriminação, exploração e violação contra a mulher, adotando medidas constitucionais de proteção jurídica dos direitos em base de igualdade com os dos homens e zelando para que as instituições e os agentes públicos atuassem em conformidade a elas.

Em 1993, a mesma Assembleia deliberou a *Declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher*⁸¹, reconhecendo que uma das formas de violação física, psicológica e sexual era aquela cometida ou tolerada pelo Estado. Conforme Mirela Morgante⁸², o conceito de violência de gênero foi adotado no cenário jurídico brasileiro a partir da Convenção de Belém do Pará, no ano de 1994, referindo-se às agressões físicas, psicológicas, patrimoniais e sexuais praticadas contra as mulheres em função do fato de serem mulheres. Anos depois, com a promulgação da Lei nº 11.340⁸³, conhecida como “Lei Maria da Penha”, em 2006, o conceito foi ampliado para qualquer ato de violação dos direitos humanos das mulheres.

As rupturas do real influenciaram o campo das ciências. Lourdes Maria Bandeira⁸⁴ demonstra que, tradicionalmente, as pesquisas nas ciências sociais brasileiras foram orientadas pelas

⁸⁰ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*. Nova York: Nações Unidas, 1979. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139389>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

⁸¹ _____. *Declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher*. Nova York: Nações Unidas, 1993. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/095/05/PDF/N9409505.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

⁸² MORGANTE, Mirela Marin. "*Se você não for minha, não será de mais ninguém*": as denúncias registradas na DEAM/Vitória-ES (2002-2010). Vitória: Milfontes, 2019.

⁸³ BRASIL. Lei n.º 11.340. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 14 mai. 2018.

⁸⁴ BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

noções da teoria sociológica clássica e, por isso, tenderam a analisar o fenômeno da violência de gênero – sobretudo cometida a partir da esfera estatal – por meio de conceitos como papel do Estado e controle social. Logo, deixavam escapar os pormenores das violações cometidas em função das desigualdades sociais de gênero e sexualidade, as quais diferenciam e norteiam a vida de cada indivíduo, além da própria estruturação de gênero e sexualidade que a violência assume, revitimizando homens e mulheres e revelando a matriz cultural e o posicionamento ideológico do Estado.

Progressivamente, assistiu-se a uma ruptura epistemológica que possibilitou a constituição de um novo campo cognitivo, teórico-metodológico, linguístico, narrativo e investigativo. Passou-se da denúncia e da análise da violência contra a mulher para a incorporação da violência de gênero enquanto categoria interpretativa, além de seu uso a partir de uma perspectiva dos direitos humanos. Encarna Bodelón⁸⁵ observa que

[...] La dimensión institucional de las violencias contra las mujeres es una de las novedades que la perspectiva feminista ha incorporado al análisis de dicho fenómeno. Desde sus inicios el movimiento feminista fue consciente del papel ambiguo del Estado en las violencias contra las mujeres. Para comprender adecuadamente la violencia de género debemos tomar muy seriamente que dicha violencia de género se nutre también de violencias institucionales, de acciones u omisiones realizadas por el Estado y sus autoridades. [...] Se ha visibilizado que el Estado puede ser también un agente que comete formas de violencia de género institucionalizada, no sólo porque através de sus agentes se realicen actos de violencias físicas, psicológicas o sexuales, sino también por la responsabilidad que tiene el Estado y sus agentes en la prevención, sanción y erradicación de dichas violencias.⁸⁶

Portanto, tal descontinuidade favoreceu um novo olhar sobre as manifestações violentas cometidas no interior das relações assimétricas de poder entre o Estado e as mulheres. Na busca pelo entendimento da violência de gênero institucional, foram abarcados elementos até então considerados da ordem da subjetividade, como a condição de sexo e a sexualidade, os papéis sociais de gênero instituídos pelo patriarcado e os comportamentos esperados do

⁸⁵ BODELÓN, Encarna. Violencia institucional y violencia de género. *Revista de la Universidad de Granada. Anales de la Cátedra Francisco Suárez*, v. 48, p. 131-155, 2015, p. 133-135.

⁸⁶ Tradução livre: A dimensão institucional das violências contra as mulheres é uma das novidades que a perspectiva feminista incorporou nas análises desse fenômeno. Desde seus princípios o movimento feminista esteve consciente do papel ambíguo do Estado nas violências contra as mulheres. [...]. Para compreender adequadamente a violência de gênero devemos tomar muito seriamente que essa violência de gênero se nutre também de violências institucionais, de ações ou omissões realizadas pelo Estado ou suas autoridades. [...] Cada vez mais se torna visível que o Estado também pode ser um agente que comete formas de violência institucionalizada de gênero, não só porque seus agentes realizam atos de violência física, psicológica ou sexual, mas também pela responsabilidade que tem o Estado e seus agentes na prevenção, punição e erradicação da violência.

feminino e do masculino.

1.2 DA COLÔNIA À REPÚBLICA: O PERCURSO DO PATRIARCADO

Ao analisar o percurso histórico do Brasil, é inevitável constatar o quanto se confunde com uma história social e política da violência, e, na mesma medida, o quanto buscou-se mascarar tal fato através do mito da não-violência brasileira. Marilena Chauí⁸⁷ explica que esse mito tem por finalidade admitir que a violência existe, mas como acontecimento esporádico ou contingencial. Trata-se da aceitação-negação da violência.

Herdeira mais velha do autoritarismo, não há como negar que a violência é um elemento permanente, que acompanha o curso do país desde a Colônia até a contemporaneidade. Maria Vitória Benevides⁸⁸ e Jaime Ginzburg⁸⁹ concordam com tal perspectiva e argumentam que

Essa prática nefanda, verdadeira herança maldita trazida pelos portugueses ‘educados’ nos métodos da dita sagrada Inquisição, permanece passando por Colônia, Império, Independência, República, ditaduras e imperfeitos Estados de direito, com governos de todos os tipos. Os indígenas, os hereges ou infiéis, os negros escravos ou descendentes, os ‘vadios’, os marginais de toda sorte, os internos nos manicômios, os ‘subversivos’ e opositores políticos, os presos dito ‘comuns’, os pobres em geral, os não-cidadãos, todos potencialmente vítimas dos abusos e da violência extremada. Para punir, disciplinar e purificar, arrancar confissões e informações, intimidar, ‘dar o exemplo’, vingar, derrotar física e moralmente o suposto inimigo, ou, simplesmente o indesejável.

Somos herdeiros de duas experiências dolorosas, de sujeição à agressão, de ausência de senso coletivo, de absoluta falta de consideração com relação à maioria dos habitantes por parte das elites. Nossa formação social é resultado de um processo intensamente truculento, cujas consequências se fazem sentir até o presente, pois suas dores nunca foram inteiramente superadas.

Para Jorge Couto⁹⁰, a violência viabilizou o modelo de exploração português no Brasil. O Estado lusitano conferiu aos brancos colonizadores não somente o direito de exploração da terra, mas principalmente o poder da violência, ao permiti-los decidir sobre a vida e a morte de mulheres, de perseguidos pela Inquisição católica, de criminosos em dívida com a Coroa, de índios e africanos escravizados.

⁸⁷ CHAUI, 1980.

⁸⁸ BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. Tortura no Brasil, uma herança maldita. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenação Geral de Combate à Tortura (Org.). *Tortura*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 21.

⁸⁹ GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: TELES, Edson; SAFLATLE, Vladimir Pinheiro (Org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 1.

⁹⁰ COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil*. Lisboa: Edição Cosmos, 1998.

Uma vez legitimada no domínio público da Colônia, foi no espaço privado da Casa-Grande que a violência se imbricou ao sistema patriarcal. Vale mencionar que o patriarcado, enquanto sistema cultural e estrutura ideológica de poder baseada na violência, configura-se como um tipo hierárquico de relação que se expande para todos os espaços sociais, atravessando os limites do privado. Para Heleieth Saffioti⁹¹, as relações patriarcais, suas hierarquias e sua organização de poder contaminam toda a sociedade, posto que o contrato patriarcal atravessa não apenas a sociedade civil, mas o espaço público e a dinâmica do Estado. A autora salienta que essas duas dimensões da vida social estão profundamente ligadas e parcialmente mescladas.

Maria Beatriz Nader e Mirela Morgante⁹² caminham na mesma direção ao propor que

[...] *Patriarcado*, enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais.

Desse modo, o recém-consolidado patriarcado brasileiro desempenhou uma dupla função no empreendimento exploratório: estratégia política de colonização e modelo de organização social. Espelhando o conservadorismo da metrópole lusitana, cristalizou padrões de identidade e papéis sociais de gênero de forma bastante rígida. Karen Giffin⁹³ mostra que, a partir da extrema oposição entre cultura e natureza, razão e emoção, sujeito e objeto, mente e corpo, o patriarcado definiu o feminino e o masculino como extremos opostos, excludentes e fixos em suas diferenças. O homem foi demarcado enquanto componente renovador, racional, imaginativo, ambicioso e criador. A mulher, enquanto componente sóbrio, subjugado, conservador, casto, honrado, virtuoso, ordeiro e integrador.⁹⁴

Riolando Azzi⁹⁵ coaduna com essa percepção ao argumentar que, nessa divisão de papéis

⁹¹ SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

⁹² MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. *Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH*, Rio de Janeiro, 2014, p. 3.

⁹³ GIFFIN, Karen. Violência de Gênero, sexualidade e saúde. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1), p. 146-155, 1994.

⁹⁴ NADER, 2014.

⁹⁵ AZZI, Riolando. Famílias e valores no pensamento brasileiro (1870-1950): um enfoque histórico. In: RIBEIRO, Ivete (Org.). *Sociedade brasileira contemporânea: famílias e valores*. São Paulo: Loyola, 1987.

conforme o sexo, a mulher foi educada para saber que o espaço geográfico de sua existência remete à casa e a seus afazeres, devendo sair o mínimo possível desse ambiente e do lugar de filha recatada, esposa dedicada ao marido e mãe zelosa pela educação dos filhos. Mesmo depois de viúva, cabia à mulher permanecer retirada no lar, com a sexualidade sob controle e perfeitamente enquadrada no ordenamento social conservador. Por outro lado, ao homem foi legado o espaço público, político e social, da liderança, da racionalidade e das decisões importantes. Sua função no espaço doméstico foi relacionada ao desempenho do papel de patriarca, provedor, chefe da família, portanto, autoridade máxima. Determinou-se a ele cumprir o dever de zelar pela preservação dos valores morais da família, assegurando, desse modo, a manutenção da hierarquia nas relações de poder entre homens e mulheres.

Gilberto Freire⁹⁶ avança que tal diferenciação seria justificável em função do físico feminino, sedentário e voltado à maternidade, e da tendência masculina à adaptação e liderança. Segundo essa percepção, as mulheres não apresentam capacidade de tomar ou participar das decisões, carecendo da dominação patriarcal masculina. Para Miriam Grossi⁹⁷, a questão chave é que tal percepção, somada aos valores da ideologia patriarcal, produziu o argumento – na mesma medida que foi produzido e reforçado a partir dele – de que os homens têm o poder de usar da violência para submeter as mulheres, por meio do controle de seus corpos e, sobretudo, de sua sexualidade.

Lana Lage da Gama Lima⁹⁸ observa que desde o contexto colonial, enquanto sistema de valores, o patriarcado ofereceu legitimidade ao modelo das relações de poder e às posições de desigualdade, dominação e violência entre homens e mulheres por meio da submissão pela sexualidade. Isso ocorreu tendo em vista que no patriarcado

A sexualidade na mulher tem sido relacionada com a reprodução, ou seja, para a mulher o centro da sexualidade é a reprodução e não o prazer. A sexualidade, reduzida à genitalidade, se apresenta para as mulheres como algo sujo, vergonhoso, proibido. Os homens, ao contrário das mulheres, recebem mensagens e são preparados para viver o prazer da sexualidade através do seu corpo, já que socialmente o exercício da sexualidade no homem é sinal de masculinidade. De um modo geral podemos dizer que as mulheres desde que nascem são educadas para serem mães, para cuidar dos outros, para “dar prazer ao outro”. A sua sexualidade é negada, reprimida e

⁹⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

⁹⁷ GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 293-313.

⁹⁸ LIMA, Lana Lage da Gama. Penitentes e solicitantes: gênero, etnia e poder no Brasil colonial. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel. (Org.). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes, 2006.

temida⁹⁹.

A Casa-Grande foi a instituição colonial responsável por modular os valores patriarcais. Simbolizou o lugar de maior expressão de poder dos homens, detentores do governo, da autoridade, das terras, das coisas e das pessoas¹⁰⁰. Ao mesmo tempo, cumpriu a função de principal unidade reprodutora da violência, especialmente em suas materializações ocorridas por conta do gênero. No seio da família patriarcal, no interior da Casa-Grande, a violência de gênero manifestava-se de forma rude contra as mulheres brancas. Em conformidade com os protocolos do Estado e da Igreja, esperava-se dessas mulheres o bom comportamento, o bom modelo, de acordo com a moral e os bons costumes. Por isso, era reservado aos patriarcas o dever de vigilância, coerção, repressão, dominação e violação dessas mulheres, que precisavam ter a sexualidade e o comportamento resguardados, domados e adestrados. Sobre isso, Emanuel Araújo¹⁰¹ observa que

Das leis do Estado e da Igreja, com frequência bastante duras, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, maridos, e à coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas. (...) O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e, portanto, cabia a ele exercer a autoridade.

Entre o século XIX e primeira metade do século XX, durante a experiência do Império e primórdios da República, a sociedade brasileira experimentou transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. A estrutura colonial, escravocrata e latifundiária sofreu abalos e entrou em um processo de desintegração, sobretudo a partir das últimas décadas do Oitocentos. Os valores liberais de igualdade e liberdade, importados da Europa, ascenderam entre a burguesia em formação; o Brasil firmou-se enquanto nação independente; a escravidão foi alvo de questionamentos até cessar; os centros urbanos se expandiram, impulsionados pelo alto fluxo migratório oriundo do campo e de outros países; lentamente, as mulheres tiveram mais acesso aos espaços públicos de trabalho, educação e lazer; a produção econômica doméstica e manufatureira foi substituída pela industrial; as formas de comunicação se revolucionaram; a mobilidade social cresceu, assim como a mobilização

⁹⁹ CABRAL; DÍAZ, 1998, p. 144.

¹⁰⁰ FREYRE, 2006.

¹⁰¹ ARAUJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 45-77. p. 63.

política incitada pela formação da classe operária e pela chegada das ideias socialista, anarquista e feminista.

Essas alterações foram inegavelmente consideráveis. Entretanto, não significaram uma ruptura no padrão de violência institucionalizado pelo patriarcado, já que não demarcaram a origem de uma nova ordem de relações de poder e de gênero. A grande preponderância do pensamento de matriz conservadora no país acabou freando seus impactos – sobretudo no que diz respeito à questão das mulheres¹⁰². As mudanças provocaram, na verdade, uma modernização conservadora, que ocorreu sem alterar a desigual configuração já existente e que era entendida como necessária à ordem e ao progresso de uma sociedade tipicamente hierarquizada. Portanto, a violência de gênero, a violência institucional perpetrada pelo Estado e a violência de gênero institucional continuaram permeando as relações sociais e de poder no Brasil.

No período imperial, as manifestações da violência se mantiveram mesmo depois da Independência e da Constituição de 1824¹⁰³, que trouxe em seu texto a promessa de proibição da prática da tortura contra os acusados de crimes. Vale lembrar que, seja durante os Reinados, seja durante a Regência, o Estado massacrou revoltas e insurreições de pobres livres, escravos e libertos e também populares reunidos em motins que contestavam a monarquia, os privilégios das elites brancas e a escravidão, defendiam o separatismo de algumas regiões e germinavam as sementes da República. Depois, exibiu publicamente os corpos das vítimas como troféus.

O Manifesto Republicano de 1870, marco do primeiro clamor pelo espírito democrático em terras nacionais, denunciou os privilégios de religião, raça e posição social como distinções arbitrárias que originavam no seio da sociedade civil e política as diferenciações, expondo as violações cometidas pela monarquia contra a soberania nacional e a vontade popular¹⁰⁴. Mas, em nada se manifestou sobre a violência de gênero institucional e a prática da tortura que perpassava o cotidiano das relações sociais.

¹⁰² Sobre o assunto, ver: AZZI, 1987.

¹⁰³ BRASIL. *Constituição política do Império*. Secretaria de Estado dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 25 mai. 2018.

¹⁰⁴ Para maiores informações sobre o assunto, ver: DE CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

No século XIX, apesar de ser registrado um tímido aumento da participação feminina nos espaços públicos, ainda predominava a situação de servilidade e ignorância das mulheres. Elas permaneciam afastadas das instituições de instrução, embora em fins do século, contraditoriamente, fossem cada vez mais incentivadas no cumprimento de um papel social e moral na recém-fundada República positivista, como esposas dedicadas aos homens incumbidos de dirigir a pátria e mães responsáveis pela formação dos futuros cidadãos. Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres ainda ocupavam posições submissas em relação aos homens e não haviam ainda garantido sequer seus direitos civis¹⁰⁵.

Os valores patriarcais foram se adaptando ao arranjo político-social e permaneceram atravessando os relacionamentos privados entre homens e mulheres, a cultura, o direito e as relações entre Estado e sociedade. Maria Beatriz Nader et al¹⁰⁶ consideram que o sistema de divisão e hierarquização dos padrões comportamentais e sociais conforme o sexo sobreviveu às inúmeras transformações sociais que se deram no Brasil imperial e republicano por meio da produção de um forte sistema de crenças.

Na ordem republicana, patriarcado e violência foram fortalecidos pelos sistemas de pensamento católico e positivista. Tais sistemas conflitavam no que diz respeito às propostas para a organização social do país: o católico tendia a posições reacionárias, de retorno ao mundo rural, ao passo que o positivista pendia ao modelo urbano-industrial. Porém, coincidiam sobre a manutenção da ordem hierárquica de gênero pela inibição da presença feminina nos espaços abertos pelas transformações sociais e pela manutenção da condição submissa das mulheres, e do lugar privilegiado dos homens na esfera pública e privada. Tudo em nome da proteção da família e da preservação da ordem societal conservadora¹⁰⁷.

Essa combinação de sistemas de pensamento e interpretação da realidade ultrapassaram as fronteiras dos relacionamentos privados e influenciaram na manutenção do perfil violento do Estado brasileiro. No curso do tempo, permaneceu evidente o padrão de suas manifestações violentas, inclusive em função do gênero, e do uso corrente da tortura. Nesse cenário, o corpo

¹⁰⁵ QUINTANEIRO, Tania. A construção da feminilidade. In: *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 151-178.

¹⁰⁶ NADER, Maria Beatriz et al. A violência contra as mulheres em Vitória (ES): caminhos para a compreensão e enfrentamento do problema. In: FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva; RODRIGUES, Alexsandro; MONZELI, Gustavo. *A política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa*. Vitória: Edufes, 2016, p. 263.

¹⁰⁷ AZZI, 1987.

ainda se mantinha enquanto lugar privilegiado de dominação e punição.

1.3 A TORTURA DA DITADURA MILITAR COMO VIOLÊNCIA DE GÊNERO INSTITUCIONAL

Analisando a permanência da violência legítima no percurso histórico brasileiro, Jeferson de Castro¹⁰⁸ observa que, além da trágica presença da tortura ao longo de toda a história do Brasil, em diversos contextos da fase republicana do país os monopolizadores da violência legítima concluíram que, não havendo entre os civis legitimidade para governar e havendo, por isso, ameaça à segurança nacional, a legitimidade do poder – e, conseqüentemente, da violência – poderia ser então autoproclamada e auto atribuída.

Na mesma perspectiva, Maria Luiza Carneiro¹⁰⁹ considera que as formas despóticas assumidas pelo Estado novo e pela ditadura militar cristalizaram a profecia da violência na história nacional, uma vez que “simbolizam [...] tempos difíceis, duros, marcados pela repressão, pela violência, pela tortura, pela censura, pelo abuso do poder”. São períodos que representaram a apoteose do processo de edificação do autoritarismo, manifestando a interação da violência institucional e de gênero de maneira categórica.

Durante a ditadura militar, a simbiose entre patriarcado e autoritarismo produziu um tipo de violência de gênero institucional evidentemente marcada pela escritura no corpo das mulheres. Por isso, para interpretar a prática sistemática da tortura, é indispensável buscar uma perspectiva de investigação que individualize suas manifestações e dê conta das nuances adquiridas, sobretudo em função do gênero. Para Rosa Maria Borges, Simone Schuck e Laura Albuquerque¹¹⁰, vem daí

A defesa pela incorporação de um olhar desde a perspectiva de gênero ao estudo da violência de Estado, pois que assim pode-se contribuir para tornar visível o impacto diferenciado [...] das práticas de violência política. Tal perspectiva incide não

¹⁰⁸ CASTRO, Jeferson Martins de. *O habitus militar e as práticas da tortura na ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

¹⁰⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 19.

¹¹⁰ BORGES, Rosa Maria Zaia; DA SILVA, Simone Schuck; ALBUQUERQUE, Laura Gigante. Crimes sexuais na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): perspectivas da violência institucional e de gênero. *Sistema Penal & Violência*, v. 8, n. 1, p. 3-15, 2016. p. 8

apenas na conceituação legal das condutas, mas também nos processos de verdade e nas políticas de justiça, memória e reparação.

Conforme Amílcar Torrão Filho¹¹¹, na ditadura militar, o poder institucionalizado se exerceu autoritariamente sobre o gênero como forma de controle social e de domínio político contra o “inimigo interno”. Tal conceituação é bastante difusa, elástica e funcional, amplamente utilizada pelos militares para definir indivíduos que apresentassem não somente ideologias políticas contrárias às da nação, mas também identidades, comportamentos e papéis sociais desviantes daqueles demarcados de antemão conforme o sexo biológico. Qualquer um que contrariasse os elementos do imaginário militar, calcado no patriarcado, era incompatível com a vontade consonante da pátria, e, logo, ameaçador aos interesses nacionais.

Na ditadura militar, todos cumpriam um papel ideológico, regulatório, disciplinador e também punitivo. Assim como em outros projetos políticos autoritários que se instalaram em países do Cone Sul no mesmo período, no Brasil, a representação dos sujeitos aconteceu de maneira sectária, unitária e não diversificada, em acordo com os valores patriarcais e segundo o viés heteronormativo. As características, comportamentos, atividades e ações foram socialmente construídos como “mais masculinos” ou “mais femininos” e combinados em personalidades e caracteres “mais masculinos” ou “mais femininos”, heterossexualmente orientados¹¹².

As desigualdades sociais de gênero e de sexualidade eram acentuadas e reproduzidas nas formas que a violência assumiu, atingindo diferentemente homens e mulheres. Partindo-se do pressuposto de que a violência de gênero configura a prática de subverter direitos considerando-se a hierarquia social e de gênero, pode-se constatar que a violência perpetrada pela ditadura configurou uma violência de gênero institucional. Com base nas diferenciações e hierarquizações socioculturais definidas como “naturais” para o ser feminino e o ser masculino, as quais criam expectativas e definições sobre as identidades e os papéis sociais para machos e fêmeas, a tortura operou classificando, discriminando e violentando, de modo distinto, os corpos de militantes homens e mulheres, na prática da violência de gênero institucional.

¹¹¹ TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, v. 24, p. 127-152, 2005.

¹¹² BRASIL, 2014, p. 401.

Um exemplo está nos testemunhos de Francisco Ferreira de Oliveira e Izabel Fávero, prestados à Comissão Nacional da Verdade¹¹³:

Quando eu cheguei no DOPS, tinha um tal de... ele era apelidado de Lúcio Fé, ele pegou, [...] com a licença da palavra, ele pegou uma cordinha, um cadarço, e amarrou nos meus testículos e ficou batendo um punhal, puxando, e falou “eu vou te castrar, seu filho da puta”. Com a licença da palavra, “vou te castrar, seu filho da puta” e deu um corte nos meus testículos [...] E ficou aberto, eles não costuraram, eu fiquei internado no Hospital Militar, eles não costuraram. [...] No ânus, eles enfiavam um canudo e soltavam um rato vivo dentro do canudo.

Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”, enfim, eu não me lembro bem se no terceiro, no quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então, eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mal cheiro, eu estava suja, e eu acho que, eu acho não eu tenho quase certeza que eu não fui estuprada, porque era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo de mim.

É importante atentar para o fato de que a prática da tortura pelos agentes das Forças Armadas não deve ser entendida como prova de puro sadismo, muito menos como exceção cometida por alguns. Os militares não nascem fardados e tampouco crescem dentro dos quartéis à espera da guerra, eles são produto das construções político-culturais da sociedade que habitam. A prática da violência de gênero institucional é resultado da combinação de elementos imaginados e compartilhados no bojo de uma cultura política autoritária, patriarcal e conservadora, cujas raízes, conforme já demonstrado, remontam à colonização. Luiz Felipe de Alencastro¹¹⁴ lembra que a

[...] Prática de espancar os escravos logo de entrada, para ressocializá-los no contexto da opressão nas fazendas e engenhos do Império [foi] método de terror luso-brasílico, e mais tarde autenticamente nacional, brasileiro, o choque do bárbaro arbítrio do senhor - visando demonstrar ao recém-chegado seu novo estatuto subumano - voltou a ser praticado durante a ditadura de 1964-1985. Instruídos pela longa experiência escravocrata, os torturadores do DOI-CODI e da Operação Bandeirantes também faziam uso repentino da surra, à entrada das delegacias e das casernas, para desumanizar e aterrorizar os suspeitos de “subversão”.

À vista disso, os militares não inventaram a tortura. Apenas se apropriaram dela e a aprimoraram, estudando e apreendendo mecanismos novos em sua prática.¹¹⁵ Numa

¹¹³ Ibid., p. 403.

¹¹⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 149.

¹¹⁵ Sobre a influência das escolas britânica e norte-americana de inteligência no ensino e treinamento de métodos de tortura concedido a militares brasileiros, ver: BRASIL, 2014, p. 329.

entrevista concedida em 1997 ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil¹¹⁶ (CPDOC), o penúltimo presidente do regime militar, Ernesto Geisel (1974-1979), admitiu a existência da tortura durante toda a ditadura. Ele a justificou como sendo um instrumento necessário na suposta busca do bem e no combate ao mal e afirmou que

[...] A tortura em certos casos torna-se necessária, para obter informações. [...] Alguns oficiais foram mandados à Inglaterra para conhecer as técnicas do serviço de informação e contrainformação inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre tortura. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com discrição. E nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior.

Mais recentemente, em depoimento à CNV¹¹⁷, o coronel Paulo Malhães¹¹⁸ também confirmou o uso da tortura em suas atividades e justificou-a como meio legítimo para se obter informações:

CNV: Mas o senhor não nega a existência de tortura?

O senhor Paulo Malhães: Não, eu mesmo, quando comecei a minha vida nessas informações, eu mesmo cheguei a fazer tortura, não quero mentir para o senhor.

CNV: E a tortura tem cabimento? O senhor Paulo

Malhães: Tem.

CNV: O senhor acha?

O senhor Paulo Malhães: Acho.

CNV: Defenda a tortura. Justifique a tortura.

O senhor Paulo Malhães: A tortura é um meio. O senhor quer obter uma verdade.

[...] Tem que me apertar para eu contar. Se não eu não conto. Muito claro e simplesmente. Então, a tortura, em elemento de grande periculosidade, vamos dizer assim, é válida.

Não há dúvidas de que a tortura constituiu uma política do Estado militar. Tratou-se de uma manifestação violenta regular, massiva, incorporada às condutas, às práticas e aos comportamentos dos agentes das Forças Armadas, e prevista nas diretrizes da Doutrina de

¹¹⁶ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/ernesto-geisel-10>>. Acesso em 21 jun. 2018.

¹¹⁷ BRASIL, 2014, p. 346.

¹¹⁸ O coronel Paulo Malhães foi, entre os anos de 1970 e 72 do governo Médici, o responsável por um dos maiores centros clandestinos de tortura do país, localizado em Petrópolis, RJ. Tal centro ficou conhecido como a “Casa da Morte”, onde diversos presos políticos foram torturados e assassinados. Era chamado de “casa de conveniência” entre os torturadores, que justificavam sua existência como destinada a receber os guerrilheiros capturados e transformá-los em infiltrados em suas próprias organizações de esquerda.

Segurança Nacional¹¹⁹ (DSN). O Relatório da Anistia Internacional¹²⁰ de 1972, o primeiro a tratar do tema da tortura no Brasil, mostra que tal manifestação violenta transformou, sistematicamente, corpos em lugares práticos de exercício de poder e controle social.

Conforme o Relatório, o caráter sistemático da prática da tortura pode ser atestado por alguns elementos comuns: a existência de um campo de conhecimento a embasá-la; a presença de médicos e enfermeiros nos centros em que era empregada; o relato das vítimas sobre a repetição de fatos com as mesmas características; a burocratização do crime, que contava com destinação de recursos, organização de centros, instrumentos e pessoal próprio com equipes para cumprir turnos na sua execução e a adoção de estratégias de negação. A metodologia dessa violação de direitos humanos se transformou num conhecimento produzido e disseminado entre os membros das Forças Armadas.

É sabido que, embora tenha ocorrido em todos os períodos da ditadura militar, a fase mais aguda da prática da tortura se deu após a decretação do Ato Institucional n.º 5 (AI-5)¹²¹, durante o governo de Emílio Médici (1969-1974) – quando o aparato repressivo alcançou a plenitude e a violência foi promovida à política legítima do Estado. Segundo os indicadores do *Brasil: nunca mais*¹²², quando a ditadura investiu largamente no reforço de sua máquina repressiva criando uma verdadeira comunidade de segurança e informações¹²³, os números das denúncias de tortura explodiram. Saltaram de 85 em 1968 para 1.027 em 1969; 1.206 em 1970; 788 em 1971; 749 em 1972 e 736 em 1973.¹²⁴ Os “anos de chumbo” foram, “por

¹¹⁹ A expressão “segurança nacional” apareceu pela primeira vez na Constituição Federal de 1934, que fundou o Conselho de Segurança Nacional (CSN) com atribuições relacionadas à defesa e à segurança do país. A partir dos anos 1950, quando o tema alcançou maior relevo em função do contexto da Guerra Fria, a recém-criada Escola Superior de Guerra (ESG) passou a reformular a Doutrina de Segurança Nacional, explicitando a influência militar nas questões geopolíticas do país. A partir da teoria da “guerra revolucionária” contra o inimigo interno, dominante nos manuais da ESG, foi elaborado um abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento de ações repressivas contra os “focos de perturbação” comunista. Para maiores informações, ver: FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, Londrina, v. 2, n. 4, p. 831-856, jul./dez. 2009.

¹²⁰ Amnesty International. *Report on Allegations of Torture in Brazil*. Nottingham: Russell Press, 1972. Disponível em: <https://issuu.com/anistiabrasil/docs/relat_rio_da_tortura_1972>. Acesso em: 23 mai. 2018.

¹²¹ BRASIL. Ato Institucional n.º 5, de 13 de abril de 1968. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 14 jan. 2018.

¹²² ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 70.

¹²³ A comunidade foi constituída por um conjunto de órgãos e agentes especializados na coleta e armazenamento de dados sobre a subversão, além das ações repressivas, ligados por uma espécie de acordo que supunha sigilo e lealdade, selado pelo sentimento de comprometimento com a causa anticomunista e os objetivos da “revolução” de 1964. Para maiores informações, ver: FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

¹²⁴ É preciso considerar que o número de pessoas torturadas durante os anos de chumbo é certamente maior. Há o

excelência, o tempo da tortura, dos alegados desaparecimentos e das supostas mortes acidentais”¹²⁵.

A porta de entrada do labirinto da violência era a prisão, ou melhor, o modo como ocorria a detenção, geralmente arbitrário, caracterizado por sequestro, ausência de mandado judicial ou respeito à lei e às garantias individuais de cidadãos e cidadãs. Sobre a ocorrência da tortura nos procedimentos de detenção, a Comissão Nacional da Verdade¹²⁶ considera que

Constitui tortura a adoção de medidas que restrinjam a liberdade do detido além do nível de sofrimento estritamente necessário e intrínseco à detenção, tais como: imposição de isolamento em cela reduzida, sem ventilação ou luz natural; restrição ao regime de visitas; intimidação como ameaça de atos violentos; violência física contra a vítima; exibição do preso nu ou em trajes que o exponham; e má prestação de serviços básicos, como atenção médica, alimentação e higiene. Também se considera tortura a submissão do detido ao isolamento prolongado e à incomunicabilidade coercitiva. Tais medidas só podem ser utilizadas de maneira excepcional (e em estrita aplicação dos critérios de necessidade, legalidade e proporcionalidade), pois produzem uma situação de particular vulnerabilidade, além de perturbações psíquicas e morais ao detido ao inviabilizarem o contato com seus familiares e com o mundo exterior. Vale destacar que a mera ameaça de uma das medidas elencadas, quando suficientemente real e iminente, pode, por si só, constituir ato de tortura.

Uma vez na prisão, o repertório de práticas violentas uniformizadas incluía torturas físico-psíquicas, como colocar a pessoa na “cadeira do dragão”¹²⁷ e administrar choques elétricos em partes sensíveis do corpo, como língua, pontas dos dedos, ouvidos e nariz; afogar com água ou mistura de produtos químicos; manter encapuzado para dificultar a respiração e desorientar no tempo e espaço; espancar com cassetetes ou outros instrumentos; usar palmatórias¹²⁸; sufocar para obstruir a respiração e produzir sensação de asfixia; estrangular; simular fuzilamento; entregar a outra unidade repressiva mais violenta.

caso de presos políticos que não conseguiram fazer um relato das torturas sofridas nos processos movidos pelo *Brasil: nunca mais* (1985).

¹²⁵ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEISS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹²⁶ BRASIL, 2014, p. 285.

¹²⁷ Cadeira pesada, tipo barbeiro, em que a vítima era presa para o recebimento de choques elétricos, com uma trava empurrando para trás as suas pernas, e na qual suas pernas batiam com os espasmos decorrentes das descargas elétricas. Para informações, ver: BRASIL, 2014, p. 367.

¹²⁸ Hastes de madeira, com perfurações na extremidade, que é arredondada. Era usada na região da omoplata, na planta dos pés e palma das mãos, nádegas etc., causando o rompimento de capilares sanguíneos e ocasionando derrames e inchaço que impedem a vítima de caminhar e de segurar qualquer coisa. Para informações, ver: BRASIL, 2014, p. 368.

Também eram frequentes atos como ameaçar e prender familiares; isolar e proibir a comunicação; ameaçar; fazer lavagem cerebral repetindo palavras, frases ou informações falsas; perpetrar “roleta russa”¹²⁹; aplicar “telefone”¹³⁰; manter o preso de pé e contra a parede por muitas horas; impedir a realização das necessidades básicas, como comer, beber água, dormir, ir ao banheiro; colocar na “geladeira”¹³¹ e no “pau-de-arara”¹³²; mutilar partes do corpo; utilizar animais e produtos químicos; violentar sexualmente.

Sobre esse último método, esta pesquisa admite a definição preconizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e seguida pela CNV¹³³, segundo a qual são considerados violência sexual quaisquer atos ou mesmo tentativas de realizar ato sexual, comentários ou investidas sexuais não consentidas, para comercializar ou controlar a sexualidade de uma pessoa através do uso da coerção, realizados por qualquer sujeito e em qualquer ambiente. A violência sexual abrange toda ação praticada em qualquer relação de poder, quando o abusador obriga outro indivíduo à prática sexual ou sexualizada por meio de força física, influência psicológica (intimidação, aliciamento, indução da vontade e sedução), uso de armas ou drogas.

Além da penetração vaginal, anal e oral, também são considerados violência sexual golpes nos seios; golpes no estômago para provocar aborto ou afetar a capacidade reprodutiva; introdução de objetos e/ou animais na vagina, pênis e/ou ânus; choque elétrico nos genitais; sexo oral; atos físicos humilhantes; andar ou desfilarem nu ou seminua diante de homens e/ou mulheres; realizar tarefas nu ou seminua; maus-tratos verbais e xingamentos de cunho sexual; obrigar as pessoas a permanecer nuas ou seminuas e expô-las a amigos, familiares ou estranhos; ausência de privacidade e negação de artigos de higiene no uso de banheiros.

Não obstante essa uniformidade nos métodos da tortura físico-psíquica, a prática da violência permite identificar constrangimentos e abusos diretamente influenciados pela assimetria das

¹²⁹ Operação que consiste em deixar uma só bala no tambor de um revólver, fazê-lo girar, apontar o cano da arma sem conhecer a posição exata da bala e apertar o gatilho. Para informações, ver: BRASIL, 2014, p. 375.

¹³⁰ Técnica de aplicação de pancada com as mãos em concha nos dois ouvidos, ao mesmo tempo, que pode levar ao rompimento dos tímpanos e à surdez. Para informações, ver: BRASIL, 2014, p. 369.

¹³¹ Técnica de origem britânica em que o preso é confinado em uma pequena cela forrada com placas isolantes, sem orifício por onde penetre luz ou som externo. Um sistema de refrigeração alterna temperaturas baixas com temperaturas altas. Acendem-se, em ritmo rápido e intermitente, pequenas luzes coloridas, ao mesmo tempo em que um alto-falante instalado dentro da cela emite sons de gritos, buzinas e outros, em altíssimo volume. A vítima, geralmente despida, é mantida por períodos que variam de horas até dias, muitas vezes sem qualquer alimentação ou água. Para informações, ver: BRASIL, 2014, p. 372.

¹³² Técnica de suspensão do indivíduo através de um travessão de madeira ou metal, com pés e mãos atados, geralmente para aplicação de outras técnicas de tortura. Para informações, ver: BRASIL, 2014, p. 373.

¹³³ BRASIL, 2014, p. 418.

relações sociais, envolvendo poder, ideologia, gênero, corpo e sexualidade. Assim como as relações de poder e as hierarquias sociais, a estruturação da ordem de gênero e sexualidade refletiu na violência institucional do período. Influenciado pelas representações patriarcais e pelo autoritarismo, o imaginário militar admite o feminino como algo inferior e associa a masculinidade à virilidade e à violência. Isso acaba produzindo um padrão de ações institucionais de brutalidade, desrespeito, não-reconhecimento das liberdades civis básicas e transmissão da violência de uma extremidade de poder para uma ponta desempoderada conforme o gênero.¹³⁴ Nos espaços em que a tortura se tornou ferramenta de exercício de poder e dominação total,

A feminilidade e a masculinidade foram mobilizadas para perpetrar a violência, rompendo todos os limites da dignidade humana. Nesses espaços, os perseguidos políticos tiveram seus corpos encaixados na condição de prisioneiras e prisioneiros. No exercício da violência, mulheres foram instaladas em locais de identidades femininas tidas como ilegítimas (prostituta, adúltera, esposa desviante de seu papel, mãe desvirtuada etc.), ao mesmo tempo que foram tratadas a partir de categorias construídas como masculinas: machonas, fortonas. Nesses mesmos espaços de violência absoluta, também foi possível feminilizar ou emascular homens¹³⁵.

Considerando os apontamentos de Maria Amélia Azevedo¹³⁶, nota-se que a tortura militar operou como um instrumento do machismo patriarcal contra as mulheres. Foram reforçadas as desigualdades entre machos e fêmeas, sobretudo do ponto de vista do acúmulo de poder manejado pelos homens. A ausência da mulher dos lugares decisórios da vida pública e sua submissão através da prática da violência contribuíram para a continuidade do sistema de dominação masculina fundado no patriarcal. Para Idelber Avelar¹³⁷

A ditadura se ancorava, por certo, numa leitura masculinista e fálica do mundo: desbravar, entrar, penetrar foram imagens constantes na linguagem [...]. A masculinidade militar era ostensivamente homofóbica, mas também, por definição, homosocial, posto que marcada pela ausência da mulher. A voz do regime era decididamente masculina.

A tortura contra as mulheres militantes se materializou enquanto violência de gênero institucional pelo fato de serem mulheres a desafiar o Estado militar autoritário, e,

¹³⁴ SAPRIZA, Graciela. Memórias del cuerpo. In: ANDÚJAR, Andrea; DOMÍNGUEZ, Nora; RODRÍGUEZ, María Inés. *Historia, género y política en los 70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. Disponível em: <<http://www.feminaria.com.ar/colecciones/temascontemporaneos/temascontemporaneos.asp#007>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

¹³⁵ BRASIL, 2014, p. 402.

¹³⁶ AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres espancadas*. A violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.

¹³⁷ AVELAR, Idelber. Revisões da masculinidade sob ditadura: Gabeira, Caio e Noll. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 43, p. 49-68, 2014, p. 6.

principalmente, a hierarquia das relações sociais de gênero e os lugares, papéis e comportamentos estabelecidos pelo sistema patriarcal – em consonância com as diretrizes do pensamento católico e positivista – para o feminino. Conforme Gabriela Lima¹³⁸,

Se ocupar das questões políticas era motivo para que despertassem a violência dos agentes de Estado, e ainda mais quando se posicionavam diante dessas questões com a perspectiva da resistência ao regime autoritário vigente, extrapolando os limites que prendem as mulheres em uma esfera específica que se destina a elas e ainda tomando parte em ações subversivas e de apoio à causa da democracia no seio de um governo antidemocrático. As mulheres que caíram nas mãos da repressão enfrentavam, assim, a agressão por estarem do lado oposto do Estado centralizador e ainda violarem o código de postura estabelecido pela lógica patriarcal das relações de gênero, sendo duplamente atingidas pela violência do sistema repressivo.

A centralidade das ações violentas sobre o corpo da mulher expressou as desigualdades marcantes das relações hierárquicas de gênero. No interior dessas relações, os homens detêm a preponderância do poder, podendo se apropriar, inclusive sexualmente, do corpo feminino, a fim de “zelar” pela obediência das mulheres aos padrões comportamentais e papéis sociais estabelecidos para elas. Logo, os homens militares assumiram a função de “corrigir” as “desviantes” da norma por meio da objetificação, dominação e violação de seus corpos.

A violência físico-psicológica contra as militantes incluía melindrar suas “fragilidades”, tanto através da ameaça de filhos e familiares, quanto por meio de sevícias contra as “machonas”, “duronas”, “resistentes”, “subversivas”, “terroristas”, mulheres que ousavam romper os padrões normativos da feminilidade e se aproximar do extremo oposto, a masculinidade. No rol das torturas, estão ações de discriminação, desrespeito, rejeição, depreciação, humilhação, agressão contra a idoneidade, acusações falsas, xingamentos, insultos, agressões verbais, difamação e injúria.

As militantes presas foram violentadas por conta da ilegitimidade de suas identidades, afastadas dos lugares submissos de “esposas e mães”, e do habitual não-pertencimento das mulheres ao espaço público. Seus corpos se tornaram o campo de batalha em que se cometeu a violência mais brutal: a sexual. Sofreram, mais que os homens, abusos sexuais de toda sorte, os quais muitas vezes ocorriam na presença de estranhos, filhos e familiares como forma de potencializar

¹³⁸ LIMA, Gabriela Rodrigues. *Memória, gênero e política: a militância das estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo contra a ditadura militar (1969-1972)*. 2017. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. p. 74.

o constrangimento e o sofrimento da vítima. Elizabeth Jelín¹³⁹ aponta que

Los informes existentes sobre la tortura indican que el cuerpo femenino siempre fue un objeto “especial” para los torturadores. El tratamiento de las mujeres incluía siempre una alta dosis de violencia sexual. Los cuerpos de las mujeres – sus vaginas, sus úteros, sus senos –, ligados a la identidad femenina como objeto sexual, como esposas y como madres, eran claros objetos de tortura sexual¹⁴⁰.

A faculdade da procriação e a maternidade constituíram um peso a mais para as militantes vítimas da tortura. A gravidez não significou dispensa aos abusos, havendo, inclusive, uma peritagem distinta na tortura das mulheres gestantes, com a utilização de técnicas individualizadas quando se pretendia evitar ou efetivar abortos, ou até mesmo esterilizar e influenciar na capacidade de amamentação. Os impactos que tamanha violência causaria às mulheres e à vida futura dos bebês que conseguissem sobreviver, definitivamente, não configurou uma preocupação entre os torturadores.

A compreensão historiográfica mais completa da violência de gênero institucional cometida pela ditadura militar contra as mulheres vem sendo possibilitada há pouco tempo, após um longo caminho de disputas no cenário jurídico-político brasileiro. No próximo capítulo, será observado como o acesso aos arquivos documentais, à memória e à verdade histórica dos governos militares é um direito garantido muito recentemente. Após décadas de excesso de sigilo e de controle predominante na esfera governamental, uma série de medidas encampadas pelo poder Executivo puderam finalmente sistematizar a disponibilidade das informações, permitindo avanços na pesquisa histórica e, acima de tudo, elucidações sobre as violações de direitos humanos praticadas em função do gênero e da sexualidade.

¹³⁹ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

¹⁴⁰ Tradução livre: Os informes existentes sobre a tortura indicam que o corpo feminino sempre constituiu um objeto “especial” para os torturadores. O tratamento das mulheres incluía sempre uma alta dose de violência sexual. Os corpos das mulheres – suas vaginas, seus úteros, seus seios –, vinculados à identidade feminina como objeto sexual, como esposas e mães, eram nitidamente objetos de tortura sexual.

CAPÍTULO 2

MEMÓRIA TRAUMÁTICA, DIREITO À VERDADE E FONTES HISTÓRICAS

2.1 A LONGA BATALHA PELA ABERTURA DOS ARQUIVOS DA DITADURA NO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO

Cientes da repercussão de seus governos sobre o rumo dos direitos humanos no Brasil e exercitando seu poder social patriarcal e autoritário, os militares que compuseram os quadros da ditadura impuseram a confidencialidade e o pacto de silêncio como regra sobre seus atos políticos e sobre a existência de documentos que os pudessem comprová-los. Tais documentos receberam a alcunha de arquivos sensíveis ou arquivos de direitos humanos: registros escritos, imagéticos e orais que, além de fornecerem subsídios concretos sobre o funcionamento burocrático das instituições ligadas à administração pública do período, contêm informações que podem ser usadas para vias de esclarecimento e memória das violações cometidas pelos agentes do Estado autoritário.

Símbolo maior do processo de transição e legislação ainda vigente no país após mais de 40 anos de sua outorga, a Lei da Anistia de 1979 violou e ainda permanece violando o sistema internacional de direitos humanos. Em sua essência conciliadora, a lei desconstituiu os crimes praticados durante o período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979¹⁴¹, incluindo aqueles perpetrados pelos agentes da repressão. Em contraposição a outros países do Cone-Sul que também atravessaram governos autoritários, no Brasil os crimes perpetrados pelos agentes do Estado não foram levados aos tribunais para que pudessem ser investigados e julgados. Ela constitui o que Fábio Comparato¹⁴² avalia como aberração jurídica, ao instituir a impunidade e não provocar uma verdadeira ruptura, criando a sensação de que a

¹⁴¹ BRASIL. Lei n. 6.683. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 28 de agosto de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 7 jun. 2018.

¹⁴² COMPARATO, Fábio Konder. *A tortura no direito internacional*. Brasília: SEDH/Coordenação Geral de Combate à Tortura, v. 1, 2010.

ditadura é um fenômeno que não termina. Carlos Fico¹⁴³ considera que

A Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979, compunha uma estratégia delineada por um grupo restrito de integrantes do regime [...] e fazia parte da lógica segundo a qual era preciso enfraquecer o partido de oposição, o MDB, a fim de se garantir o controle da abertura política, planejada para transcorrer sem maiores percalços e, sobretudo, sem que os responsáveis pelos desmandos da ditadura fossem punidos. [...] A exclusão da anistia dos “condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” e o chamado “perdão aos torturadores” frustraram a expectativa otimista da campanha. A lei de 1979, que beneficiou opositores, mas também foi uma autoanistia, tornou-se a principal cláusula da transição democrática dos anos 1980 e consagrou a impunidade.

As deliberações da Lei de Anistia (1979) parecem ter intencionalmente provocado aquilo que Paul Ricoeur¹⁴⁴ denomina por excesso de esquecimento. A imposição literal do perdão mútuo acabou por semear as bases de uma política oficial de alheamento, contribuindo para alimentar o estado de amnésia da sociedade brasileira em relação aos acontecimentos de sua própria história e o monopólio do poder institucional sobre a memória coletiva¹⁴⁵.

É preciso ter em vista que a memória é um meio de significação social e temporal dos indivíduos. Lembrar ou esquecer consiste em alterar os elementos que dão significado e sentido ao futuro, uma vez que o que se lembra do passado é fundamental para que possa refletir sobre quem se é no mundo e onde se encontra no tempo¹⁴⁶. Em função disso, a lembrança das violações praticadas no passado e a consolidação de uma memória coletiva crítica em relação a esses eventos traumáticos são instrumentos cruciais. Eles operam como sinais de alerta e ajudam a garantir que violações semelhantes não se repitam. O direito à memória¹⁴⁷, portanto, é um combustível para a construção de uma cultura democrática, sustentando e legitimando as reformas políticas e jurídicas que caminhem nesse sentido.

Na Nova República, tal direito se manteve suprimido pelo Estado e as disputas pelo monopólio da memória coletiva se tornaram cada vez mais explícitas, dificultando a elucidação dos crimes cometidos pela ditadura. De um lado do embate, os militares saíam em defesa da legitimidade

¹⁴³ FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, v. 28, n. 47, p. 43-59, 2012, p. 51.

¹⁴⁴ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

¹⁴⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

¹⁴⁶ TORELLY, Marcelo D. *Justiça Transicional, memória social e senso comum democrático: notas conceituais e contextualização do caso brasileiro*. Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia. Portugal: Universidade de Coimbra, p. 102-121, 2010.

¹⁴⁷ Em países em que a discussão sobre a memória coletiva está mais avançada, como a França, o direito à memória tem sido frequentemente relacionado ao dever de memória – *devoir de mémoire* –, com rebatimentos no campo judicial. Sobre o assunto, Luciana Heymann (2007) tece uma análise relacionando história, memória e o direito francês, inclusive contrapondo com o caso brasileiro.

de seus atos políticos, endossando a inexistência da prática de crimes contra os direitos humanos e mesmo de arquivos que os confirmassem. Do outro lado, segmentos da sociedade civil interessados na explicação dos fatos reivindicavam o direito à verdade. Os historiadores, as vítimas e os familiares de desaparecidos, além de setores da imprensa envolvidos no debate, alegavam que os acervos não só existiam, mas estavam escondidos pelas Forças Armadas ou por terceiros intrincados com as violações, exigindo a abertura dos arquivos da ditadura e o depoimento de torturados e torturadores¹⁴⁸.

A conduta tolerante observada nos governos pós-redemocratização em relação ao assunto reflete, em muito, a permanência de um elemento típico da cultura política brasileira, qual seja a preferência pelas soluções conciliatórias. Os comportamentos de acomodação e negociação diante dos dilemas políticos, que historicamente predominam na tradição política nacional, continuaram a se reproduzir na Nova República. Além de contribuir diretamente para que os crimes cometidos pelo Estado militar fossem ofuscados e para que o direito de reparação às vítimas, pela justiça, fosse suprimido por longas décadas¹⁴⁹, a continuidade da tradição conciliatória no pós-redemocratização parece ter estimulado a fabricação daquilo que Hannah Arendt¹⁵⁰ considera um sequestro da memória por determinado setor da sociedade.

Esse mecanismo permitiu que a verdade militar acabasse prevalecendo. Consolidou-se, por isso, uma memória coletiva de enaltecimento dos feitos do regime, que tende a apaziguar as contradições históricas, não reconhecer e ocultar a violência que fora perpetrada pelo Estado autoritário, especialmente aquela cometida em função do gênero. Na lembrança do período, são alicerçados os feitos favoráveis à nação, como o suposto resgate frente à iminente ameaça comunista que assombrava todo o continente e o estabelecimento de um ambiente ordeiro e propício ao desenvolvimento da democracia e do capitalismo nacional. Questões relacionadas às torturas, às mortes – sempre ocorridas em decorrência de operações, conforme ainda afirmam os militares –, à identificação das vítimas, à localização dos corpos, entre outros crimes, são criteriosamente deslembradas, desmemoriadas.

Ao mesmo tempo em que revela a continuidade da tradição conciliadora e do caráter autoritário

¹⁴⁸ DE ÂNGELO, Vitor Amorim. Quem tem documentos sobre a ditadura? Uma análise da legislação e das iniciativas governamentais. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 11, n. 21, p. 199-234, 2012.

¹⁴⁹ CATELA, Ludmila da Silva. Do segredo à verdade. Processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e na Argentina. In: TELES, Janaina; TELES, Edson; SANTOS, Cecilia M. (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009.

¹⁵⁰ ARENDT, 1997.

do poder político, mesmo no regime civil, essa mentira organizada escancara a própria incipiência do processo democrático nacional na Nova República. Os governos democraticamente eleitos temem encarar a questão, pois os militares ainda constituem um poder, mesmo que mais oculto, o que põe em risco a consolidação da própria democracia.

Segundo consensos firmados entre organismos internacionais e países cujas experiências democráticas apresentam um maior estágio de amadurecimento, os direitos à transparência e publicidade da informação, à apropriação da própria história e à memória constituem direitos humanos básicos e primordiais¹⁵¹. Portanto, garantir tais direitos, e não os burlar, é dever de qualquer poder instituído que se pretenda democrático.

A fusão desses elementos garantiu que fosse extenso e árduo o histórico de luta até que o monopólio militar, o excesso de sigilo na esfera governamental e o comportamento conciliador pudessem ser superados em favor de um real comprometimento do Executivo brasileiro com o direito à memória e à verdade histórica da ditadura. As idas e vindas desse processo refletem exatamente a imbricação que existe entre as decisões políticas contemporâneas e a História do Tempo Presente, sobretudo aquela que se dedica à investigação de eventos e memórias traumáticas e de crimes contra os direitos humanos.

Os movimentos iniciais foram firmados no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), o primeiro presidente eleito de forma direta no pós-transição e afastado por processo de *impeachment*. Em 1991 foi aprovada a Lei da Política Nacional de Arquivos¹⁵², assegurando através do artigo 22º, o “direito de acesso pleno a documentos públicos”. Como consequência, os acervos das antigas Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) e dos Departamentos Especializadas de Ordem Política e Social (DEOPS) dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro começaram a ser lentamente liberados para consulta pública. Essa documentação foi catalogada e serviu de fonte para investigações históricas pioneiras no tema, que buscaram investigar o funcionamento das polícias políticas mais atuantes da ditadura¹⁵³.

¹⁵¹ Até 2007, mais de 75 países já dispunham de legislação para o acesso público à informação e a defesa desse direito era partilhada por organismos presentes em diferentes continentes. Para informações, ver: BATISTA, Carmem Lúcia. Informação pública: controle, segredo e direito de acesso. *Intexto*, Porto Alegre, n. 26, 2012.

¹⁵² BRASIL. Lei n. 8.159. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 14 jan. 2018.

¹⁵³ Como exemplo, ver: PIMENTA, João Paulo Garrido. Os arquivos do DEOPS-SP: nota preliminar. *Revista de História*, São Paulo, v. 132, p. 149-154, 1995; AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi; SWENSSON JR, Walter Cruz. (Org.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001; RIO DE JANEIRO, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Os Arquivos das polícias políticas: reflexos de nossa história contemporânea*. Rio de Janeiro: Faperj,

Novas ações ocorreram na presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ainda marcada por avanços e retrocessos. Em 1997, a aprovação do decreto n.º 2.143¹⁵⁴ – elaborado com a fundamental participação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) – simbolizou um salto, na medida em que regulamentou a Lei da Política Nacional de Arquivos e assegurou que o país contasse com um relativo apoio jurídico para o acesso aos documentos públicos até então sigilosos. Contudo, na prática, o decreto se mostrou ambíguo e engessado. Ao mesmo tempo em que concedia acesso a pessoas devidamente credenciadas e cujas finalidades de pesquisa fossem justificadas, também restringia, por até cem anos, a revelação de documentos que tivessem tramitado em segredo de justiça ou cuja divulgação comprometesse a vida privada e a honra dos indivíduos elencados.

Uma evolução fundamental foi a deliberação da primeira legislação a reconhecer como mortos os cidadãos desaparecidos durante a ditadura militar, a chamada Lei dos Mortos e Desaparecidos¹⁵⁵, n.º 9.140, de 1995. Em sua esteira, mais de cem assassinatos foram imediatamente assumidos pelo Estado e inúmeras outras denúncias vieram à tona. Pressionado, o governo instalou, em 2002, a Comissão de Anistia vinculada ao Ministério da Justiça¹⁵⁶. Com apoio do comitê da Anistia Internacional, a Comissão teria o propósito de analisar pedidos de anistia política e de indenizações, protocolados por pessoas perseguidas e violadas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, e promover uma política de reparação material.

Conforme dados oficiais¹⁵⁷, mais de 75 mil pedidos foram requeridos e cerca 60 mil puderam ser apreciados. É preciso registrar que a própria documentação comprobatória reunida pelas vítimas e apresentada à Comissão de Anistia se constituiu um acervo documental de grande valia para a pesquisa historiográfica. Conforme Carlos Fico¹⁵⁸, cada processo constitui uma espécie de “antidossiê”, contrapondo os dossiês da espionagem e da polícia política, porquanto dá voz aos que foram espionados e torturados. Porém, esse acervo ainda não se encontra disponível para consulta pública – o que, mais uma vez, serve para ilustrar as dificuldades de

1994; FURTADO, Eliana; RAMALHO, Lúcia. A política de acesso do Aperj ao acervo Dops. *Arquivo & História*, n. 3, 1997; FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

¹⁵⁴ BRASIL. Decreto n.º 2.134. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Brasília, 24 de janeiro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2134.htm>. Acesso em: 2 mai. 2018.

¹⁵⁵ BRASIL. Lei n.º 9.140. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Brasília, 4 de dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm>. Acesso em: 14 mai. 2018.

¹⁵⁶ BRASIL. Lei n.º 10.559. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Brasília, 13 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110559.htm>. Acesso em: 20 mai. 2018.

¹⁵⁷ Disponíveis em: <<http://justica.gov.br/seus-direitos/anistia>>. Acesso em: 3 mai. 2018.

¹⁵⁸ FICO, 2012.

temporalidade enfrentadas na pesquisa da História do Tempo Presente.

Alguns anos após a instalação da Comissão de Anistia no Brasil e depois de mais de três décadas de observação, registros, campanhas e visitas periódicas ao país, o comitê da Anistia Internacional publicou um relatório intitulado *Eles nos tratam como animais. Tortura e maus tratos no Brasil: desumanização e impunidade no sistema da Justiça Criminal*¹⁵⁹. No documento, a Organização Não Governamental (ONG) oferecia uma interpretação do cenário político e humanitário do país durante a ditadura militar, reconhecendo como verdadeira a utilização sistemática e disseminada da prática da tortura pelos governos. Analisou que

De 1964 a 1985 o Brasil foi governado por suas forças militares. Durante esse período foi montado o aparato estatal para repressão sistemática da oposição política. O emprego da tortura pelas forças de segurança era política oficial aprovada e, como tal, sua prática tornou-se institucionalizada. Um exemplo desse fato foi o manual “confidencial” de técnicas de interrogação produzido pelo gabinete central do Ministério do Exército e seu respectivo Centro de Informações (CIE) em 1971, descoberto mais tarde em um arquivo de segurança da polícia no Estado do Paraná. Disso se conclui que o objetivo de um interrogatório de subversivos não é fornecer dados para a justiça criminal processá-los; seu objetivo real (é) obter o máximo possível de informações. Para conseguir isso será necessário, frequentemente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência. Durante o regime militar, o recurso à execução extrajudicial e ao desaparecimento, bem como a tortura e maus-tratos, tornou-se prática rotineira entre os agentes do Estado. Consequentemente, os métodos de repressão adotados tornam-se cada vez mais refinados e enraizados entre as forças de segurança¹⁶⁰.

O documento também destacava a persistência da situação de desrespeito aos direitos humanos no Brasil, mesmo após a redemocratização. Esse fenômeno, conforme Cecilia Coimbra¹⁶¹ ratifica uma prova incontroversa da concretude das violações do Estado durante a ditadura militar, além de representar a permanência do elemento autoritário na cultura política brasileira.

Reconhecida pela própria Anistia Internacional, uma tentativa de se promover melhorias nesse quadro foi a aprovação da Lei n.º 9.455¹⁶², em 1997 – a “Lei da Tortura”. Em seu texto, foram definidos como crimes de tortura os seguintes atos: constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando sofrimento físico ou mental para obter informação,

¹⁵⁹ ANISTIA INTERNACIONAL. *Eles nos tratam como animais. Tortura e maus tratos no Brasil: desumanização e impunidade no sistema da Justiça Criminal*. Londres: Anistia Internacional, 2001.

Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Br-Nos-tratam-como-animais-Tortura-e-legado-da-ditadura-militar.pdf>>. Acesso em: 3 mai. 2018.

¹⁶⁰ ANISTIA INTERNACIONAL, 2001, p. 3.

¹⁶¹ COIMBRA, Cecilia Maria Bouças. Tortura no Brasil como herança cultural dos períodos autoritários. *Revista CEJ*, v. 5, n. 14, p. 10-13, 2001.

¹⁶² BRASIL. Lei n. 9.455. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 7 de abril de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19455.htm>. Acesso em: 25 fev. 2018.

declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa, para provocar ação ou omissão de natureza criminosa ou para discriminar racial ou religiosamente; submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo ou medida de caráter preventivo. Essa legislação estabeleceu a tortura como crime inafiançável e insuscetível de anistia.

Nas últimas cenas do governo Fernando Henrique Cardoso, ocorreram novos retrocessos e o processo de abertura dos arquivos da ditadura foi outra vez brecado. Nos finais de 2002, a instituição do Decreto n.º 4.553¹⁶³ foi bastante questionada quanto a seu caráter draconiano, vez que não fora discutida em conjunto com o Conselho Nacional de Arquivos. As comissões de acesso foram destituídas e novamente era concedido ao poder Executivo o monopólio das regras de classificação dos acervos públicos. O período de inacessibilidade dos arquivos ficava ainda mais dilatado: os documentos reservados, que antes tinham prazo de cinco anos, passavam a ter dez; os confidenciais subiam de dez para vinte anos; os secretos, de vinte para trinta anos; os ultrassecretos, que tinham prazo inicial de cinquenta anos, poderiam permanecer sigilosos permanentemente.

Via de regra é possível afirmar que pouco se progrediu no que diz respeito à garantia democrática dos direitos humanos à memória e à verdade nos primeiros governos da Nova República. A fragilidade da transição brasileira era ainda muito evidente, na medida que explicitava, especialmente, a continuidade do controle autoritário e patriarcal dos militares sobre os rumos da vida política do país, mesmo que destituído do controle sobre o aparato institucional em sua forma convencionada. Vitor de Ângelo¹⁶⁴ analisa a influência desse cenário na situação da abertura dos arquivos da ditadura, observando que o Brasil avançou timidamente nas duas primeiras décadas da Nova República, já que poucos atos e falas públicas no período se traduziram em medidas concretas.

2.2 AVANÇOS POSSÍVEIS: MEMÓRIAS REVELADAS, LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Uma das primeiras iniciativas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), eleito pelo

¹⁶³ BRASIL. Decreto n.º 4.553. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 27 de dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4553.htm>. Acesso em: 23 abr. 2018.

¹⁶⁴ DE ÂNGELO, 2012.

Partido dos Trabalhadores (PT), foi a assinatura da Medida Provisória n.º 228¹⁶⁵ e do Decreto n.º 5.301¹⁶⁶, normatizando a divulgação de documentos públicos de interesse particular ou coletivo e instituindo a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas (CAAIS), para administrar os documentos ultrassecretos de Estado. Ambos foram convertidos na Lei n.º 11.111¹⁶⁷, estabelecendo em seu artigo 2º, que “o acesso aos documentos públicos de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral será ressalvado exclusivamente nas hipóteses em que o sigilo seja ou permaneça imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Igualmente, o governo designou um Grupo de Trabalho¹⁶⁸, cujo objetivo era elaborar um projeto para a implantação de um centro de referência que abrigasse informações, documentos, objetos artísticos e acervos relacionados às violações dos direitos humanos ocorridas durante a ditadura.

Nos finais de 2004, passados 40 anos do golpe de 1964, a imprensa brasileira trazia a público assuntos polêmicos que tangenciavam a ditadura militar, despertando, de certo modo, a sociedade civil para o “acerto de contas” com seu passado recente e criando, com certeza, uma crise política entre o Planalto e as Forças Armadas. Um evento emblemático foi a publicação de fotos que comprovariam os maus-tratos sofridos pelo jornalista Vladimir Herzog¹⁶⁹ nas dependências do II Exército, em São Paulo. Posteriormente, descobriu-se que se tratava do padre canadense Leopoldo d’Astous, que atuava na Pastoral Operária, em Brasília, e também fora preso e torturado por suposto envolvimento com a esquerda.

Na nota do Ministério da Defesa divulgada à imprensa como resposta, observa-se a ausência de qualquer autocrítica pela violência instituída e pelos danos causados pela tortura. Ao contrário, fica evidente o comportamento de negação, silêncio e tentativa de apagamento da incômoda memória do período quando se sustenta que

¹⁶⁵ BRASIL. Medida Provisória n.º 228. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 9 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Mpv/228.htm>. Acesso em: 23 jan. 2018.

¹⁶⁶ BRASIL. Decreto n.º 5.301. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 9 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5301.htm>. Acesso em: 23 jan. 2018.

¹⁶⁷ BRASIL. Lei 11.111. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 5 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111111.htm>. Acesso em: 18 fev. 2018.

¹⁶⁸ BRASIL. Portaria n.º 21. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 21 de fevereiro de 2005. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/historico>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

¹⁶⁹ Herzog era jornalista e ex-professor da Universidade de São Paulo (USP). Trabalhou para a BBC Brasil e possuía muitos contatos no exterior. Na época de sua morte, em outubro de 1975, era diretor da TV Cultura. Intimado pelos militares, compareceu voluntariamente ao quartel do II Exército sem saber que era considerado um “inimigo interno”. No dia seguinte, o comando da unidade noticiou que o jornalista cometera suicídio em sua cela após assinar uma confissão declarando ser membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para maiores informações, ver: <<https://vladimirherzog.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Desde meados da década de 60 até início dos anos 70 ocorreu no Brasil um movimento subversivo, que, atuando a mando de conhecidos centros de irradiação do movimento comunista internacional, pretendia derrubar, pela força, o governo brasileiro legalmente constituído. À época, o Exército brasileiro, obedecendo ao clamor popular, integrou, juntamente com as demais Forças Armadas, a Polícia Federal e as polícias militares e civis estaduais, uma força de pacificação, que logrou retornar o Brasil à normalidade. As medidas tomadas pelas Forças Legais foram uma legítima resposta à violência dos que recusaram o diálogo, optaram pelo radicalismo e pela ilegalidade e tomaram a iniciativa de pegar em armas e desencadear ações criminosas. Dentro dessas medidas, sentiu-se a necessidade da criação de uma estrutura, com vistas a apoiar, em operação e inteligência, as atividades necessárias para desestruturar os movimentos radicais e ilegais. O movimento de 1964, fruto de clamor popular, criou, sem dúvidas, condições para a construção de um novo Brasil, em ambiente de paz e segurança. Fortaleceu a economia, promoveu fantástica expansão e integração da estrutura produtiva e fomentou mecanismos de proteção e qualificação social. Nesse novo ambiente de amadurecimento político, a estrutura criada tornou-se obsoleta e desnecessária na atual ordem vigente. Dessa forma, e dentro da política de atualização doutrinária da Força Terrestre, no Exército brasileiro não existe nenhuma estrutura que tenha herdado as funções daqueles órgãos. Quanto às mortes que teriam ocorrido durante as operações, o Ministério da Defesa tem, insistentemente, enfatizado que não há documentos históricos que as comprovem, tendo em vista que os registros operacionais e da atividade de inteligência da época foram destruídos em virtude de determinação legal. Tal fato é amparado pela vigência, até 08 de janeiro de 1991, do antigo Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS), que permitia que qualquer documento sigiloso, após a acurada análise, fosse destruído por ordem da autoridade que o produzira, caso fosse julgado que já tinha cumprido sua finalidade. Depoimentos divulgados pela mídia, de terceiros ou documentos porventura guardados em arquivos pessoais não são de responsabilidade das Forças Armadas. Coerente com seu posicionamento, e cioso de seus deveres constitucionais, o Exército brasileiro, bem como as forças coirmãs, vêm demonstrando total identidade com o espírito da Lei da Anistia, cujo objetivo foi proporcionar ao nosso país um ambiente pacífico e ordeiro, propício para a consolidação da democracia e ao nosso desenvolvimento, livre de ressentimentos e capaz de inibir a reabertura de feridas que precisam ser, definitivamente, cicatrizadas. Por esse motivo considera os fatos como parte da história do Brasil. Mesmo sem qualquer mudança de posicionamento e de convicções em relação ao que aconteceu naquele período histórico, considera ação pequena reavivar revanchismos ou estimular discussões estéreis sobre conjunturas passadas, que a nada conduzem¹⁷⁰.

Dias depois, mais uma publicação era noticiada: a queima ilícita de documentos sigilosos das Forças Armadas na base aérea de Salvador, a maioria deles referente ao período entre 1964 e 1985¹⁷¹. Entre os papéis, estavam prontuários, fichas e relatórios de órgãos da inteligência do Exército, da Aeronáutica e da Marinha que davam conta de “inimigos políticos”: indivíduos e organismos da esquerda armada. Parte significativa dos documentos portava o carimbo de

¹⁷⁰MINISTÉRIO DA DEFESA. Nota do Centro de Comunicação Social do Exército. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 out. 2004. Caderno da Redação. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1910200417.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

¹⁷¹ As reportagens podem ser conferidas em: < <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI404784-EI306,00-Fotos+ineditas+de+Herzog+reforcamos+tese+de+execucao.html>>; < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2210200402.htm>>; < <http://clicrbs.com.br/especial/sc/qualidade-de-vida-sc/19,0,698575>>; < <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR67969-6009,00.html>> e < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1412200414.htm>>. Acesso em: 4 mai. 2018.

“confidencial” e “secreto”. Novamente, o debate sobre a tentativa de apagamento da memória do período militar vinha à tona.

Logo na esteira desses eventos, em longa entrevista concedida a um jornal de circulação nacional, o então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional do governo Lula, general Jorge Armando Félix, expôs a reação que representava a maioria dos militares quando indagado sobre a questão da abertura dos arquivos – embora não falasse oficialmente em nome das Forças Armadas:

[...] Félix - É aquela história, não tem nada bonito ali.

Folha – Não tem nada bonito dos dois lados?

Félix – Não, só tem de um lado. Tomamos todas as precauções, porque ali tratava-se de pessoas, e é preciso que se preserve o direito à individualidade, o direito à privacidade. Essas pessoas estão aí, estão vivas.

Folha – E os documentos sobre tortura, desaparecimentos?

Félix – Não encontrei nada na Abin até agora. Há dossiês que nos preocupam porque tratam de pessoas em situações extremamente constrangedoras. Eu até gostaria de destruir esse tipo de documento. Isso não é história, não vai fazer bem a ninguém. Se aparecer, só vai fazer mal à reputação das pessoas, e tem gente aí hoje com 75, 80 anos de idade. Para que serve isso?

[...] Folha – O sr. vê problema em divulgar os arquivos?

Félix – Tem problema divulgar porque ali você fala de pessoas, de indivíduos. Tem gente que naquela época estava na clandestinidade, tinha outra mulher e hoje não tem, está com a antiga. Se isso aparecer, você pode destruir uma família. Tem os companheiros que entregaram, está escrito ali. [...]

Folha – Se houve delação é porque alguém forçou.

Félix – Às vezes, não forçava não. Às vezes, chegava lá e abria tudo. Por medo, né?

Folha – Havia bons motivos para ter medo, não é, general?

Félix – O pior inimigo que você pode ter é o Estado. O Estado é muito poderoso. Não queira ter o Estado como inimigo. Não quero”¹⁷².

A entrevista gerou uma grande reação, com exceção dos militares que compactuavam da mesma visão. Além da inversão dos fatos operada na fala do então ministro, que supunha ser a própria esquerda a principal vítima da eventual abertura dos arquivos, pode-se depreender em seu discurso a proeminência de fundamentos do patriarcado. A preocupação com a manutenção da família monogâmica, que é um dos mais importantes centros de produção de atitudes psíquicas que mantém a estabilidade da sociedade de classes¹⁷³; a pseudodefesa da moralidade, da integridade e da honra de indivíduos que estiveram em situação de “constrangimento” outrora experimentada por desafiarem o Estado; e a evidente proteção à

¹⁷² Jorge Armando Félix. Entrevista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2004. Painel. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=16260&anchor=5192389&origem=busca&pd=55988f6bf919d7870ca5071fb3b5e895>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

¹⁷³ D’AVILA NETO, Maria Inácia. *O autoritarismo e a mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil*. Rio de Janeiro: Achomé, 1980, p. 23.

virilidade, ética e física do macho na cadeia de dominação sobre as mulheres¹⁷⁴, seres socialmente inferiores.

Essa combinação de acontecimentos foi determinante para que a pressão sobre o governo aumentasse, culminando, no fim de 2005, com a decretação da transferência da custódia definitiva dos acervos de órgãos vitais da ditadura militar para o Arquivo Nacional, sob a supervisão da Casa Civil¹⁷⁵. A princípio, foram os acervos do SNI, da Comissão Geral de Informações (CGI) do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Depois, outros fundos documentais de organismos de alta relevância foram sendo gradualmente transferidos para o Arquivo Nacional. Dentre tais, os da Divisão de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal (DINPO), do Centro de Informações do Exterior do Ministério das Relações Exteriores (CIEEx) e da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar (CGIPM).

O recolhimento dos arquivos junto ao Arquivo Nacional tornou o Brasil detentor de um dos maiores acervos públicos de documentos, antes sigilosos, produzidos por um governo ditatorial. Apesar disso, a questão do acesso integral a esses documentos ainda permanecia travada pelo problema da privacidade. Os acervos cujos documentos continham nomes ou dados pessoais continuavam sob sigilo, vez que a administração do Arquivo Nacional temia que a própria instituição pudesse ser alvo de processos judiciais no caso de alguém se sentir exposto ou invadido por conta de sua divulgação. Carlos Fico¹⁷⁶ considera esse um dos grandes equívocos no processo de abertura dos arquivos, que provocou inúmeros problemas na efetividade do direito à memória e à verdade, além de ter emperrado a disponibilidade de novas fontes que permitissem o redirecionamento da produção historiográfica.

Um significativo avanço adveio nos finais do ano de 2009, com a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas¹⁷⁷. A campanha do Centro, que passou a ser veiculada pelos principais meios de comunicação do país, era um chamado do governo federal à sociedade para recolher documentos produzidos ao longo do

¹⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 20.

¹⁷⁵ BRASIL. Lei n.º 5.584. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 18 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

¹⁷⁶ FICO, 2012.

¹⁷⁷ BRASIL. Portaria n.º 204. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 13 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/portarias-federais/137-portaria-n-204,-de-13-de-maio-de-2009>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

regime militar, sobretudo os que pudessem ajudar a localizar os mais de 140 desaparecidos políticos do país. No meio acadêmico, o Memórias Reveladas foi recebido como ferramenta de utilidade pública e, sobretudo, para o progresso nas pesquisas. Vitor de Ângelo¹⁷⁸ nota que

Um exemplo da boa receptividade no meio intelectual pode ser conferido na edição do mês de outubro de 2009 da revista *Pesquisa FAPESP*, publicada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. A reportagem de quatro páginas afirmava que “uma revolução está acontecendo nos arquivos públicos de todo o país desde maio deste ano”, em referência ao Banco de Dados Memórias Reveladas que disponibiliza informações e documentos relativos ao período da ditadura militar para consultas on- line.

Ao todo, cerca de 13 milhões de páginas de documentos do antigo Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (SISNI) foram digitalizadas e disponibilizadas ao público por meio de um banco de dados virtual e de fácil acesso¹⁷⁹. São imagens de documentos oficiais, produzidos pelos órgãos responsáveis pela geração das informações que alimentavam a ação repressiva dos governos militares. Também há diversos outros registros – como cartas, mapas, desenhos, fotografias, folhetos e panfletos – produzidos por cidadãos, homens e mulheres que, no exercício de seu direito de livre manifestação contra a ordem política vigente, foram designados “inimigos internos” do país e defrontaram-se com o pior inimigo, o Estado ditatorial.

O Memórias Reveladas se tornou um polo difusor de informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil nas décadas de 1960 a 1980. Nele, fontes primárias e secundárias são administradas e colocadas à disposição pública. Cabe registrar que, além de permitir o acesso público ao acervo da ditadura e fomentar a pesquisa histórica, o Memórias Reveladas desenvolve iniciativas no sentido de fortalecer as garantias básicas do Estado democrático de direito no Brasil, como chamamentos públicos incentivando a doação de acervos sobre o regime militar; campanhas na mídia para a identificação de desaparecidos políticos; promoção de concursos monográficos como forma de estímulo às pesquisas embasadas em fontes documentais do período entre 1964-1985; realização de seminários temáticos; e publicações que abordam questões como acesso à informação, memória, democracia, direitos humanos, igualdade de gênero e reparação.

Os avanços assegurados durante a presidência de Lula no tocante à abertura dos arquivos da

¹⁷⁸ DE ÂNGELO, 2012, p. 200.

¹⁷⁹ O banco de dados pode ser pesquisado em: <<http://base.memoriasreveladas.gov.br/mr/seguranca/Principal.asp>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

ditadura militar foram irrefragáveis. Mas, as condições históricas que levaram a uma ruptura axiomática no monopólio militar sobre a memória e a verdade histórica da ditadura – e no estado de “divórcio” da sociedade brasileira com seu passado¹⁸⁰ – ocorreram durante o governo da primeira mulher a assumir a presidência da República, Dilma Vana Rousseff (2011-2016). É imprescindível lembrar que Dilma foi duplamente vítima da misoginia tão familiar ao patriarcado brasileiro. Sofreu a violência de gênero perpetrada pelos militares em sua prisão em 1970 e, novamente, experimentou a mesma violação durante seus mandatos, quando se deparou com o machismo da própria sociedade¹⁸¹. Não obstante, sua gestão foi a mais significativa no enfrentamento ao controle e à visão de mundo autoritária e patriarcal compartilhada pelos militares.

Ainda no primeiro ano de gestão, o governo Dilma aprovou duas medidas, simultâneas e complementares, que simbolizaram divisores de águas nos elementos autoritários e conciliatórios que tradicionalmente compõem o cenário jurídico-político brasileiro. A decretação da lei n.º 12.527, a chamada Lei de Acesso à Informação¹⁸², e a instituição da Comissão Nacional da Verdade¹⁸³, pela lei n.º 12.528, representaram uma ambiciosa iniciativa em direção a um governo mais aberto, atuante e responsivo com a verdade, a memória e o espírito democrático que se propõe a ter. No ato público de instituição das medidas, a presidenta afirmou:

Este 18 de novembro de 2011 é uma data histórica para o Brasil. É o dia em que comemoramos – e a partir de agora iremos comemorar – a transparência e celebrar a verdade. [...]. Ao longo da história do Brasil, alguns marcos civilizatórios são muito importantes, e eu me refiro, por exemplo, à criação das leis trabalhistas, em [19]43, e à promulgação da Constituição de [19]88, dando dois exemplos de momentos em que a democracia brasileira avançou, juntamente com o direito social. Acredito que, também, a entrada em vigor da Lei do Acesso à Informação e da lei que constitui e cria a Comissão da Verdade são momentos especiais, que ficarão para sempre marcados na história do Brasil, e que colocam o nosso país num patamar superior, um patamar de subordinação do Estado aos direitos humanos. Com a vigência dessas duas leis, o cidadão ganha mais poder perante o Estado, mais poder de controle e de fiscalização, o que reverterá em benefício para toda a

¹⁸⁰ Para maiores detalhes sobre essa discussão, ver: GAGNEBIN, J. M. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

¹⁸¹ Ver: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/06/jornais-mostram-detalhes-de-tortura-sofrida-por-dilma-em-minas.html>>. Acesso em: 24 jun. 2018. Para uma discussão mais profunda da violência de gênero sofrida pela presidenta, ver: STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook e na Folha. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 3, p. 679-690, 2016.

¹⁸² BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 30 mai. 2019.

¹⁸³ BRASIL. Lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em: 30 mai. 2019.

sociedade e no fortalecimento da cidadania. Vejam a diferença: o Brasil tinha uma lei de sigilo, que impedia que uma parte das informações do Estado se tornasse pública. A partir de hoje, o que era lei de sigilo se transforma em lei de direito ao acesso à informação, e isso é uma transformação muito significativa para a construção do Estado de direito no sentido mais amplo da palavra [...]”¹⁸⁴.

A legislação finalmente assegurou no Brasil um direito humano em sintonia com o disposto no artigo 19º da Declaração Universal de Direitos Humanos: “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de *procurar, receber e difundir* [...] informações e ideias por qualquer meio de expressão”¹⁸⁵.

É preciso considerar que, além de significar um direito humano em si, o acesso à informação opera como um instrumento na promoção e aplicação de outros direitos fundamentais, como o direito à memória e à verdade histórica; a garantia de acesso aos direitos humanos sem distinção de gênero. Por conseguinte, operacionalizar políticas de transparência pública e acesso à informação é um dever do Estado democrático que se propõe “deselitizar” os princípios dos direitos humanos e estendê-los socialmente. Christian Gruenberg¹⁸⁶ salienta que, a partir de uma perspectiva dos direitos humanos,

Una política de transparencia debería articularse en dos planes normativos. En un primer plan normativo, debería sancionarse y aplicarse un estricto régimen de publicidad para los documentos administrativos que pudieran convertirse en clave para la toma de decisiones de los ciudadanos y de las ciudadanas para el ejercicio de la auditoría social sobre la gestión del estado. En un segundo nivel, debería ser sancionado e implementado un régimen de derecho que garantiza la realización del derecho subjetivo de todo ciudadano y toda ciudadana a poder acceder a la información pública sin necesidad de justificar la causa ni el interés y incluyendo mecanismos efectivos para reclamar administrativa y judicialmente por su incumplimiento¹⁸⁷.

¹⁸⁴ BRASIL. Presidente (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). Discurso durante cerimônia de sanção do projeto de Lei que garante o acesso a informações públicas e do projeto de Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 18 nov. 2011. 2 f. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-sancao-do-projeto-de-lei-que-garante-o-acesso-a-informacoes-publicas-e-do-projeto-de-lei-que-cria-a-comissao-nacional-da-verdade>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

¹⁸⁵ ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Nações Unidas: Paris, 1948 (grifo nosso). Disponível em: <<https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao/>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

¹⁸⁶ GRUENBERG, Christian. Identificando posibles puntos de entrada para una alianza entre las estrategias de Derechos Humanos y Anti-Corrupción. The International Council on Human Rights Policy, p. 1-47, 2007, p. 28.

¹⁸⁷ Tradução livre: Uma política de transparência deveria articular-se em dois planos normativos. Em um primeiro plano normativo, deveria ser sancionado e aplicado um estrito regime de publicidade para os documentos administrativos que pudessem se tornar chave para a tomada de decisão dos cidadãos e das cidadãs para o exercício da auditoria social sobre a gestão do estado. Em um segundo nível, deveria ser sancionado e aplicado um regime de direito que garantisse a realização do direito subjetivo de todo cidadão e toda cidadã a poder acessar a

No cenário político-jurídico, a implantação da Lei de Acesso à Informação provocou descontinuidades que refletiram não só no vocabulário, mas na própria percepção sobre as atribuições e os limites de ação estatal. O Estado é uma construção histórica que monopoliza o poder, o controle social e a memória por meio da concentração de informações, as quais constituem um capital da sociedade sob sua tutela – e não propriedade – ¹⁸⁸. Contudo, o que historicamente se observa na *práxis* brasileira é o abuso dessa prerrogativa. O direito de acesso à informação tem sido burlado pelos próprios governos democráticos que a instituiu, desde a Constituição de 1988. No artigo 5º, inciso XIV: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” e artigo 216º, parágrafo 2º: “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” ¹⁸⁹.

Além de incluir conceitos inéditos, como transparência pública, gestão pública compartilhada e compromisso com o tratamento, a disponibilidade, a autenticidade e a integridade da informação, a Lei de Acesso à Informação forneceu o amparo regulatório necessário ao cumprimento do dever do Estado previsto na Constituição. A LAI não instituiu uma política nacional de arquivos, mas normatizou o direito ao acesso, dispondo no seu artigo 5º a prerrogativa de a administração garantir acesso à informação, franqueando-a mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente e em linguagem de fácil compreensão.

A prescrição fundamental da Lei de Acesso à Informação reside na ideia de que qualquer pessoa, física ou jurídica, sem obrigatoriedade de apresentar motivo, possa receber informações dos órgãos e entidades sob a jurisdição do poder público. Para isso, esse direito deve ser garantido conforme os princípios que regem a administração pública e as seguintes diretrizes, firmadas em seu artigo 3º: a publicidade como regra geral e o sigilo como exceção; a divulgação de informações de interesse público e coletivo independentemente de solicitações; a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; o fomento ao crescimento da cultura de transparência na administração pública; o estímulo ao desenvolvimento do controle social sobre a administração pública.

informação pública sem necessidade de justificar a causa nem o interesse e incluindo mecanismos efetivos para reclamar administrativa e judicialmente por seu descumprimento.

¹⁸⁸ GIDDENS, Anthony. *O Estado-nação e a violência*. Segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: Edusp, 2001.

¹⁸⁹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 29 mai. 2019.

A forma de acesso e divulgação das informações é o grande diferencial progressista da LAI. É prevista a criação de um serviço presencial de atendimento ao cidadão nos órgãos e entidades do poder público, responsáveis por protocolar pedidos, informar sobre trâmites de documentos, entre outros. Ainda, a Lei obriga esses órgãos e entidades a oferecerem todos os meios legítimos de acesso: mantendo sítios na internet com ferramentas de pesquisa de conteúdo que permitam encontrar a informação de modo célere; oportunizando a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos com vista a facilitar a análise das informações; garantindo a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso; e indicando locais e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio.

A LAI trouxe em seu bojo uma proposta de transformação cultural. São previstos dispositivos concretos com aplicabilidade prática. Observa-se o comprometimento normativo em adotar medidas para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, limitando suas exceções. Além da gratuidade da informação, da divulgação proativa das informações de interesse coletivo e do estabelecimento de procedimentos e prazos que facilitem o acesso à informação. Entretanto, é preciso ponderar que, apesar de todos os avanços que propõe, sua eficácia enfrenta alguns desafios impostos pela própria realidade brasileira.

Trata-se de uma legislação que supõe uma ordem informacional e jurídica que objetivamente não existe no país, bem como uma participação mais ativa e consciente da sociedade civil no debate de assuntos de interesse geral. Para que o cidadão exercite o direito ao acesso, é preciso que ele conheça seus direitos, o que ainda é algo distante na conjuntura nacional. Ademais, não há uma política pública de informações e nem um ente específico para cuidar da revisão de decisões ligadas ao acesso à informação, o que dificulta a efetividade das proposições da Lei. José Maria Jardim¹⁹⁰ analisa esse quadro e argumenta que se trata de

Uma oportunidade histórica para a sociedade e o Estado brasileiros é a aprovação de uma Lei de Acesso à Informação Pública após 23 anos de uma Constituição que consagrou os princípios do direito à informação e do dever da administração pública na gestão e acesso a documentos, sucedida por dispositivos legais regulamentadores que jamais foram implementados. Num Estado historicamente autoritário, marcado pela opacidade informacional, inclusive no processo democratizante das últimas décadas, a LAI aponta para diversos desafios na sua

¹⁹⁰JARDIM, José M. A Lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 13, 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ENANCIB, p. 1-21, 2012, p. 18.
Disponível em: <<http://www.enancib2012.icict.fiocruz.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

implementação. Um desses desafios consiste no fato de que a LAI insere o cidadão no epicentro numa ordenação jurídica à qual não corresponde uma ordenação equivalente no plano informacional. As possibilidades de minimizar essa defasagem entre a LAI (e sua regulamentação e aplicação em diversos setores do Estado) e as condições reais de acesso à informação não estão contempladas no dispositivo legal. [...]

O fato é que, apesar dos entraves em sua aplicabilidade, a Lei de Acesso proporcionou avanços em termos de amadurecimento das garantias democráticas no Brasil. Do ponto de vista historiográfico, também houve um grande impacto. A LAI assegurou a abertura irrestrita de parte existente dos arquivos da ditadura militar. Esse conjunto documental apresentou informações e documentos referentes às condutas de violações dos direitos humanos cometidas por agentes públicos, ou a mando de autoridades públicas, os quais não poderiam mais ser objeto de sigilo. Além disso, a partir desses acervos a restrição de acesso a informações relativas à vida privada, honra e imagem de pessoas não poderia ser invocada em ações destinadas à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

A Comissão Nacional da Verdade também é fruto desse cenário marcado pelo intento de fortalecer os valores da democracia e consolidar uma cultura de defesa dos direitos humanos no Brasil. No discurso proferido pela presidenta Dilma Rousseff¹⁹¹, no ato da decretação da lei de criação da Comissão, foi destacado que

A Comissão da Verdade tem grande significado para o Brasil e para os brasileiros. O Congresso Nacional reconheceu isso, pois o projeto que hoje sancionamos foi apoiado por todos os partidos políticos com representação no Legislativo federal. Este apoio suprapartidário mostra que a Comissão significa, fundamentalmente, uma manifestação de respeito e um tributo aos que lutaram pela democracia no Brasil em qualquer época. [...]. Isso lançará luzes sobre períodos da nossa história que a sociedade precisa e deve conhecer. São momentos difíceis que foram contados até hoje, ou, melhor dizendo, foram contados durante os acontecimentos sob um regime de censura, arbítrio e repressão, quando a própria liberdade de pensamento era proibida. [...]. É fundamental que a população, sobretudo os jovens e as gerações futuras, conheçam nosso passado, principalmente o passado recente, quando muitas pessoas foram presas, foram torturadas e foram mortas. [...]. Depois de passarem por períodos ditatoriais, vários países da América Latina tiveram suas comissões da verdade com nomes diferentes, com formas de atuação distintas. Houve experiências no Chile, na Argentina, no Peru, na África do Sul. Cada país fez do seu jeito e fez a seu tempo, segundo as suas próprias circunstâncias e sua própria história. O Brasil está fazendo agora. Este é o nosso momento histórico, esta é a nossa hora.

¹⁹¹ BRASIL. Presidente (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso durante cerimônia de sanção do projeto de Lei que garante o acesso a informações públicas e do projeto de Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, 18 nov. 2011. 2 f. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-sancao-do-projeto-de-lei-que-garante-o-acesso-a-informacoes-publicas-e-do-projeto-de-lei-que-cria-a-comissao-nacional-da-verdade>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

A CNV foi instalada com a finalidade de elucidar os fatos e as circunstâncias das violações de direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro e seus agentes no período entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Para tanto, fora orientada por 7 membros indicados pela presidenta Dilma Rousseff, a saber, Cláudio Fonteles – mais tarde substituído por Pedro Dallari – Gilson Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha¹⁹². É preciso ressaltar que a relação simbiótica entre a Lei de Acesso à Informação e a Comissão Nacional da Verdade favoreceu os trabalhos desta última, na medida que os dispositivos jurídicos de ambas as leis ofereceram respaldo nas situações concretas de recolhimento, produção e estruturação de um extenso acervo documental, escrito, imagético e oral.

Os trabalhos da CNV foram norteados por objetivos explícitos, quais sejam: promover a elucidação das circunstâncias e da autoria dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres, além da identificação e a revelação pública de estruturas, locais, instituições e contextos relacionados à prática de violações de direitos humanos, incluindo suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade; encaminhar aos órgãos públicos competentes qualquer informação que pudesse auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos; colaborar para apuração das violações e prestação de assistência às vítimas envolvidas; participar na adoção de medidas e políticas públicas de prevenção com vistas a não repetição dos crimes de Estado.

O método inicial de trabalho da Comissão incluiu a definição de uma estrutura administrativa e a criação de 3 subcomissões: “Comunicação Externa”, “Relações com a sociedade civil e instituições” e “Pesquisa, geração e sistematização das informações”. À subcomissão “Comunicação Externa” coube tarefas como o relacionamento com a imprensa e os principais veículos de comunicação do país, informando sobre o cronograma das atividades e divulgando as informações; o registro audiovisual e fotográfico das atividades da CNV; a atualização das páginas de comunicação e redes sociais próprias da Comissão na internet; e a transmissão de alguns eventos ao vivo.

À subcomissão “Relações com a sociedade civil e instituições” coube o relacionamento com

¹⁹² Maiores informações sobre os membros efetivos da CNV podem ser acessadas em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/membros.html>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

entes públicos¹⁹³ que, de alguma maneira, apoiaram os trabalhos da CNV, além da interlocução com o Ministério da Defesa e as Forças Armadas – ao mesmo tempo a mais difícil e mais relevante para o desempenho das funções legalmente atribuídas à Comissão. Essa comunicação ocorreu, basicamente, através do encaminhamento de pedidos de informação, da solicitação de abertura de sindicâncias para apurar o uso de instalações militares para possível prática de crimes e da convocação de reuniões de trabalho com objetivo de obter informações. No âmbito civil, o diálogo adveio através da realização de reuniões de trabalho com grupos de familiares de vítimas, com vista a planejar audiências e sessões públicas, depoimentos, atividades externas e acolhimento de denúncias, além dos contatos com comitês populares de memória, verdade e justiça, que possuíam mulheres e homens violados em seus quadros.

A subcomissão “Pesquisa, geração e sistematização das informações” foi responsável por organizar os trabalhos investigativos; analisar as fontes; constituir um núcleo pericial para investigar as circunstâncias das mortes das vítimas e também caracterizar locais e métodos de tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáveres; promover audiências públicas, a fim de ouvir relatos de vítimas e testemunhas, assim como depoimentos de agentes da repressão – atividade inteiramente respaldada pela Lei da CNV, que em seu artigo 4º, inciso III, concedeu a prerrogativa de “convocar, para entrevistas ou testemunhos, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados” – e, enfim, produzir o relatório final dos trabalhos da Comissão.

É necessário ressaltar que a iniciativa de criar um espaço legitimado pelo Estado para ouvir os relatos de vítimas e testemunhas – também de algozes – representou um passo indispensável em benefício da transformação da memória coletiva nacional e do compromisso com a verdade sobre esse período traumático da história nacional. A criação de novos espaços legítimos de lembrar e produzir outras narrativas acompanha uma tendência bastante evidente no mundo ocidental a partir das últimas décadas do século XX, quando, segundo Bernard Giensen¹⁹⁴, “*en lugar de se alabar a los héroes fundadores de una comunidad, los monumentos y rituales públicos recuerdan el sufrimiento de las víctimas y los crímenes de los perpetradores*”¹⁹⁵. Essa

¹⁹³ Dentre tais, é possível elencar: a Casa Civil, a Secretaria-Geral da Presidência da República e a Secretaria de Comunicação Social; os ministérios da Justiça, da Educação, da Ciência, da Tecnologia e Inovação e das Relações Exteriores; a secretaria de Direitos Humanos e a de Políticas para as Mulheres; a Advocacia-Geral da União; o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público; o Ministério Público Federal e o Ministério Público dos estados; o Arquivo Nacional e os diversos Arquivos Públicos estaduais; e o Departamento de Polícia Federal.

¹⁹⁴ GIENSEN, Bernard. Sobre héroes, víctimas y perpetradores. *Puentes*, Buenos Aires, ano 2, n. 5, 2001, p. 26.

¹⁹⁵ Tradução livre: Ao invés de se elogiar os heróis fundadores de uma comunidade, os monumentos e rituais

dinâmica provoca uma descontinuidade na proibição de se lembrar o passado e promove a emergência do ausente negado, silenciado, não-dito, ao mesmo passo em que ocorre a possibilidade de ser reinterpretado.

Resgatar as memórias, tornar os fatos públicos, denunciar as atrocidades, apontar os responsáveis e trazer as violações ao conhecimento geral são ações que possuem um enorme papel político e simbólico, tanto na construção de um novo pacto nas sociedades que experimentaram contextos autoritários, quanto na produção de significados coletivos mais honestos e menos seletivos acerca de seus traumas¹⁹⁶. O testemunho é um meio eficaz de trazer à tona a memória silenciada e suprimida pela memória “oficial”, permitindo que ela seja repensada, contextualizada, criticada e historicizada.

A metodologia da tomada de depoimentos da Comissão Nacional da Verdade envolveu definir, primeiramente, as pessoas cuja oitiva seria interessante para as investigações. Nesse processo, a CNV contou com o apoio das comissões da verdade instaladas nos estados e municípios, assim como dos familiares de vítimas e dos comitês populares de memória, verdade e justiça, que indicaram possíveis depoentes. Adiante, foram feitos levantamentos de informações sobre cada pessoa a ser ouvida, a partir das bases de dados públicos, elaborando-se roteiros de perguntas personalizados. As vítimas e as testemunhas das violações se apresentaram voluntariamente aos depoimentos ou foram convidadas a fazê-lo. Os agentes públicos, por seu turno, foram convocados por notificação encaminhada pelo Departamento de Polícia Federal (DPF), que teve incumbência de conduzir coercitivamente, na hipótese de objeção, e de instaurar inquérito policial, no caso de ausência.

A CNV manteve o sigilo sobre as identidades quando solicitado pelo depoente, sem, porém, deixar de tornar públicas as informações presentes nos testemunhos. Uma ferramenta usada nesses casos foram os formulários padrão disponibilizados no site da CNV, que poderiam ser enviados pelas próprias vítimas ou testemunhas das violações e também por comitês e outras comissões da verdade – também se respeitando o sigilo de identidade da vítima ou testemunha, uma vez que fosse solicitado.

Considerando que parte significativa das ações efetivas do trabalho de pesquisa, coleta,

públicos recordam o sofrimento das vítimas e os crimes dos perpetradores.

¹⁹⁶ ARAÚJO, Maria Paula. Uma História Oral da Anistia no Brasil: memória, testemunho e superação. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla Simone; ARAÚJO, Maria Paula. (Org.) *Marcas da memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Recife: Editora UFPE, 2012.

interpretação e estruturação dos dados ficaram a cargo da subcomissão “Pesquisa, geração e sistematização das informações”, ela foi, por isso, subdividida em diferentes Grupos de Trabalho, nomeados conforme o objeto de sua pesquisa: Golpe de 1964; Estrutura de repressão; Graves violações de Direitos Humanos (torturados, mortos e desaparecidos); Violações no campo; Violações de direitos de indígenas; Araguaia; Operação Condor; Violações contra estrangeiros e violações fora do Brasil; Ditadura e Sistema de Justiça; Papel das igrejas durante a Ditadura; Perseguição a militares; O Estado Ditatorial-Militar; Ditadura e Gênero.

Os trabalhos do GT Ditadura e Gênero provocaram uma descontinuidade na ótica essencialmente política que prevalece na abordagem dos fatos do regime, a qual apresenta uma tendência a reduzir as questões relacionadas ao gênero e à sexualidade à condição de sub-fenômenos resultantes das variantes políticas. Pela primeira vez, buscou-se produzir uma narrativa sobre o modo como a violência institucional militar operou diante das desigualdades sociais de gênero e sexualidade, inclusive sobre a maneira como se organizou o gênero e a sexualidade da própria violência.

As tarefas do GT Ditadura e Gênero estiveram sob a coordenação de Paulo Sérgio Pinheiro, com assessoria de Glenda Mezarobba e Maria Luci Buff Migliori. O objetivo principal da investigação promovida pelo grupo consistiu em evidenciar de que maneira a hierarquia de gênero e sexualidade, estruturada pelo patriarcado e sua noção inerente e naturalizada da dominação masculina, reproduziu-se na tortura perpetrada pelos militares e se tornou uma ferramenta de poder, dominação e anulação da dignidade de mulheres e homens presos – arbitrariamente, em grande parte dos casos –. Na interpretação dos eventos, o GT partiu de embasamentos conceituais oferecidos por normativas internacionais¹⁹⁷ que balizam os limites de ação e determinam as responsabilidades a serem cumpridas pelo Estado em situações de privação de liberdade, inclusive em função do gênero:

9. O Grupo de Trabalho sobre Detensões Arbitrárias do Conselho de Direitos Humanos da ONU considera que a privação da liberdade é arbitrária, em virtude do direito internacional consuetudinário, nos seguintes casos: [...] 5) quando resulta em violação por se fundamentar em critérios discriminatórios relacionados a motivos de nascimento, origem nacional, étnica ou social, idioma, religião,

¹⁹⁷ As normativas adotadas são: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem; Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; Convenção Americana sobre Direitos Humanos; Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Submetidas a Qualquer Forma de Detenção ou Prisão (aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1988); Carta Africana de Direitos Humanos; Carta Árabe de Direitos Humanos; Convenção Europeia de Direitos Humanos.

condição econômica, opinião política ou de outra índole, **gênero**, orientação sexual, incapacidades ou outras condições que levam ao desrespeito do princípio da igualdade dos direitos humanos.

10. Das considerações sobre legalidade e arbitrariedade decorrem obrigações positivas impostas aos Estados (aos seus agentes ou a terceiros responsáveis pela detenção ou que atuem com sua conivência), dentre as quais se destacam as seguintes: [...] f) Dever de garantir a integridade física e psíquica de toda pessoa detida sob a tutela do Estado, em respeito à dignidade inerente a todo ser humano. A forma e o método como se exerce a medida privativa de liberdade não podem, em nenhuma hipótese, submeter o detido a angústia ou dificuldade que exceda o nível inevitável de sofrimento intrínseco à detenção. O Estado deve assegurar a todo detido boas condições de saúde e bem-estar, disponibilizando, dentre outras questões, assistência médica, sempre que necessária. Constituem graves violações de direitos humanos, equivalentes à tortura ou ao tratamento cruel, desumano e degradante, medidas como o isolamento em cela reduzida, sem ventilação ou luz natural; restrição do regime de visitas; intimidação por ameaças de atos violentos; exibição em traje infame; e má prestação de serviços básicos, como alimentação e higiene.

11. Essas obrigações adquirem relevância especial em casos de privação da liberdade de crianças, adolescentes e **mulheres**. Em relação às crianças e adolescentes, cabe ao Estado assumir uma posição especial de proteção, devendo atuar com maior cuidado e responsabilidade, adotando as medidas necessárias para preservar o seu melhor interesse. É dever do Estado assegurar o desenvolvimento do projeto de vida de toda criança ou adolescente detido. **Quanto às mulheres, é obrigação do Estado impedir toda forma de discriminação, violência ou exploração baseadas no gênero.** Nesse sentido, é imprescindível, dentre outras medidas, que o Estado assegure condições sanitárias fundamentais para a higiene e saúde das detidas; que sua revista seja feita somente por policiais do gênero feminino; e que conceda às gestantes e às mulheres em período de amamentação condições de detenção compatíveis com sua condição¹⁹⁸ [grifo nosso].

A metodologia investigativa do GT Ditadura e Gênero, assim como dos demais grupos responsáveis pela pesquisa, geração e sistematização das informações da CNV, incluiu a análise dos arquivos e a realização de entrevistas. Pela primeira vez, mulheres e homens puderam narrar de forma legitimada ao poder público as condições sub-humanas que foram submetidos nos “porões” da ditadura. Os testemunhos contam as violações sofridas em função da dissonância política. Mas, muito além disso, mostram como as distinções dicotômicas e os papéis sociais estabelecidos para o feminino e o masculino no interior da ordem hierárquica de gênero foram manipulados pelos militares – em sua maioria, homens – na prática da violência institucional.

Especialmente no caso das mulheres, os depoimentos colhidos dão a ler as nuances da violência de gênero institucional existente na ditadura. A mulher militante, além de subversora da ordem política, era profunda transgressora do papel designado ao feminino, de “esposa e mãe”. Portanto, era merecedora da violência física, psicológica e sexual.

¹⁹⁸ BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014, p. 282. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571>. Acesso em: 31 jan. 2019.

A narrativa concedida por Maria Aparecida Costa – ex-aluna da Faculdade de Direito da USP, militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e presa em dezembro de 1969 – é ilustrativa sobre tal questão ao indagar

Por que uma moça está fazendo isso?” E é uma forma, talvez, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. Inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma “vaca”. São as boas-vindas. É a maneira como você é chamado. E isso foi crescendo e eu acho que você se sente exposto e você é exposto, você enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira: você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina você está nu, você está à mercê, não é? Disso tudo. [...] Como os homens também foram, mas talvez, por ser uma mulher, eu acho que isso tem um peso terrível. Pela tua formação, pela formação social, ideológica. Por si já é uma exposição e aumenta ainda mais a tua exposição [...]. Normalmente você é educado e visto para proteger a sua feminilidade para que ela se exponha em outras situações [...] de escolha.

O produto do trabalho investigativo do GT Ditadura e Gênero foi o texto intitulado *Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes*, publicado na forma de um capítulo no Relatório Final da CNV¹⁹⁹ e portando, em anexo, todas as entrevistas realizadas na íntegra. Entregue em dezembro de 2014, o Relatório tornou público os nomes dos agentes comprovadamente envolvidos em crimes, expondo os detalhes das violações e seus permanentes efeitos em homens e mulheres que militaram contra o regime.

O texto foi sistematizado em volumes que apresentam os antecedentes, a organização interna da Comissão, o contexto e as estruturas que permitiram ao Estado praticar as violações, os métodos e as práticas utilizadas na tortura das vítimas. Destacam-se os casos emblemáticos e a atuação do Judiciário, além do recurso a textos temáticos sobre a repressão em espaços específicos, com ênfase no índice de mortos e desaparecidos. Finalmente, chama atenção nas conclusões as recomendações de medidas institucionais e reformas legais.

Além de publicar o Relatório Final revelando à sociedade brasileira eventos desconhecidos de sua história e orientando sobre procedimentos a serem adotados como forma de se evitar a repetição do trauma, os trabalhos da CNV contribuíram diretamente para a pesquisa historiográfica, na medida em que foi constituído um amplo acervo reunindo milhares de documentos; testemunhos de vítimas, familiares e agentes da repressão política; cerca de 50 mil fotografias; vídeos de audiências públicas, diligências e depoimentos; laudos periciais; livros; entre outras tantas fontes. Todo esse acervo encontra-se atualmente sob a guarda do Arquivo Nacional e o acesso online à consulta dos documentos está disponível na

¹⁹⁹ BRASIL, 2014.

plataforma²⁰⁰ do sistema de informações da instituição.

A experiência da Comissão da Verdade brasileira promoveu ganhos em termos de amadurecimento dos valores democráticos e dos direitos humanos no país. Ela deu voz às vítimas da violência, além de impulsionar o desenvolvimento da pesquisa científica sobre os acontecimentos do período. Mas, apesar disso, sua eficácia foi alvo de várias disputas, embates e críticas, em função de seu caráter excessivamente conciliatório em comparação com os efeitos das comissões da verdade instaladas em países do Cone Sul²⁰¹ que experimentaram regimes ditatoriais no mesmo período.

É necessário ter em vista que a Lei de Anistia (1979) prossegue sendo o maior entrave à justiça de reparação no Brasil, impedindo os poderes de apuração e moção de ações contra agentes do Estado militar responsáveis pelos vários crimes contra os direitos humanos. Ela é a prova viva de que a justiça sobre fatos passados é sensível aos interesses do tempo presente. No Brasil,

Ainda que o Relatório da Comissão Nacional da Verdade tenha apresentado diversos relatos de que a prática de crimes, inclusive sexuais, foi recorrente e sistematizada, esbarra-se na posição estadocêntrica do Supremo Tribunal Federal, o qual considera que a Lei de Anistia não permite o processamento e julgamento dos crimes cometidos durante o regime ditatorial [...]. Em nome da soberania, descumprem-se tratados e convenções das quais o país é signatário [...]. Há clara posição de que o documento jurídico interno constitui-se obstáculo para a efetiva transição²⁰².

Apesar dos limites em seus resultados, a CNV estabeleceu uma rede de outras comissões – estaduais, municipais, universitárias, profissionais/sindicais –, fundamental para garantir a capilaridade necessária à apuração dos eventos e dos crimes contra os direitos humanos em

²⁰⁰ A plataforma pode ser acessada em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

²⁰¹ Na Argentina, em 2010, um tribunal condenou agentes do Estado por violações cometidas durante a ditadura militar em função do gênero e da sexualidade, reconhecendo assim a especificidade da tortura institucional. Em outubro de 2011, no Uruguai, 28 mulheres ex-presas políticas denunciaram, pela primeira vez, violações e abusos sexuais cometidos durante o período ditatorial. A possibilidade de prescrição dos delitos levou à apresentação urgente das denúncias. No Peru, a experiência da Comissão Nacional da Verdade é destacável, pois houve a preocupação de que a investigação focasse na questão específica da violência de gênero, sobretudo nos abusos sexuais. Para maiores informações, consultar: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (comp.). *Las Laurencias. Violencia sexual y de género en el terrorismo de Estado uruguayo*. Montevideo: Trilce, 2012; MANTILLA, Julissa. La experiencia de la Comisión de la Verdad y Reconciliación del Perú. In: SONDERÉGUER, María; CORREA, Violeta (comp.). *Violencia de género en el terrorismo de Estado: políticas de memoria, justicia y reparación*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2010.

²⁰² BORGES, Rosa Maria Zaia; DA SILVA, Simone Schuck; ALBUQUERQUE, Laura Gigante. Crimes sexuais na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): perspectivas da violência institucional e de gênero. *Sistema Penal & Violência*, v. 8, n. 1, p. 3-15, 2016.

um país de dimensões continentais. Essa foi uma peculiaridade do caso brasileiro. Em todos os outros países em que os crimes da ditadura foram investigados, houve apenas uma comissão da verdade, enquanto no Brasil formou-se uma teia interligada, produzindo inúmeras investigações simultaneamente. Uma dessas ramificações ocorreu na Universidade Federal do Espírito Santo a partir da criação de uma Comissão da Verdade específica.

2.3 COMISSÕES DA VERDADE UNIVERSITÁRIAS: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

A Comissão Nacional da Verdade firmou parcerias com órgãos e entidades em todo o país. Por meio de acordos de cooperação técnica, muitos desses parceiros constituíram suas próprias comissões da verdade temáticas, setoriais, vinculadas a instituições de direitos humanos e poderes da República – contando com assessoria da CNV e portando mandatos independentes –. Algumas dessas comissões foram apresentadas no Relatório Final da Comissão Nacional²⁰³:

[...] Comissão da Memória, Verdade e Justiça de Natal “Luiz Ignácio Maranhão Filho”; Comissão da Verdade da Câmara Municipal de Araras; Comissão da Verdade da OAB/PR; [...] Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”; Comissão da Verdade do Município de São Paulo “Vladimir Herzog”; Comissão da Verdade dos Jornalistas Brasileiros (Federação Nacional dos Jornalistas); Comissão da Verdade e da Memória Advogado Luiz Maranhão (OAB/RN); Comissão da Verdade e do Memorial da Anistia Política da OAB/ MG; Comissão da Verdade “Professor Michal Gartenkraut” da Câmara Municipal de São José dos Campos; Comissão Especial da Memória, Verdade e Justiça da OAB (Conselho Federal da OAB); Comissão Especial da Verdade da Assembleia Legislativa do Espírito Santo; Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (PE); Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça Deputado Estadual José Porfírio de Souza (GO); Comissão Estadual da Verdade da Bahia; Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro; Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul; Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Comissão Estadual da Verdade Francisco das Chagas Bezerra “Chaguinha” (AP); Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (SC); Comissão Memória, Verdade e Justiça do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Próprias e Contratadas na Indústria e no Transporte de Petróleo, Gás, Matérias-Primas, Derivados e Afins, Energia de Biomassas e Outras Renováveis e Combustíveis Alternativos no Estado do Rio de Janeiro; Comissão Municipal da Verdade no Âmbito do Município de Juiz de Fora (MG); Comissão Parlamentar Especial da Verdade da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão; Subcomissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Pedro Ernesto Fagundes²⁰⁴ sinaliza que alguns deslocamentos indispensáveis também

²⁰³ BRASIL, 2014.

²⁰⁴ FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da Assessoria

ocorreram entre os ministérios do governo federal. O primeiro deles adveio no Ministério da Justiça, que por meio do Aviso n.º 1.069, de julho de 2012, requereu aos demais entes que procedessem à localização, à identificação e ao recolhimento junto ao Memórias Reveladas, no Arquivo Nacional, de documentos produzidos durante o período militar que estivessem sob sua guarda. Em decorrência desse requerimento, em agosto de 2012 a Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação (MEC), através do Ofício-Circular n.º 11/2012/SAA/SE/MEC, enviou a todos os reitores das universidades públicas, federais e estaduais, uma solicitação para que realizassem o levantamento e a identificação dos documentos do regime militar, para posterior recolhimento ao Arquivo Nacional.

Tal medida reconheceu a importância de se investigar os impactos que os *campi* sofreram. Foi possível elencar os nomes das vítimas das violações de direitos humanos, localizar e analisar a documentação do período, realizar entrevistas com os atingidos, permitindo a recuperação da memória da resistência, além das recomendações de ações de reparação aos atingidos pela violência. Segundo Juan Almeida,

É necessário compreender o período da ditadura para reconhecer os seus resquícios no que persistiu ao tempo e assomou-se ao autoritarismo e à violência em nossa realidade. Para compreender o hoje é preciso estar ciente das engrenagens da História que nos trouxe até aqui, nesta imensa roda-viva, roda gigante. Feita por homens que nadaram contra a corrente até não poder resistir, com um saldo de centenas de professores e estudantes expulsos, presos, mortos ou desaparecidos, as Universidades brasileiras foram extremamente atingidas pela repressão da ditadura brasileira. A Universidade, desenvolvida para pensar o Brasil e seu povo como problema, deve resgatar sua História enquanto espaço de efervescência, questionamento, crítica e empoderamento dos rumos da nação²⁰⁵.

A Comissão Anísio Teixeira, da Universidade de Brasília (UnB), foi a pioneira nesse processo, seguida pela Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ambas criadas a partir da fusão da mobilização de professores e alunos e após debates institucionais. Nos anos seguintes, mais de 15 comissões universitárias foram instituídas nas seguintes instituições, passando a atuar em rede e com apoio da CNV: Universidade Federal do Paraná (UFPR); UFES; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); USP; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP);

Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 295-316, 2013.

²⁰⁵ ALMEIDA, Juan de Assis. Antecedentes, Registros históricos, dados e resultados da Comissão da Verdade na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. In: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Comissão da verdade da UFRN: relatório final*. Natal: Editora da UFRN, 2015, p. 35-36.

Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Estadual Paulista (UNESP)²⁰⁶.

A partir do exemplo da Comissão Nacional, a finalidade de instituição das comissões universitárias e a indicação dos membros componentes foram formalizadas por meio de portaria dos reitores. Objetivos, atribuições e prerrogativas, métodos e atividades investigativos também foram definidos tendo a CNV como espelho. O cruzamento das fontes documentais escritas e imagéticas com as memórias surgidas por meio do trabalho da História Oral trouxe à tona a memória coletiva das comunidades acadêmicas durante seus tempos mais sombrios.

Angélica Muller e Pedro Ernesto Fagundes²⁰⁷ pontuam que, a partir de dezembro de 2013, as comissões universitárias iniciaram encontros entre seus representantes e, constatando a existência de práticas repressivas comuns nas diferentes instituições de ensino, buscaram trocar informações sobre formas de atuação em conjunto e sobre a elaboração dos futuros relatórios finais. A própria equipe técnica da Comissão Nacional realizou visitas às comissões universitárias, no intuito de estabelecer uma parceria mais sólida e oferecer suporte nas atividades de pesquisa documental e oral. Os membros das comissões universitárias puderam pesquisar e coletar informações de seus respectivos *campi* no acervo da CNV, reunido no Arquivo Nacional, e também tiveram acesso autorizado aos escritórios da Comissão em Brasília e no Rio de Janeiro.

Além de debater as demandas de cada comissão universitária, as reuniões tiveram como objetivo contribuir com os conteúdos que, mais tarde, vieram a ser apresentados no capítulo *Violações de direitos humanos nas universidades*²⁰⁸ do Relatório Final da CNV. O texto

²⁰⁶ Memória, universidade, cidadania e constituição na era das comissões da verdade: elucubrações comparativas a partir da vida e obra da Família Kucinski. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489624814_ARQUIVO_STANPUH2017.pdf>. Acesso em 25 jan. 2018.

²⁰⁷ MULLER, Angélica; FAGUNDES, Pedro Ernesto. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. *Ciência e Cultura*, v. 66, n. 4, p. 34-47, 2014.

²⁰⁸ BRASIL, 2014, p. 10.

apresenta o contexto das violações contra os direitos humanos cometidas nas comunidades acadêmicas e traz ao conhecimento da sociedade brasileira a principal descoberta feita pelos trabalhos das comissões universitárias: os acervos documentais que comprovam a existência das AESI ou ASI nos *campi*.

As investigações das comissões universitárias apontaram que, a partir de 1971, as AESI/ASI foram instaladas sob sigilo no ambiente físico das reitorias, e ficaram responsáveis por alimentar, com informações, os órgãos públicos responsáveis pelas ações efetivas de repressão – prisões arbitrárias, sequestros, desaparecimentos forçados, torturas, assassinatos, ocultação de cadáveres – contra supostos inimigos internos presentes nas comunidades acadêmicas. Na prática, esses órgãos atuavam como fiscais dos comportamentos políticos, da moralidade, das condutas, dos papéis sociais, dos comportamentos, e da sexualidade de mulheres e homens nos *campi*.

Assim como os demais acervos produzidos durante os governos militares, os conjuntos documentais das AESI/ASI foram alvo de muitas disputas logo no contexto pós-redemocratização. Por isso, grande parte teve o mesmo destino de muitos arquivos sensíveis dos órgãos de segurança e informação da ditadura: a incineração. Sobre essa prática, Rodrigo Patto Sá Motta²⁰⁹ argumenta que

[...] Os acervos das ASI eram problema delicado não somente para os órgãos de repressão. Como entender tais atos, decerto atentados à memória e à história [...] Os arquivos continham (e contêm) memória incômoda para alguns membros da comunidade universitária, e não somente para os que decidiram destruí-los. Muitos reitores e diretores colaboraram francamente com as medidas repressivas do regime militar: demitiram, impediram contratações, bloquearam autorizações para estágios no exterior, puniram estudantes, censuraram manifestações as mais diversas no interior das universidades. Além das autoridades, outros membros da comunidade universitária também colaboraram com a repressão, fazendo denúncias ou oferecendo informações sobre colegas e estudantes aos órgãos de segurança.

A decisão de queimar os arquivos, longe de ser um ato eventual, possui um significado proposital, pleno e literal. Muitas vezes foi deliberada pelos próprios reitores, o que talvez se explique pela intenção de autoproteção ou, quem sabe, pelo comprometimento com a proposta de esquecimento coletivo da anistia. Para justificar a prática, à época alguns reitores recorreram à moral e aos “bons costumes”, argumentando o “baixo nível” do conteúdo dos

²⁰⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. *Revista Acervo*, v. 21, n. 2, p. 43-66, jul/dez 2008a, p. 60.

documentos vez que tratavam até da vida sexual das pessoas vigiadas²¹⁰. Longe de construir qualquer justificativa plausível, esses argumentos serviram, na verdade, para explicitar as bases patriarcais que atravessam valores, comportamentos, discursos e práticas dos representantes universitários nomeados pelos militares.

Em vista dos problemas – quase impossibilidades – superados e dos ganhos advindos de seus trabalhos, as comissões universitárias no Brasil simbolizam um avanço. Angélica Muller e Pedro Ernesto Fagundes²¹¹ ponderam que

[...] os esforços das comissões da verdade universitárias representam uma oportunidade única para a comunidade universitária reencontrar, contar, enfim, conhecer episódios que ocorreram na universidade durante os “anos de chumbo”. O contato da comunidade universitária com esses conjuntos documentais e com os testemunhos coletados poderá contribuir para a superação da cultura do silêncio e do sigilo que ainda assombra nossa sociedade. Assim, além da recuperação e da produção de novas fontes de pesquisa, tais iniciativas devem apontar para a superação de todas as manifestações da cultura política autoritária: na sociedade e nas universidades. Possibilitando, através do direito à informação e do direito à memória, a efetiva consolidação da democracia brasileira.

Na UFES, esses esforços foram concentrados pela CVUFES. À época da instituição da CVUFES, o reitor Reinaldo Centoducatte²¹² declarou que

A CVUfes passou a trabalhar com o grande desafio de coletar as informações que estavam adormecidas, escondidas ou abandonadas, e que, ao serem sistematizadas, revelariam as dimensões daquele período histórico marcado pela violência, ameaça e constrangimento que pesavam sobre a Universidade. A comissão se dividiu em subgrupos para a coleta de documentos, pesquisa em acervos, formalização de depoimentos e organização e sistematização do material encontrado. Assim, a CVUfes buscou identificar eventos importantes do período; os membros da comunidade universitária que foram presos, ou que sofreram torturas, ameaças e perseguições; as ações repressivas diretas na UFES; as exonerações, aposentadorias e expulsões.

Mas, assim como outras comissões universitárias, a CVUFES tropeçou no problema da inexistência e do desconhecimento do paradeiro dos documentos. Não havia no *campus* capixaba um sistema de arquivos minimamente centralizado e organizado, tampouco a preocupação com uma política arquivística e de preservação da memória. Soma-se a isso o fato do antigo arquivo da Universidade ter sido destruído por um incêndio em 1999,

²¹⁰ Idem., Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, p. 30-67, 2008b, p. 33.

²¹¹ MULLER; FAGUNDES, 2014, p. 47.

²¹² CENTODUCATTE, Reinaldo. Que prevaleça a verdade. Sempre. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). *Relatório da Comissão da Verdade* – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: Ufes/Supecc, 2016, p. 7.

ocasionando a queima de grande parte do acervo documental. Coincidência ou não, mais uma vez as pesquisas sobre os abusos do Estado militar esbarravam no problema do esquecimento e do fogo.

Em vista dessa questão, a metodologia de ação da CVUFES partiu da criação de um primeiro Grupo de Trabalho, o GT Acervo. O GT executou um verdadeiro trabalho indiciário e de escavação arqueológica no *campus*. As buscas ocorreram em “arquivos improvisados”, tais como banheiros interditados, almoxarifados, prédios trancados, salas desativadas e ginásios de esportes localizados no Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), no Centro de Ciências da Saúde (CCS), no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), no Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), no Centro Tecnológico (CT) e nos órgãos administrativos.

O resultado dos trabalhos do GT Acervo foi a localização de um conjunto documental antes desconhecido. Mais de 1.400 documentos em estado de completa má-conservação foram encontrados, recuperados, higienizados, submetidos às operações de descrição e digitalização, e depois disponibilizados para a análise histórica. Grande parte das fontes é composta por documentos oficiais da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI/UFES). A criação da AESI/UFES coincide com o desenrolar da terceira onda repressiva no *campus* capixaba, entre os anos de 1971 e 1974.

O conteúdo dos documentos produzidos pela Assessoria revela o transe pseudo-heróico em que estavam mergulhados os militares e seus representantes, acreditando salvar o país de perigosos inimigos comunistas e despudorados militantes estudantis. Nesse teatro, o chefe da AESI/UFES assumia o papel de “supercensor”, acompanhando pessoalmente os comportamentos e as condutas em atividades discentes como eleição de representantes estudantis, palestras, festas, recepção de calouros, colação de grau, e dedurando alunas e alunos suspeitos de subversão aos órgãos responsáveis pela violência desmedida dos anos de chumbo.

O depoimento concedido pelo ex-aluno do curso de Odontologia, Perly Cipriano, a Valter Pires Pereira²¹³ permite refletir sobre a extensão e a estratégia de ação da rede de monitoramento criada por Alberto Monteiro à frente da AESI/UFES. Ele destaca que o

²¹³ PEREIRA, Valter Pires et al. *Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 1964 no Espírito Santo*. Vitória: Flor & Cultura, 2005, p. 48.

responsável pelo órgão

[...] Criou um sistema de alcaguetagem dos mais graves. Era inicialmente funcionário da universidade; montou um sistema de alcaguetagem com o Exército, com policiais e com o chamado Dops e vivia vasculhando a vida do estudante. Havia medo. As pessoas até para namorar tinham um pouco de medo, porque não sabiam se a namorada podia estar ou não envolvida com essa situação. [...].

As fontes orais permitidas pelas atividades da CVUFES também endossaram as violações que ocorreram no *campus* durante os anos de chumbo. Ex-alunas e ex-alunos militantes da Universidade entraram em contato com suas memórias mais incômodas e prestaram suas narrativas de forma pública ou privada. É pertinente observar de que forma o caráter privado ou público dos testemunhos transparece as posições normativas de gênero construídas no interior da sociedade patriarcal brasileira, além dos comportamentos e papéis sociais desejados para mulheres e homens.

A maioria dos depoimentos coletados reservadamente, no estúdio da secretaria do Núcleo de Ensino à Distância (NEAD) da UFES, foi concedida por homens, o que é algo significativo a ser examinado a partir dos padrões da masculinidade dominante. Os tabus relacionados aos seus desvios, como a emasculação, a violência sexual, a perda da virilidade, da força, da potência e da honra do macho, o constrangimento da submissão provocada por outro homem, parecem estar relacionados à preferência pela privacidade no ato de lembrar e relatar as memórias pessoais. Os ex-alunos entrevistados restritamente foram Adriano Sisternas, da Engenharia Civil; Carlos Sala Pissinatti, da Medicina; Iran Caetano, da Medicina; Jayme Lana Marinho, da Odontologia; João Amorim Coutinho, da Geografia; Jorge Luiz de Souza, da Economia; Renato Viana Soares, do Jornalismo. Somente César Ronald Pereira Gomes, da Medicina, narrou suas memórias publicamente.

Inversamente, as audiências públicas realizadas no auditório do Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores (DAOCS) contaram com a participação majoritária de mulheres, o que pode significar uma tentativa de afirmar a importância da participação feminina nas lutas políticas em um período de extrema dominação masculina. A fala dessas mulheres dispostas a explicitar suas dores pode ser lida como uma oportunidade de confirmar a condição de opressão e violência a que foram submetidas não somente durante a ditadura militar, mas ao gênero feminino ao longo da história. Ainda, é preciso observar a condição estrutural de dominação que tende a estimular mulheres a cumprirem um papel

social em que expor suas emoções em público é algo natural, ao contrário dos homens.

As ex-alunas, militantes presas, que trouxeram a público suas memórias foram: Ângela Milanez, da Geografia; Elizabete Santos Madeira, da Medicina; Laura Maria da Silva Coutinho, da Odontologia; Maria Magdalena Frechiani, da Medicina. A única mulher a falar privadamente foi Jussara Martins Albernaz, da Matemática. Os testemunhos dessas ex-alunas presas mostram o quanto as responsabilidades e os limites de ação do Estado foram extrapolados pelos militares, e em íntima relação com o gênero. Os relatos dão a ler que a violência perpetrada por esses homens, agentes do Estado, incidiu sobre o corpo das mulheres militantes por meio de graves abusos físicos, psicológicos, morais, sexuais, contra filhos e familiares.

Os testemunhos coletados foram submetidos à metodologia da História Oral, transcritos e sistematizados. Adiante, todos os trabalhos da Comissão vieram a público com a entrega do Relatório Final²¹⁴, em 2016. A partir da documentação escrita e oral, o texto expõe as quatro ondas repressivas que atingiram a comunidade universitária, interferindo no funcionamento da instituição. Igualmente, o acervo oral e escrito reunido pela CVUFES tem servido de fonte para a pesquisa historiográfica que pretende investigar como se configuraram as violações dos direitos humanos de homens e mulheres durante a ditadura militar.²¹⁵

Nesse sentido, no próximo capítulo serão recuperadas e analisadas as memórias das militantes, vindas à tona através do trabalho da CVUFES. A partir de uma análise historiográfica que interpreta as violações de direitos humanos às mulheres a partir da categoria violência de gênero institucional, será possível observar a incidência de uma violência específica, que utilizou-se da tradição patriarcal, de dominação masculina, para violar corpos e mentes de mulheres consideradas “subversivas”.

²¹⁴ FAGUNDES, 2016.

²¹⁵ Podem ser elencadas as seguintes pesquisas: ATHAYDES, Ramilhes Grassi. *Documentando a subversão: a reorganização do movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo (1976-1978)*. 2016. 190f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016; PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira. *Modernização e repressão: os impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974)*. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

CAPÍTULO 3

VIOLAÇÕES CONTRA OS DIREITOS HUMANOS DAS MILITANTES POLÍTICAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

3.1 ONDAS REPRESSIVAS NA UNIVERSIDADE CAPIXABA

As universidades públicas brasileiras tornaram-se alvos priorizados da repressão da ditadura logo após o golpe de 1964, com a instituição da “Operação Limpeza”. Os *campi* eram imaginados pelos militares como um dos principais ninhos do “perigo vermelho” em função de uma suposta receptividade às ideias comunistas. Conforme o relatório da Comissão Nacional da Verdade²¹⁶, logo após

Configurado o golpe e nomeado o “Comando Supremo da Revolução”, este tratou de efetuar punições e cassações com a chancela do Ato Institucional que passou a vigorar em 9 de abril. As instituições universitárias se tornariam, juntamente com sindicatos, alvos da ação repressiva dos governos militares, considerados locais privilegiados para a difusão de doutrinas revolucionárias e de recrutamento para as organizações de esquerda. Logo após o golpe militar, as primeiras semanas de aula nas universidades foram suspensas e foi colocada em ação a chamada Operação Limpeza [...].

Nessa primeira onda repressiva, várias universidades foram invadidas e ocupadas por tropas do Exército, diversos reitores foram afastados de seus cargos, por conta de supostas afinidades com o governo golpeado do presidente João Goulart (1961-1964). Estudantes, professores e funcionários públicos que apresentassem comportamentos moralmente e sexualmente “desviantes” e que fossem representados pelos militares como inimigos da “revolução” foram agredidos e presos, e as entidades de representação estudantil foram lacradas e declaradas ilegais. Nas bibliotecas, obras que, segundo os militares, possuíam qualquer evidência da chamada subversão foram incineradas.

Também foram instalados os Inquéritos Policiais Militares (IPM), sindicâncias e investigações sumárias, procedimentos encobertos por uma cortina de legalidade, cujas

²¹⁶ BRASIL, 2014, p. 269.

diligências e deliberações eram notadamente marcadas por práticas abusivas destinadas a expurgar os opositores das universidades. Conforme Rodrigo Patto Sá Motta²¹⁷ a primeira onda repressiva fora bastante aguda, mas de curta duração. No ano de 1966, ela parecia superada – o que parecia se confirmar em 1967, quando Artur da Costa e Silva emergiu falando em tolerância²¹⁸.

Segundo Ayala Pelegrine²¹⁹, logo em abril de 1964 já havia rumores de uma possível intervenção militar na Universidade Federal do Espírito Santo. Em reunião do Conselho Universitário, o reitor Manoel Xavier Paes Barreto Filho teria deixado entrever alguma resistência à “revolução” militar, tendo se referido à situação política pela qual o Brasil passava como difícil e questionando o apoio concedido por alguns estabelecimentos públicos de ensino superior ao movimento “democrata-revolucionário”. Havia motivos para os rumores, uma vez que a nomeação de Paes Barreto para a Reitoria fora apoiada por membros do partido de João Goulart, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Além disso, o então reitor participava, como membro ativo, de organizações culturais de cunho democrático e era um homem politicamente bem articulado, tendo, inclusive, já recebido o então presidente João Goulart em sua residência.

Paes Barreto foi exonerado da Reitoria da UFES sob o argumento do “interesse em preservar a segurança nacional”. Contra ele, havia a inculpação de ter sido investido no cargo de reitor pelo ex-presidente deposto. Era, para os militares, uma malquerida permanência “comunista” no novo governo que se autodenominava “revolucionário-democrático”. Assumiu em seu lugar o professor e advogado Fernando Duarte Rabelo, em maio de 1964 e pelo prazo de três anos. A nomeação de Duarte Rabelo era justificada: ele já havia ocupado um cargo político de confiança, no estado do Espírito Santo, em outro momento de investida militar contra a ordem institucional do país, durante a “revolução” de 1930 e o governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934).

A primeira onda repressiva na Universidade capixaba também provocou a prisão de professores e estudantes. Conforme o Relatório da CVUFES²²⁰, os presos universitários,

²¹⁷ MOTTA, 2014, p. 61.

²¹⁸ Costa e Silva foi o segundo presidente militar (1967-1969).

²¹⁹ PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira. *Modernização e repressão: os impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974)*. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

²²⁰ FAGUNDES, 2016, p. 23.

assim como outros ligados a movimentos populares e sindicais, foram encaminhados às dependências do 3º Batalhão de Caçadores (BC) – atual 38º Batalhão de Infantaria, sediado na cidade de Vila Velha, Espírito Santo. Um dos presos, Jayme Lanna Marinho – à época, estudante de Odontologia e presidente da União Estadual dos Estudantes no Espírito Santo (UEE/ES) –, relatou à CVUFES²²¹

[...] ter sido submetido, com outros presos, a episódios de tortura psicológica, com a encenação de fuzilamento durante a noite. Certa vez, ele e o estudante Roberto Cortês, também dirigente da UEE, foram levados numa lancha e deixados por militares do 3º BC num barco em alto mar, sem água e comida, durante todo o dia. Segundo o relato do ex-líder estudantil, de forma debochada, eles foram orientados pelos militares a remar em direção à ilha de Cuba.

Outra vítima da primeira onda repressiva na universidade capixaba foi o professor da Faculdade de Medicina Aldemar de Oliveira Neves. Preso nas dependências do Corpo de Bombeiros Militar de Vitória, ele foi um dos primeiros brasileiros a ter seus direitos cassados pela ditadura militar no país, tendo sido punido pelo Ato Institucional n.º 1 (AI-1)²²². Em decorrência, fora demitido da Universidade do Espírito Santo e do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (Ipase), onde atuava como médico.

O *campus* capixaba também sofreu a instalação de Comissões de Inquérito Administrativo na reitoria e nas oito faculdades que formavam a universidade. O objetivo era averiguar a responsabilidade de servidores, professores e estudantes na prática de “crimes” contra o Estado ou contra o patrimônio público e a ordem política e social, citados no artigo 8º do AI-1. Conforme apurado pelo Relatório da CVUFES²²³, umas das Comissões de Inquérito acusou duas ex-alunas da Escola de Belas Artes, Heloísa Gomes de Almeida e Mirce Fornazier, de terem se manifestado de forma “extremada” durante a greve na Faculdade. Apesar de formada desde 1962, Heloísa Gomes de Almeida foi acusada de ter feito parte de congressos da UNE e da UEE e, ainda, de ser signatária do jornal *Brasil Urgente*, percebido como “comunista e subversivo”. Dessa maneira, foi acusada de atentar contra a ordem política e social do país.

O documento de criação das Comissões de Inquérito no *campus* da UFES determinava que os acusados seriam intimados a apresentação da defesa num prazo de setenta e duas horas,

²²¹ Ibid., 2016, p. 28.

²²² BRASIL. Ato Institucional n.º 1, de 8 de abril de 1964. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 8 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 11 ago. 2020.

²²³ FAGUNDES, 2016, p. 33.

prorrogáveis por vinte e quatro horas, mediante requerimento. Os autos da investigação seriam enviados ao MEC no prazo máximo de trinta dias, contendo a instrução do processo e o parecer com a sanção a ser empregada aos acusados. Apesar de falar da garantia ao direito de defesa, forjando uma aparente legalidade, o documento refletiu o espírito despótico das medidas impostas pelos militares. O réu no processo poderia submeter recurso somente ao presidente da República, no máximo trinta dias após a publicação da sanção e após apreciação do reitor.

Entre os anos de 1968 e 1969, a Universidade Federal do Espírito Santo experimentou sua segunda onda repressiva. A partir de 1967, com o abrandamento da “Operação Limpeza”, o Movimento Estudantil se reorganizou no país, mesmo com a UNE declarada clandestina, e protagonizou manifestações e greves contra o governo. Além disso, as guerrilhas armadas, rurais e urbanas, ganharam maior notoriedade com o aumento de suas ações, interpretadas pelos setores conservadores da sociedade como “terrorismo comunista” contra a ordem nacional. A ditadura militar respondeu à altura do que julgava ser o ápice da “guerra subversiva”, aprimorando sua estrutura repressiva com a decretação do AI-5 e do Decreto n.º 477²²⁴. As universidades foram uma de suas miras certeiras.

O Decreto n.º 477 possuía como interesse específico o desmantelamento do Movimento Estudantil nos *campi*. A agitação estudantil a partir de 1967 potencializou, entre os militares, a percepção da ameaça esquerdista: havia a perspectiva de incremento dos movimentos tidos como subversivos com a volta às aulas, no início de 1969. Por isso, justificou-se a necessidade de uma legislação precisa, destinada a coibir a resistência e quebrar a impunidade no meio universitário.

A apreciação favorável do Conselho Nacional de Segurança (CNS) à outorga do Decreto n.º 477 denota o objetivo dos militares: era preciso um instrumento legal que municiasse o Estado e garantisse punição às “transgressões” praticadas por funcionários, docentes e estudantes nas universidades. Refletindo a cultura política conservadora compartilhada pelos militares, o normativo estabeleceu como infrações disciplinares inúmeras práticas que remontavam à atuação do Movimento Estudantil, tais como incitar movimentos grevistas ou participar deles, atentar contra pessoas ou bens, no estabelecimento de ensino ou fora dele,

²²⁴ BRASIL. Decreto n.º 477, de 26 de fevereiro de 1969. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm>. Acesso em: 21 set. 2019.

participar de “movimentos subversivos”. Quanto a esse último item, o Decreto n.º 477 relacionava passeatas, desfiles ou comícios não autorizados; conduzir, realizar, confeccionar, imprimir, ter em depósito ou distribuir “material subversivo” de qualquer natureza; usar dependência ou recinto estudantil para “fins de subversão” ou para praticar ato “contrário à moral ou à ordem pública”.

O normativo dispunha sobre afastamentos, demissões prévias e proibição de contratação em outros estabelecimentos de ensino pelo período de cinco anos, em caso de demissão, para professores ou funcionários enquadrados. Já os alunos acusados poderiam ser desligados da faculdade e terem a matrícula vetada em outro estabelecimento de ensino por até três anos. O único recurso disposto no Decreto n.º 477 referia-se à absolvição diretamente procedida pelo ministro da Educação. É preciso observar que, para além das punições previstas, a instituição do referido Decreto serviu à criação de um ambiente de desconfiança e medo no *campus*.

No curso de 1967, os estudantes da UFES, sintonizados com os movimentos de resistência nacionais, realizavam intensas manifestações nas ruas de Vitória. Grande parte dos protestos foi convocada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFES, comandado por César Ronald Pereira Gomes – estudante da Medicina e acusado pelos militares de compor as fileiras do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Os estudantes capixabas reagiram fortemente ao assassinato do estudante secundarista Edson Luiz Lima Souto, no Rio de Janeiro, organizando atos fúnebres na Catedral Metropolitana de Vitória e em frente ao prédio do Restaurante Universitário (RU) da UFES, em 1968.

A preponderância do DCE da UFES nas atuações de resistência ao governo e à política universitária estimulou os responsáveis pela segurança pública do Espírito Santo a acompanhar o Diretório e suas lideranças de perto. Conforme Pedro Ernesto Fagundes²²⁵, o presidente do DCE, César Ronald, chegou a ser preso pela DOPS do Espírito Santo, em maio de 1968. Em março de 1969, a sede do DCE da UFES foi invadida por agentes da Polícia Federal. O ex-estudante César Leite, que exercia a presidência do Diretório desde a prisão de César Ronald, renunciou imediatamente ao mandato e o principal órgão de representação dos estudantes da universidade capixaba foi fechado, reabrindo somente dez anos mais tarde. Alguns componentes do órgão foram convocados a prestar explicações ao DOPS/ES, na sede

²²⁵ FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Memórias Silenciadas*: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo – DOPS/ES (1930-1985). Vitória: GM Editora/APEES, 2012, p. 28.

da Polícia Federal (PF) no Espírito Santo e no 3º Batalhão de Caçadores. Pelo menos três Inquéritos Policiais Militares foram criados para investigar as ações dos universitários.

Vários estudantes da UFES experimentaram violações contra os direitos humanos durante o segundo ciclo repressivo no *campus*. Muitos foram presos no XXX Congresso da UNE: a vice-presidente da UEE/ES, Jussara Lins Martins (Escola Politécnica); Agis Wilson Macedo (Faculdade de Direito), Areovaldo Costa Oliveira (Faculdade de Direito), Domingos de Freitas Filho (FAFI), Estela Maria Ourique da Silva (Escola de Serviço Social), Iran Caetano (Faculdade de Medicina), José Antônio Gorza Pignaton (Faculdade de Farmácia), José Honório Machado (Faculdade de Farmácia), Luís Claudio Nogueira Muniz (Faculdade de Ciências Econômicas), Marcelo de Almeida Santos Neves (Escola Politécnica), Marlene do Amaral Simonetti (Escola Politécnica) e Ricardo Luiz Carvalho Gottardi (Faculdade de Odontologia).

No fim do ano 1969, com a chegada do general Emílio Garrastazu Médici²²⁶ à presidência da República, uma das primeiras medidas foi a regulamentação da Divisão de Segurança e Informação (DSI) do MEC. A Divisão passou a integrar a Comunidade Setorial de Informações do Ministério e monopolizou o controle do ensino superior e das universidades por meio de atividades de monitoramento, vigilância, controle e punição. A DSI/MEC obteve o controle sobre toda a documentação sigilosa do Ministério e contava com o precedente de abertura de inquéritos administrativos ou sindicâncias em qualquer órgão sob a jurisprudência da Pasta – especialmente nas instituições universitárias.

A reformulação do aparato repressivo previa a subdivisão da DSI em novas agências, denominadas Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI). Nesse bojo, logo após a aprovação do “Plano Setorial de Informações de Educação e Cultura”²²⁷ no início de 1971, cerca de 35 AESI foram instaladas nos *campi*, oficializando o elo de ligação das universidades com o MEC. O processo de criação das Assessorias ocorreu de forma urgente, conforme as diretrizes lançadas pela DSI/MEC e encaminhadas aos reitores universitários. A partir da ciência dessas diretrizes, os reitores dispunham de dez dias para a nomeação dos responsáveis pela agência. Oficialmente, as AESI eram apresentadas aos reitores enquanto

²²⁶ Médici foi o terceiro presidente da ditadura militar (1969-1974).

²²⁷ BRASIL. Portaria do MEC n.º 10-BSB, de 18 de janeiro de 1971. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 19 de janeiro de 1971. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2892873/pg-45-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-01-1971/pdfView>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

ferramentas para assessoramento das reitorias, contudo, considerando o contexto, não se pode duvidar de seu real interesse na vigilância e no controle dos espaços universitários. Conforme Motta²²⁸

Segundo a documentação oficial, as Aesis universitárias eram órgãos subordinados aos reitores e encarregados de assessorá-los nos assuntos relativos à segurança nacional e informação. No entanto, elas estavam sujeitas à orientação normativa e de supervisão da DSI/MEC – por vias indiretas, o SNI. Por isso, muitas vezes as assessorias serviram para exercer pressão e controle sobre as reitorias, ações provenientes da cúpula do Estado e dos próprios serviços de informação. Segundo as normas oficiais, era papel da AESI: a) produzir informações necessárias às decisões dos reitores; b) produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações; c) encaminhar à DSI informações por ela requisitadas

Tendo em vista que as lideranças do MEC e os agentes dos órgãos de informação diretamente relacionados ao Ministério, como o próprio SNI, compartilhavam representações acerca das universidades que os faziam percebê-las como celeiros da resistência ao governo, nichos de potenciais subversivos. Portanto, interpretar as AESI's como assessoras dos reitores nos assuntos de segurança dos *campi* é algo ingênuo. Na prática, os documentos comprovam que elas atuaram como verdadeiros olhos do regime nas universidades, elos de ligação com a Divisão de Segurança e Informação (DSI/MEC) e o SNI, produtoras de informações que alimentavam o aparato de segurança nacional.

As AESI foram sendo criadas sigilosamente no próprio ambiente das reitorias. Os nomes indicados à chefia eram negociados entre o reitor e a DSI/MEC e, por isso, militares, civis, funcionários e professores das próprias universidades ocuparam o posto. As exigências também recaíam sobre os agentes lotados na agência, os quais recebiam formação técnica segundo as normas da comunidade de informações do governo. Textos-bases de informação e contrainformação compunham o material essencial da formação, como “Manual de segurança das comunicações”, “Como eles agem” – o mais famoso, expondo a suposta estratégia de ação dos militantes –, “Manual de introdução à contrainformação” e “Como identificar um possível usuário de drogas”²²⁹.

Conforme o Relatório da CNV²³⁰, as AESI zelavam pelo controle ideológico nos *campi*, monitorando cuidadosamente os estudantes e acompanhando rigorosamente a contratação e

²²⁸ MOTTA, 2014, p. 198.

²²⁹ MOTTA, 2014, p. 200.

²³⁰ BRASIL, 2014, p. 279.

a atividade dos profissionais. Para além dessas atividades “oficiais”, poucos eventos do cotidiano universitário escapavam da vigilância. Os agentes, e a própria chefia, participavam de maneira infiltrada e também direta nas cerimônias estudantis, como refeições de grau – em que, frequentemente, eram homenageados os resistentes ao regime –, nas salas de aulas, nos eventos culturais. O monitoramento recaía sobre temas de pesquisas e obras, reuniões estudantis, publicações organizadas pelos centros e diretórios acadêmicos, a frequência dos alunos considerados suspeitos às aulas, o cumprimento da carga horária de trabalho pelos professores, etc. O objetivo principal era coletar informações importantes para os órgãos encarregados das atividades de repressão.

A execução de deliberações do Decreto n.º 477 e de outros normativos, como o próprio AI-5, era igualmente acompanhado pelas AESI. Eram encaminhadas listas aos Centros de ensino com os nomes dos alunos e funcionários atingidos na universidade, juntamente com a cobrança de providências. A estratégia de controle das agências incluía a expedição massiva e sigilosa de documentos aos Centros de ensino, em geral “solicitações de busca” e “pedidos de informação”, aos quais pediam-se a resposta imediata. Muitos pedidos baseavam-se em informações infundadas, como informações sobre indivíduos que não estavam matriculados na universidade ou sobre eventos “subversivos” que jamais chegaram a ocorrer.

Além desses documentos, as AESI enviavam com frequência aos Centros formulários e questionários, cujas perguntas deveriam ser imediatamente respondidas para encaminhamento à DSI/MEC. As questões se referiam à receptividade da comunidade acadêmica ao governo militar ou às possíveis ideias subversivas. Os relatórios informavam sobre as atividades estudantis. Muitos continham fotografias que identificavam alunos potencialmente subversivos em eventos e assembleias²³¹.

Enquanto órgãos de informação e contrainformação, as Assessorias também atuavam na disseminação de material de contrapropaganda, contrassabotagem e contrassubversão. Houve várias iniciativas no sentido de espalhar nos *campi* anúncios de engrandecimento aos feitos do governo, textos concordantes com a política do regime, artigos favoráveis à pena de morte contra “terroristas”, textos condenando os “sem deus” e os moralmente desviantes – o que incluía o gênero e a sexualidade –, falsos depoimentos de “ex-guerrilheiros” arrependidos da “guerra” comunista e antipatriota.

²³¹ MOTTA, 2014, p. 201.

Conforme ressalta Motta²³², as atividades das AESI eram padronizadas e bem orientadas. Não cabia às agências atuar em operações repressivas, mas, sim, fornecer informação sólida para que essas acontecessem. Vale lembrar que a ditadura militar, sob o comando de Médici, robusteceu seu aparato repressivo, contando com órgãos especializados nas tarefas de prender, torturar e eliminar os suspeitos e inimigos. Muitas ações desses órgãos nos espaços universitários ocorreram graças ao trabalho das AESI. Destaca-se a prisão e tortura de estudantes, perseguição a professores, exoneração de funcionários, entre outras. A tensão e a coação passariam a compor o cenário do cotidiano acadêmico, influenciando diretamente na dinâmica da produção dos saberes e, obviamente, na capacidade de mobilização dos estudantes contra a ditadura.

Na UFES, a conjuntura de endurecimento da repressão rapidamente provocou a desarticulação do Movimento Estudantil. O testemunho à CVUFES²³³ concedido pelo ex-estudante de Economia, Jorge Luiz de Souza, preso e torturado em 1972, permite que se compreenda a situação estabelecida na UFES durante a terceira onda repressiva, uma vez que

[...] se instalou um regime de muito terror mesmo e, semanas depois, eu entrei na Universidade. No primeiro semestre era um horror, porque as pessoas tinham medo de, por exemplo, você estudando Economia, tinha que ler certos livros, mas os professores tinham medo da gente. O livro estava na biblioteca e ele tinha medo de deixar a gente ler. As pessoas tinham, imagina você, medo de pegar um livro sobre Mais Valia na biblioteca. Eram aqueles primeiros anos da ditadura, de 69 a 72, quer dizer [...] esse período que vai do AI-5 até o momento que eu estava preso, até a metade da minha prisão, era um período de terror na Universidade

No cenário imediatamente anterior à criação da AESI/UFES, quatro alunos da universidade foram presos em março de 1971, no bojo de uma ação nacional de desmantelamento da chamada “Ala Vermelha” do PC do B. Edson Hilário de Freitas e João Amorim Coutinho, do curso de Geografia, José Fernando dos Santos, do curso de Engenharia, e Laura Maria da Silva Coutinho, do curso de Odontologia foram levados para o 3º Batalhão de Caçadores, onde foram interrogados e torturados por agentes do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), e depois foram enviados ao DEOPS de São Paulo.

²³² MOTTA, 2014, p. 206.

²³³ FAGUNDES, 2016, p. 103.

João Amorim Coutinho relatou à CVUFES²³⁴ que ele e a esposa, Laura Coutinho, sofreram violações de direitos humanos assim que chegaram às instalações do 3º BC e, posteriormente, no DEOPS/SP, o que incluía sevícias físicas e psicológicas:

Me colocaram sentado numa cadeira, amarraram os meus dois pulsos e foram colocados fios em torno dos punhos, dos dedos, da língua e nos ouvidos. [...] Minha mulher estava passando mal, para tentar dormir, a gente foi apagar a luz da sala e um dos guardinhas, eram recrutas que estavam de plantão, colocou o cano da baioneta na porta e falou: “acende essa luz, senão eu atiro!”. “Calma, ela está passando mal”. “Acende essa luz, senão eu atiro!”. Eu ficava ouvindo eles conversando a noite toda e tinham repassado para eles que nós éramos perigosíssimos. “Não vacila não, senão esses caras saem e matam vocês” [...]. Todas as noites os presos passavam por tortura física, parte integrante dos interrogatórios. A rotina na prisão era marcada pela privação das condições de higiene. Os banhos eram bastante limitados, a cada quatro ou cinco dias, e a alimentação era ruim. Acho que se torturava por prazer mesmo, pela prática. Parece inércia, caiu aqui, tem que sofrer.

A instalação da AESI/UFES, em agosto de 1971, na reitoria de Máximo Borgo (1971 a 1975) marcou a coroação da terceira onda repressiva na Universidade, a qual perdurou até metade de 1973²³⁵. O responsável pela agência era o funcionário da própria UFES, Alberto Monteiro, que já havia ocupado cargos técnicos na cúpula administrativa da instituição e, sobretudo, apresentava o comportamento político de adesão ao governo – elemento essencial entre os dirigentes das AESI–. Ele era especialista nos assuntos de segurança nacional, tendo frequentado a primeira turma do curso “Estudos de Política e Estratégia”, do projeto “I Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento”, oferecido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG/ES) no estado²³⁶. Em 1972, graduou-se no “Curso de Informações”, da Escola Superior de Guerra (ESG), cujo objetivo era a formação de civis e militares para atuação em funções de segurança nacional.

Alberto Monteiro personificou a vigilância no *campus* da UFES. Na maioria dos depoimentos concedidos à CVUFES, ele é referido como sendo “elemento do regime”, “porta-voz dos militares”, “covarde”, “informante dos órgãos de segurança”, “tenebroso”, “representante dos órgãos de repressão” e “ligado aos militares”. Apesar de sua atuação pretensamente despropositada – Monteiro costumava circular pelo *campus* e interagir com alunos, professores e servidores –, ele atuou como o principal elo de ligação entre a universidade

²³⁴ FAGUNDES, 2016, p. 78.

²³⁵ Idem., 2013, p. 306.

²³⁶ ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Curriculum vitae* de Alberto Monteiro. ADESG/ES, Vitória, ES, 1970.

capixaba, a DSI/MEC, o DOPS/ES e o SNI.

A extensão da ação da AESI/UFES no *campus* se observa em vista do aumento na circulação de documentos na Universidade. A emissão de “pedidos de busca” e de “pedidos de informação” aos Centros de ensino era um dos principais métodos utilizados pela agência na tentativa de monitorar todas as dimensões do cotidiano acadêmico. Uma das primeiras atividades da AESI/UFES foi monitorar de perto as contratações de pessoal, além de acompanhar os docentes já componentes do quadro de pessoal: se honravam o compromisso com a moralidade e a disciplina, cumprindo regularmente a carga horária de trabalho, rechaçando ideias subversivas e comportamentos desviantes.

Outra atividade fundamental da agência consistia no acompanhamento das atividades e dos eventos relacionados aos estudantes. Conforme o relatório da CVUFES²³⁷, nada escapava ao controle da AESI: a frequência às aulas, a venda de livros pelos Diretórios Acadêmicos e Centros Acadêmicos, as publicações, as eleições para representação estudantil junto ao Conselho Universitário, as indicações para bolsas de monitoria, os eventos acadêmicos, as alterações na direção dos órgãos de representação, a composição das chapas nas eleições, as cerimônias de colação de grau, os paraninfos e homenageados, a circulação em outras universidades do país e do exterior e as reuniões “suspeitas” ou “não autorizadas”. Nada fugia ao controle da agência.

O monitoramento estudantil praticado pela AESI/UFES reproduziu elementos de outras Assessorias universitárias do país. As ações da agência, em muito, ancoraram-se na cooperação fornecida pelos próprios professores da universidade, criando uma extensa rede de adesão. Essa cooperação, ao mesmo tempo, contribuiu para criar um clima de tensão e desconfiança no meio universitário, atuando sobretudo na desmobilização do Movimento Estudantil e fornecendo dados para a prática repressiva de outros órgãos.

O ponto máximo da atuação repressiva contra os estudantes e professores da UFES relacionados ao PC do B adveio a partir de finais de 1972, com a ajuda direta de Alberto Monteiro, então chefe da AESI/UFES. Foi o maior número de universitários já presos no Espírito Santo. As pessoas presas foram torturadas por integrantes do DOI-CODI/RJ, inclusive pelo líder, coronel Paulo Malhões. Entre os envolvidos, estavam o professor Vitor

²³⁷ FAGUNDES, 2016, p. 90.

Buaiz, do curso de Medicina, e os estudantes Marcelo Amorim Neto, Gustavo Ferreira do Vale Neto, Sebastião Lima Nascimento, Elizabeth Santos Madeira, Maria Magdalena Frechiani, Luzimar Nogueira Dias, Guilherme Lara Leite, Marcus Lira Brandão, Luiz Carlos Garcia Genelhu e Iran Caetano, do curso de Medicina. Também outros alunos foram presos: Adriano Sisternas, da Engenharia; Mirian Azevedo de Almeida Leitão, do curso de História; Ângela Milanez Caetano, do curso de Geografia; Maria Gilma Erlacher e José Willian Sarandy, do curso de Direito; Maria Auxiliadora Ferreira Gama e Jorge Luiz de Souza, do curso de Economia.

A quarta e última onda repressiva na UFES, ocorrida entre 1977 e 1983, foi marcada pela continuidade da atuação da AESI, na tentativa de mitigar qualquer rearticulação do Movimento Estudantil e de manter uma barreira ideológica no *campus*. Nacionalmente, apesar do peso dos anos de chumbo, assistia-se à rearticulação de lideranças democráticas em diversos grupos, tais como, intelectuais, artistas, representantes do “novo sindicalismo”, setores da Igreja Católica e estudantes. A militância estudantil alterava suas estratégias de ação, pois ao invés de grandes manifestações de rua, privilegiou-se a atividade no interior das universidades, por meio de eventos culturais, de encontros acadêmicos por áreas e da imprensa alternativa. Essas ações permitiram certa reaproximação dos universitários com debates, análises de conjuntura, manifestações.²³⁸

Em 1977, os estudantes da UFES reiniciaram suas atividades a partir de convocações feitas pelos diretórios acadêmicos do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e do Centro de Biomédicas. Em 1978, houve a eleição para nova diretoria do DCE, após quase dez anos fechado. Conforme o Relatório da Comissão da Verdade UFES²³⁹, em vista desse panorama, houve um esforço da AESI/UFES por identificar e qualificar a conduta dos estudantes candidatos a postos de dirigentes das entidades estudantis e aos órgãos colegiados. As cinco chapas inscritas na eleição do Diretório – Construção, Ação Popular Estudantil, Retomada, Liberdade e Anistia, e Frente de Libertação Estudantil – foram cuidadosamente monitoradas pela AESI.

De acordo com Fagundes²⁴⁰, a reorganização do DCE/UFES provocou a vigilância intensa

²³⁸MULLER, Angélica. A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979). Tese (Doutorado em História) – FFLCH-USP, São Paulo, 2010.

²³⁹ FAGUNDES, 2016, p. 120.

²⁴⁰ FAGUNDES, 2013, p. 313.

de reuniões, assembleias, publicações, passeatas, eleições e mobilizações pela Anistia. A AESI/UFES empreendeu diversos confiscos de materiais ligados ao Movimento Estudantil universitário. Igualmente, a agência continuou monitorando a circulação de pessoas e de ideias na Universidade, bem como o intercâmbio com outros países que pudessem oferecer qualquer tipo de ameaça em função de alguma inclinação comunista. A contratação de novos professores e funcionários também concentrou as atenções da Assessoria, assim como a vigilância daqueles considerados subversivos.

Diferentemente de outras Assessorias espalhadas pelas universidades do país, as quais tiveram suas atividades encerradas a partir de 1979, a AESI/UFES manteve suas ações até 1983, sob regência de Alberto Monteiro. Após o fechamento do órgão, Monteiro ainda continuou as atividades de sua casa, levando grande parte do material produzido pela agência. Esse ato coaduna com a prerrogativa militar do sigilo sobre suas ações e documentos.

3.2 VIOLAÇÕES CONTRA AS MILITANTES NA TERCEIRA ONDA REPRESSIVA

A violência de gênero institucional empreendida pelos militares contra as militantes ex-estudantes da UFES ocorreu, de forma sistemática, durante a terceira onda repressiva na universidade, entre os anos de 1969 e 1973. Nesse período, diversas mulheres foram presas e experimentaram as especificidades das violações cometidas em função do gênero nas experiências enquanto reféns do poderio militar.

A ex-estudante de História e militante Miriam Azevedo de Almeida Leitão foi a primeira mulher a tornar pública sua memória do cárcere e das violações contra os direitos humanos que sofreu, na entrevista concedida ao portal *Observatório de Imprensa* em agosto de 2014²⁴¹. Miriam foi presa em dezembro de 1972, no bojo da investida nacional da ditadura contra o PC do B e na esteira da prisão de seu companheiro, militante do Partido, Marcelo Amorim Neto.

A jovem mulher de dezenove anos nasceu na pequena cidade de Caratinga, ao leste de Minas Gerais, e desde a juventude apresentava inclinação para a leitura de cunho sociológico e político, quando ainda secundarista. A mesma inclinação aproximava outros jovens, que se encontravam na pequena cidade para debater e realizar pequenas ações de protesto contra a

²⁴¹ Depoimento de Miriam Azevedo de Almeida Leitão, 2014.

ditadura, como espalhar bandeiras vermelhas por pontos da cidade. Miriam ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) da universidade capixaba, onde, tempos depois, conheceu seu companheiro e pai de seu filho. Morou em uma república estudantil no centro de Vitória e aos dezoito anos já trabalhava no jornal *O Diário*, conhecido vulgarmente como centro de esquerdistas capixabas.

No início dos anos 1970, o Diretório estudantil da Faculdade de Medicina da UFES teve suas atividades paulatinamente revitalizadas. Sob iniciativa de Marcelo Amorim, passou a organizar reuniões e discussões sobre livros, filmes, panfletagens com assuntos engajados, aglomerando estudantes de outras áreas no debate. O jornal do grupo, chamado *O Escapulário* também foi reativado. Nesse tempo, estreitou-se a ligação de militantes universitários com o PC do B. Em 1972, o Diretório em questão deflagrou uma greve dos estudantes do curso de Medicina, em protesto a favor da construção de um Pronto-Socorro no Hospital Universitário. Miriam foi convocada pelo jornal em que trabalhava a cobrir o acontecimento e produzir uma matéria, talvez em função de sua proximidade com o líder do Diretório, Marcelo.

O ingresso de Miriam no PC do B ocorreu de forma espontânea e sua atuação concentrou-se principalmente na disseminação propagandista. Conforme relatou ao *Observatório de Imprensa*²⁴²,

A gente apenas pichava muros, espalhava cartazes nos pontos de ônibus e nas cabines de orelhões. Lembro que um dia pichei ‘Viva a guerrilha do sul do Pará! Abaixo a ditadura!’ Um idealismo de jovens que acreditavam naquilo, que sabiam que era preciso resistir a tudo aquilo, até mesmo com um simples panfleto.

Quando Marcelo ingressou na clandestinidade e juntou-se à Guerrilha do Araguaia, em 1971, juntamente com os companheiros do Partido, Miriam permaneceu em Vitória. Em dezembro de 1972, o casal estava reunido nos arredores do local onde vivia quando foi abordado pela Polícia Federal – que, nas últimas quarenta e oito horas, prendia as principais lideranças do PC do B no Espírito Santo. Miriam e Marcelo estavam sob vigilância há pelo menos dois dias.

Em 2017, o filho de Miriam e Marcelo, Matheus Leitão, publicou *Em nome dos pais*²⁴³, obra

²⁴² Depoimento de Miriam Azevedo de Almeida Leitão, 2014.

²⁴³ LEITÃO, 2017.

biográfica que retrata a história do casal durante a ditadura militar. Na publicação, Miriam conta que, no momento de sua prisão, perguntou ao policial sobre o mandado de prisão com o bico de uma metralhadora encostando em seu seio. Além do caráter arbitrário da prisão, sem mandado, essa intimidação deve ser lida como a primeira demonstração evidente das violações de gênero institucionais que a ex-estudante militante viria a sofrer em seu período sob custódia dos militares. Ela sofreu agressões físicas, como empurrões e tapas no rosto, pois os policiais queriam que ela os levasse até sua casa. Miriam lembrou que entre os militares havia a percepção de que a casa do casal funcionava como importante “aparelho comunista” que precisava ser derrubado. Ela foi levada para o 3º BC, em Vila Velha, onde permaneceu por pelo menos três meses. Miriam relatou que no momento de sua prisão

Eles nos algemaram e empurraram o Marcelo para o camburão. Era uma camionete Veraneio, sem identificação. Eu tive uma reação curiosa: antes que empurrassem sentei no chão da calçada e comecei a gritar, a berrar como louca, queria chamar a atenção das pessoas na rua. Mas ainda era cedo, manhã de domingo, havia pouca gente circulando. Achava que quanto mais gente visse aquela cena, mais chances eu teria de sair viva. Como eu berrava, me puxaram pelos cabelos, me agarraram para me colocar no carro. Eu, ainda com aquela coisa de Justiça na cabeça, reclamei: – Moço, cadê a ordem de prisão? O homem botou a metralhadora no meu seio e respondeu com outra pergunta: – Esta serve?²⁴⁴

Ao chegar nas instalações do 3º BC, Miriam foi recebida por soldados que

De repente, começaram a cantar [ironicamente] aquela música do Ataulfo Alves: “Amélia não tinha a menor vaidade/ Amélia é que era mulher de verdade”. Só então percebi que minha prisão não era um engano. “Amélia” era o codinome que o meu chefe de ala no PC do B tinha escolhido prá mim: “Você, a partir de agora, vai se chamar Amélia”. Quis reagir na hora, afinal não tenho nada de Amélia, mas não quis discordar logo na primeira reunião com o dirigente.

A canção denota o lugar ocupado pela mulher dentro da suposta normalidade de gênero e em conformidade com o imaginário militar: casada e subserviente ao homem, sem direito a exigências, submissa e devotada às atividades do lar. Miriam representava o contraponto disso, ao arriscar-se no envolvimento com a luta política e ao romper com o lugar preestabelecido à mulher sendo jovem universitária, companheira de um também militante político e grávida aos dezenove anos.

Miriam sofreu a violação de gênero mais usual praticada pelos militares durante as prisões

²⁴⁴ Depoimento de Miriam Azevedo de Almeida Leitão, 2014.

de mulheres militantes: em seu primeiro dia presa, foi colocada nua na frente de mais de dez homens e ameaçada de estupro. Sofreu agressões físicas intensas, como chutes, socos, empurrões e batidas de sua cabeça contra a parede. A tortura também envolveu avanços de cachorros ferozes que pulavam sobre seu corpo ao comando “terrorista”. Essas violações comprovam que a tortura englobava estratégias e técnicas comuns e sistemáticas, mas apresentava especificidades conforme o gênero da vítima. Relatou²⁴⁵:

Fui levada para uma grande sala vazia, sem móveis, com as janelas cobertas por um plástico preto. Com a luz acesa na sala, vi um pequeno palco elevado, onde me colocaram de pé e me mandaram não recostar na parede. Chegaram três homens à paisana, um com muito cabelo, preto e liso, um outro ruivo e um descendente de japonês. Mandaram eu tirar a roupa. Uma peça a cada cinco minutos. Tirei o chinelo. O de cabelo preto me bateu: – A roupa! Tire toda a roupa. Fui tirando, constrangida, cada peça. Quando estava nua, eles mandaram entrar uns 10 soldados na sala. Eu tentava esconder minha nudez com as mãos. O homem de cabelo preto falou: – Posso dizer a todos eles para irem prá cima de você, menina. E aqui não tem volta. Quando começamos, vamos até o fim. Os soldados ficaram me olhando e os três homens à paisana gritavam, ameaçando me atacar, um clima de estupro iminente.

As sevícias de cunho sexual repetiram-se em outros momentos de interrogatório. Essa prática denota o *locus* onde foram encaixadas essas mulheres presas pela ditadura: sua integridade e dignidade foram subvertidas. Miriam relatou²⁴⁶ que:

Numa noite, na sala, de novo fui desnudada e os homens passaram o tempo todo me alisando, me apalpando, me bolinando, brincando comigo. Um deles me obrigou a deitar com ele no sofá. Não chegaram a consumir nada, mas estavam no limite do estupro, divertindo-se com tudo aquilo.

Em um dos momentos iniciais da prisão, foi mantida por diversas horas num auditório escuro na presença de um animal, uma jiboia, solta ali por um oficial denominado Dr. Pablo. Mais tarde, descobriu que Dr. Pablo era o codinome utilizado por Paulo Malhães, que, mesmo chefiando o DOI-CODI do Rio, participou de operações no Espírito Santo. Conforme Miriam²⁴⁷:

Eles saíram e o homem de cabelo preto, que alguém chamou de Dr. Pablo, voltou trazendo uma cobra grande, assustadora, que ele botou no chão da sala, e antes que eu a visse direito, apagaram a luz, saíram e me deixaram ali, sozinha com a cobra. Eu não conseguia ver nada, estava tudo escuro, mas sabia que a cobra estava lá. A

²⁴⁵ Depoimento de Miriam Azevedo de Almeida Leitão, 2014.

²⁴⁶ Ibid.

²⁴⁷ Depoimento de Miriam Azevedo de Almeida Leitão, 2014.

única coisa que lembrei naquele momento de pavor é que cobra é atraída pelo movimento. Então fiquei estática, silenciosa, mal respirando, tremendo. Era dezembro, um verão quente em Vitória, mas eu tremia toda. Não era de frio. Era um tremor que vem de dentro. Ainda agora, quando falo nisso, o tremor volta. Tinha medo da cobra que não via, mas que era minha única companhia naquela sala sinistra. A escuridão, o longo tempo de espera, ficar de pé sem recostar em nada, tudo aumentava o sofrimento. Meu corpo doía. Cheguei a sangrar.

Às custas de seu sofrimento, vários militares davam risadas, motivo entendido depois quando foi informada de que a cobra também se chamara Miriam. A tortura psicológica e moral se apresentou já nas primeiras cenas da prisão, assim como a tortura física e a estratégia da privação de alimento. Logo no primeiro dia presa, Miriam foi privada de alimentar-se. Quando tentou, recebeu um soco de um capitão cujo nome era Guilherme:

Dr. Pablo voltou, depois, com os outros dois, e me encheu de perguntas. As de sempre: o que eu fazia, quem conhecia. Me davam tapas, chutes, puxavam pelo cabelo, bateram com minha cabeça na parede. Eu sangrava na nuca, o sangue molhou meu cabelo. Ninguém tratou de minha ferida, não me deram nenhum alimento naquele dia, exceto um copo de suco de laranja que, com a forte bofetada do capitão Guilherme, eu deixei cair no chão. Não recebi um único telefonema, não vi nenhum advogado, ninguém sabia o que tinha acontecido comigo, eu não sabia se as pessoas tinham ideia do meu desaparecimento²⁴⁸.

À época, Miriam estava grávida. Em seu relato, disse que em um dos interrogatórios a que fora submetida, resolveu contar a verdade aos militares. A resposta obtida por Dr. Pablo foi: “Isso não alivia a sua situação aqui”. Miriam continuou indevidamente alimentada, a ponto de perder onze quilos durante o mês que passou encarcerada. A situação evidencia a peritagem distinta no trato das mulheres grávidas, que, muitas vezes, eram estimuladas e forçadas ao abortamento. A submissão da militante grávida à fome e às violações físicas, psicológicas e sexuais evidencia o intuito militar de provocar a interrupção da gravidez. Miriam contou²⁴⁹ que

Estava com um mês de gravidez, e disse isso a eles. Não adiantou. Ignoraram a revelação e minha condição de grávida não aliviou minha condição lá dentro. Minha cabeça doía, com a pancada na parede, e o sangue coagulado na nuca incomodava. Eu não podia me lavar, não tinha nem roupa para trocar. Quando pensava em descansar e dormir um pouco, à noite, o lugar onde estava de repente era invadido, aos gritos, com um bando de pastores alemães latindo na minha cara. Não mordiam, mas pareciam que iam me estraçalhar, se escapassem da coleira. E, para enfurecer ainda mais os cães, os soldados gritavam a palavra que enlouquecia a cachorrada: “Terrorista, terrorista!”

²⁴⁸ Ibid.

²⁴⁹ LEITÃO, 2017, p. 83.

Em uma das noites, Miriam foi avisada por um dos agentes que talvez fosse sua última. “Eu sou muito nova para morrer”²⁵⁰, foi o que ela disse ter respondido. A ameaça de morte e as simulações de assassinato eram técnicas comuns na tortura militar e, no caso da militante, uma vez sendo mulher, a frase ressoou de modo a preocupá-la sobre qual seria o meio utilizado para tal finalidade. O abuso sexual não estava descartado e seguramente representava fonte de pavor.

Antes da soltura, Miriam assinou um ato de confissão e foi arrolada em um Inquérito Policial-Militar, juntamente com cerca de vinte e sete outros presos – a maioria deles, jovens integrantes do PC do B no ES, acusados de aliciamento de estudantes, pichações, panfletagens. Ao fim do processo, ela foi absolvida em todas as instâncias.

Outra ex-estudante da UFES e militante presa foi a então aluna do curso de Odontologia, Laura Maria da Silva Coutinho. Laura ingressou na universidade capixaba em 1969, quando deu início à militância na Ala Vermelha do PC do B juntamente com seu então esposo, João Amorim Coutinho. Sobre seu casamento, Laura relatou ter ocorrido muito em prol do Partido. Já que não estariam prontos para o envolvimento na guerrilha armada, decidiram abrigar no ambiente do lar uma gráfica clandestina do PC do B. Segundo o relato que prestou à Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, na obra *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*, ela e João se casaram

Prá ajudar o PC do B, prá poder montar o aparelho na minha casa, pra ninguém desconfiar. Rodava o mimeógrafo lá em casa dia e noite. [...] Então a gente tinha aquilo muito clandestino. Era lá que os manifestos eram copiados. Tinha que ser tudo datilografado e depois faziam-se as cópias para a distribuição no Estado²⁵¹.

Laura Coutinho veio da cidade de Natividade do Carangola, estado do Rio de Janeiro, onde morava com os pais, para a cidade de Vila Velha, vizinha à Vitória, no bairro do Ibes. Habitando a periferia, ela teve maior contato com as desigualdades que atravessam a sociedade brasileira, e relatou que esse foi o disparador para seu estado de inconformidade diante da neutralidade política. Ela relatou que sempre se colocou

De uma forma pró-ativa contra as injustiças sociais. A gente percebeu que não podia aceitar aquilo, e baseado naqueles princípios democráticos da nossa origem, a gente começou a insurgir contra, tentando levar conhecimentos de higiene

²⁵⁰ Ibid., p. 57.

²⁵¹ GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p. 182.

peçoal, de garantias sociais a que eles poderiam ter acesso. Nada mais do que isso, apenas uma visão romântica de uma sociedade mais justa, mais humana, mais igualitária”²⁵².

A aproximação de Laura com o PC do B deu-se na medida que percebeu as causas da luta do Partido como legítimas, principalmente porque percebia que os ideais partidários priorizavam o combate às desigualdades que a incomodavam, portanto, compatibilizavam com seus próprios ideais:

Eu vim de uma família pobre, humilde, então... a gente fica com aquele complexo de inferioridade. Quando a gente vê que pode existir uma sociedade que todas as pessoas podem ter os mesmos direitos, as mesmas coisas, poxa! Não existe coisa melhor que isso, né? Eu sabia do risco que eu corria, de ser presa, torturada. Às vezes eles torturavam até filhos de militantes políticos, a gente lia isso também. Eu sabia que eu podia correr sérios riscos, mas eu admirava a luta, achava que aquilo era o certo e entrei²⁵³.

A atuação de Laura no Partido dava-se nas chamadas atividades acessórias, de apoio tático, como receber militantes que estavam na ilegalidade em sua casa, juntamente com seu esposo, providenciar documentos falsos, uma vez que a militante mulher representava maior facilidade de trânsito por órgãos, como cartórios, sem levantar tanta suspeita, e cuidar das atividades domésticas, como a alimentação dos companheiros e a arrumação do abrigo. Segundo Laura²⁵⁴:

O papel da mulher era um papel de suporte de resistência. Sempre houve um preconceito muito grande, as mulheres eram como apoio. Eu era utilizada pra fazer isso, ao mesmo tempo. Uma vez legais, quando eles iam fazer as reuniões para montar as estratégias e definir onde iriam trabalhar, fazer trabalho de base com os operários, eu não podia participar, não tinha conhecimento disso. Eu servia como inocente útil pra resolver os problemas deles [...] A esquerda era extremamente preconceituosa.

O relato demonstra que mesmo nas organizações de resistência ao regime, as mulheres cumpriam papéis sociais em conformidade com a ordem de gênero tradicional regida pelo patriarcado. Ou seja, eram ocupadas com as atividades do lar e com pequenas atividades táticas, não se envolvendo, via de regra, com as grandes decisões estratégicas ou com as ações propriamente ditas. Portanto, mesmo num ambiente de discordância política, em

²⁵² LIMA, Gabriela Rodrigues. Memória, gênero e política: a militância das estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo contra a ditadura militar (1969-1972). 2017. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017, p. 37.

²⁵³ GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p. 181.

²⁵⁴ LIMA, 2017, p. 46.

organizações pró-democráticas e igualitárias, a ordem de gênero e os papéis sociais tradicionais não eram questionados, de modo que poucas mulheres escapavam à divisão tradicional estabelecida pelo patriarcado e chegavam aos postos de comando dessas organizações. A segregação e a lógica patriarcal de que os homens devem se ocupar das tarefas que exigem inteligência e virilidade se reproduzia.

A prisão de Laura também ocorreu em março de 1971, no bojo da ação nacional de dissolução da Ala Vermelha do PC do B. Ela voltava de uma tentativa de providenciar documentos falsos para os companheiros que estavam em sua casa, quando foi abordada, juntamente com o companheiro, por carros da repressão. Segundo Laura²⁵⁵, os militares à paisana que bateram a sua porta afirmaram que o casal deveria acompanhá-los ao 3º BC para prestar depoimento sobre uma questão estudantil. Ela acabou permanecendo encarcerada por dois meses. Em sua ótica, os policiais estariam à procura de seu companheiro, e ela acabou presa como forma de atingi-lo. Essa era uma prática bastante comum entre os militares, que transformava as mulheres – companheiras, esposas, mães, filhas – e seus corpos em moeda de troca na guerra contra os chamados inimigos políticos. Segundo Laura:

Nesse dia [...] morava num porão em Vila Batista, e foram uns homens do exército no portão lá de casa que foram lá pra prender o Amorim. Eles não foram lá pra me prender, mas eu reagi, contestei a prisão dele e me levaram junto também, como uma forma de pressionar o Amorim a entregar as coisas, eu fui na condição de mulher do Amorim²⁵⁶.

Na prisão, Laura relatou a cumplicidade das mulheres que se esforçavam para não permitir o abatimento dos homens presos, muitas vezes maridos e companheiros. Era uma estratégia de resgate do papel feminino da feminilidade, da doçura, da beleza, para não sucumbir às privações do cárcere e estimular os homens presos a resistirem às violações contra os direitos humanos das quais eram também vítimas. Para ela:

Uma das coisas que mais impactava os policiais lá no DOPS era a moral dos presos políticos. A gente sofria, mas não perdi a moral. E quem mantinha o equilíbrio dos companheiros presos... na hora que eles iam tomar banho de sol, e passavam por uma portinhola da janela 85 das nossas celas, a gente passava batom, se perfumava, penteava o cabelo pra ir dar uma bitoca neles, pra levantar a moral deles. Eles passavam baixo e a gente estimulava eles.²⁵⁷

²⁵⁵ FAGUNDES, 2016, p. 81.

²⁵⁶ Ibid., 2016, p. 86.

²⁵⁷ LIMA, 2017, p. 84.

Laura estava grávida quando foi presa. As primeiras violações sofridas por ela assim que chegou às instalações do 3º BC foram sexuais e físicas, com a submissão à nudez e a choques elétricos, antes mesmo de ser interrogada, na presença do companheiro João Amorim. Laura e o companheiro sofreram torturas aplicadas por agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro e, após nove dias presos no Espírito Santo foram levados ao DOI-CODI de São Paulo. Laura relatou²⁵⁸ que levou “socos nos ouvidos e telefone” nos interrogatórios noturnos, “depois que o batalhão se recolhia e ninguém pudesse presenciar o que se passava”. Sobre sua chegada no DOI-CODI São Paulo, Laura relatou²⁵⁹:

Fomos levados para São Paulo e lá nós fomos direto para a Operação Bandeirantes. [...] A Operação Bandeirantes era uma organização paramilitar, onde tinham policiais da marinha, da aeronáutica e do exército, eram três equipes e tinham componentes dessas três forças militares. Então lá chegamos, fomos levados para o hospital militar, fiz um atestado, fiz um exame de urina que comprovou que eu estava grávida, e voltei do hospital militar com aquele resultado, na certeza que nada seria acontecido comigo, por estando grávida que eu seria poupada. Nós ficávamos em uma cela de mulheres, onde tinha a cela dos homens próxima e acima de nossa cela tinha a sala de tortura. Então, durante o dia que a gente chegou e durante o início da noite a gente ouvia constantemente grito de pessoas, barulhos de queda, de copos. A gente o tempo todo vivia como se estivesse num filme de terror.

A Operação Bandeirantes foi criada em 1969, em São Paulo, no bojo da rearticulação do aparato repressivo da ditadura empreendida pelo governo de Médici, com intuito de injetar rapidez e eficiência na coleta das informações no combate à subversão e ao terrorismo e nas ações de investigação e diligência cujos alvos eram os membros das organizações de esquerda. Conforme observa Mariana Joffily²⁶⁰, a criação de um órgão dessa proporção fez-se necessária porque se via nas contestações políticas e sociais um risco específico e relevante, demonstrando ainda que a importância dada ao crime político, no momento, era maior do que a conferida a outras formas e contravenção contra a ordem estabelecida. Suas ações baseavam-se na lógica do não-direito, em que arrancar informações do outro pressupunha a aniquilação desse outro enquanto sujeito.

Laura contou²⁶¹ que as condições de higiene e alimentação na prisão eram insalubres e desumanas, bem como a ameaça de violação sexual era uma constante:

Eles só davam uma banana verde para a gente. Era única alimentação que a gente

²⁵⁸ Ibid.

²⁵⁹ FAGUNDES, 2016, p. 149.

²⁶⁰ JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: Edusp, 2012.

²⁶¹ FAGUNDES, 2016, p. 83.

tinha. Na cela que a gente ficava não tinha banheiro, era um quarto adaptado. Não nos deixavam tomar banho, nos ridicularizavam, diziam que a gente nunca ia sair de lá. Diziam “seu marido está sendo torturado, daqui a pouco venho ficar com você aqui na cela”. Essas coisas assim de abuso mesmo da questão de gênero.

Nos interrogatórios a que era submetida, Laura era obrigada a permanecer sem as roupas. A violência psicológica e sexual praticada pelos militares, como dito anteriormente, era algo rotineiro quando as inquisições tinham como alvo as mulheres. Isso comprova que os oficiais reproduziam o monopólio da violência que os homens detêm em função do patriarcado contra os corpos das mulheres, cometendo o que se pode qualificar enquanto violência de gênero institucional. Laura contou²⁶² que os militares

Diziam que queriam fazer isso e aquilo com você... tirar a roupa, abusar... passar a mão... era uma maneira assim, de querer que eu ficasse abatida psicologicamente. Eu falava: ah, você tem coragem nada de me matar. [...] Eu falava assim: “ah, grandes coisas tirar a roupa perto de vocês [...], pra mim, vocês são tudo uns monstros, não são homens”. Você não podia tomar banho sem eles estarem perto, não podia usar o banheiro... tudo, todas as necessidades fisiológicas que você fosse fazer, tinha sempre o tenente oficial do dia perto.

Sobre as violações contra os direitos humanos que sofreu no período em São Paulo, Laura detalhou²⁶³ que

Pela madrugada, não obstante eu tivesse esse documento que provava a gravidez, fui chamada e levada para o segundo andar, onde o meu companheiro João Amorim Coutinho estava sendo interrogado e também sendo torturado. Eles tentaram negociar com ele para que eu fosse poupada, desde que ele entregasse algumas pessoas, alguns companheiros que queriam. Quando ele se negou a fazê-lo, eles começaram a me torturar. [...] Eu fui torturada com palmatória, choques elétricos na vagina, no seio e na língua. Fui colocada no pau-de-arara, só agüentei cinco minutos e desmaiei. Fiquei sendo torturada durante a madrugada toda. Na realidade, como não era organizada, não tinha muito que entregar, então o que a gente sentia era o sadismo dos torturadores. Dava para eles saberem que uma garota de 21 anos pouco teria para apresentar. Na realidade, o que eles queriam mesmo era exercitar o sadismo, o poder e o autoritarismo. Então, de madrugada, quando terminou essa sessão de tortura, eu não conseguia andar. Fui engatinhando, descendo as escadas para a cela e, nesse processo, os torturadores ofereciam uma arma. “Não quer se suicidar? Tem aqui um revólver, você não vai sair daqui com vida. Você pode resolver logo isso agora”.

Em uma única sessão de tortura, observa-se a concretização da violência física, psicológica, sexual, moral e obstétrica, vez que a vítima estava grávida e havia o conhecimento por parte

²⁶² GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p. 184.

²⁶³ FAGUNDES, 2016, p. 149.

do violador. As sevícias físicas contra o corpo dessa mulher eram focalizadas nas regiões íntimas, como o seio e a vagina, invadindo a intimidade feminina nos seus recantos mais confidenciais. Como a própria vítima observou, as violações institucionais de gênero empreendidas pelos militares consistiam em um exercício patriarcal do poder e do autoritarismo. A ação de estímulo ao suicídio de Laura demonstra que esses homens concentravam a legítima função patriarcal da aplicação da violência de gênero contra a mulher e da decisão sobre a continuidade de sua vida, em última instância.

Uma das sessões de tortura resultou na perda do filho de Laura e sobre isso ela relata:

Quando cheguei [depois da tortura], fiquei sentindo muita dor, não tive sangramento nem nada, mas muita dor. De manhã, quando foi aberta a cela para que a gente fosse ao banheiro, eu senti um peso descendo. Era o bebê que eu tinha perdido naquela sessão de tortura. Fiquei uma semana sangrando sem ter qualquer assistência. O “modos” [absorvente íntimo] que a gente tinha era o jornal que a gente amassava e botava para poder usar como absorvente. Depois de uma semana, como eu comecei a ter febre muito alta, nos levaram para o hospital militar, onde fui submetida a uma curetagem. Depois voltei para a Operação Bandeirantes (organização que antecedeu o DOI-CODI), onde ficamos mais um mês²⁶⁴.

O relato evidencia a existência de um trato específico das mulheres gestantes nas prisões realizadas pelos militares. No caso de Laura, assim como no caso de Miriam Leitão, a gravidez foi ignorada pelos militares, ficando nítida a intencionalidade em provocar o aborto, revelada na intensidade das violências aplicada nas sessões de tortura, na negligência em relação ao acompanhamento da saúde da mulher e do feto, na negação do direito da mãe de gerar seu filho com respeito de seus direitos individuais garantidos. A violência do aborto, nas condições extremas em que foi experimentado, gerou trauma a Laura, que, anos mais tarde, enfrentou dificuldades para novamente engravidar, tendo sofrido dois abortos espontâneos:

Quero dizer que essa sequela me acompanhou. A vontade de engravidar era tão grande que, mesmo em condições inóspitas e sabendo que a gente não tinha nem como sobreviver, a gente dependia da família para poder sobreviver, mas eu tentava engravidar. Não evitava neném nem nada e, por duas vezes, eu engravidei e perdi espontaneamente. Eu tive três abortos. Além desse filho que foi morto nos cárceres da ditadura, tive dois abortos espontâneos. Na época eu era cliente da doutora Maria Gleide, que era mulher do deputado e médico Max Mauro. Ela dizia: “Laurinha, você não tem nada, não há nenhum problema para manter essa gravidez, essa questão é terminalmente psicológica”.²⁶⁵

²⁶⁴ Ibid., p. 84.

²⁶⁵ Ibid., p. 90.

O trauma das violências sofridas na prisão da ditadura, que afeta a capacidade reprodutiva das mulheres, simboliza a dimensão mais profunda da violência de gênero institucional perpetrada pelos militares. O arbítrio de procriar, de carregar uma vida em seu próprio ventre, de dar à luz e de nutrir crianças habitualmente constituiu, sem dúvida, carga extra de sofrimento para as militantes presas²⁶⁶.

Elizabeth Santos Madeira foi outra ex-estudante da UFES e militante política que sofreu violações de gênero institucionais durante o tempo em que ficou encarcerada. Elizabeth Madeira nasceu no interior do Espírito Santo, na cidade de Alegre, “da roça”, como ela definiu²⁶⁷. Na cidade, não possuía contato com notícias sobre a conjuntura política que marcava a ditadura militar.

Chegou em Vitória aos dezessete anos, quando fixou moradia e foi aprovada no vestibular de Medicina na UFES. Na universidade, entrou em contato com a mobilização que marcava a sobrevivência do Diretório Acadêmico do curso de Medicina mesmo em tempos duros durante a terceira onda repressiva. A luta se organizava em favor de demandas específicas do curso, do *campus* e de questões de viés político mais abrangente, como a não-influência dos norte-americanos nos rumos da educação pública superior no Brasil, considerando o contexto da Reforma Universitária. Elizabeth relatou que:

Entrei na faculdade e cheguei aqui na UFES achando tudo maravilhoso, era muita gente, era um diretório acadêmico que funcionava e agitava no seguinte sentido: eu lembro de briga por questão do restaurante, eu lembro de briga por questão contra o acordo médico porque na época tirava a autonomia da universidade, era os Estados Unidos mandando aqui dentro, então eu lembro de movimentação nesse sentido e ao mesmo tempo todo o movimento a favor da melhoria do ensino. [...] Tinha um diretório que tinha uma sala imensa cheia de livros de literatura e o trote era uma lista que eu tinha que escolher um livro para doar [...] os alunos iam e pegavam o livro emprestado e eu via muito essa efervescência cultural do ensino à época na escola eu não sei o resto da UFES mas na Medicina era uma efervescência muito grande, era uma situação maravilhosa.

O envolvimento de Elizabeth com o PC do B veio no bojo de sua mobilização com as pautas encampadas pelo Diretório Acadêmico de Medicina, na necessidade de amplificar a luta

²⁶⁶ BRASIL, 2014, p. 408.

²⁶⁷ FAGUNDES, 2016, p. 89.

estudantil. Conforme ela relatou²⁶⁸, o Partido estava muito presente nessa organização estudantil, assim como se encontrava pulverizado em outros cursos e entidades estudantis da época, uma vez que

Havia a necessidade de se ampliar mais essa luta, vamos dizer assim. E na verdade foi o que a gente fez, então na época a organização que existia dentro da Medicina era o PC do B, ou melhor dentro da universidade, porque não era só dentro da Medicina o que existia dentro da universidade era o PC do B. [...] Eu acho que naquele momento era o único canal possível ali pra gente estar lutando contra a situação que estava instalada no país, e eu acho que a gente encarava aquilo muito como “tem que ser”, “tem que lutar”.

A ex-estudante e militante lembrou que a luta era cerceada pelo sentimento de medo constante, considerando que a UFES vivia sua terceira e mais intensa onda repressiva. Ela referiu-se ao chefe da AESI/UFES como sendo o sujeito a personificar a repressão no *campus*:

A gente convivia com um medo – vou usar essa expressão – um medo assim: se você juntar cinco pessoas era considerado subversão. Então se você juntasse cinco pessoas você ficava olhando para os lados pra ver se alguma coisa ia acontecer, então a gente convivia com um medo. [...] Alberto Monteiro, também me recordo desse nome da época como os nomes mais tenebrosos²⁶⁹.

Em dezembro de 1972, Elizabeth soube da prisão de outros colegas da UFES envolvidos com a militância política no PC do B, inclusive Miriam Leitão. Chegou a pensar que também seria alvo de prisão, então passou a condição de foragida juntamente com seu namorado, Guilherme Santos Lara, e a colega de militância, Maria Magdalena Frechiani. Elizabeth passou por Vila Velha e Cachoeiro de Itapemirim, cidades do estado do Espírito Santo, e foi até Campos, município do norte fluminense, chegando até a cidade do Rio de Janeiro. Por conta de limitações financeiras que impediriam uma possível saída do país, ela foi orientada por parentes a se entregar no Centro de Informações da Marinha (Cenimar), no Rio. Não cogitava pedir ajuda aos familiares. Observou: “Como tinha entrado nisso por conta própria, sem autorização familiar, na minha cabeça era totalmente fora de propósito pedir ajuda à família, pedir dinheiro, não existia isso”²⁷⁰.

Uma vez encarcerada, sofreu violência física e psicológica durante os interrogatórios no Cenimar. Relatou à Comissão da Verdade UFES:

²⁶⁸ FAGUNDES, 2016, p. 90.

²⁶⁹ FAGUNDES, 2016, p. 96.

²⁷⁰ GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p. 190.

Me interrogaram muito e foram bastante agressivos inclusive, mas por uma questão: existia uma pessoa chamada Eliane Madeira – pelo que eu entendi era uma militante da Ação Popular – então Eliane Madeira e Elizabete Madeira no mínimo só podia ser parente ou tinha que ser parente. Então, eles me pressionaram muito e perguntaram muito no Cenimar sobre essa pessoa que realmente eu nunca tinha ouvido falar na vida. Passada aquela fase ali, que não foi fácil, porque tudo girava em torno de assustar com as salas escuras, os ambientes horríveis e as pessoas idem, o que me interrogou era horrível também, então tudo conjugava pra pressionar, infringir sofrimento²⁷¹.

Elizabeth foi transferida de volta ao Espírito Santo, para o 3º Batalhão dos Caçadores em Vila Velha. Em seus primeiros momentos, acreditou que não seria alvo de tortura, visto que nos primeiros interrogatórios foi vítima de algumas técnicas que considerou leves:

Aí usaram algumas táticas lá de deixar sozinha numa salinha escura, só você e uma cadeira o tempo todo. A porta abria uma cara aparecia e fazia assim brullllll e fechava, aí passava, de novo, abria a porta e brullllll fechava, e foi. Será que isso é um tipo de tortura? Será que isso mina a resistência de alguém? Se for isso, tá bom, eu tô aguentando²⁷².

Mas, logo em seguida descobriu que não seria essa a realidade. Ela sofreu interrogatórios intensos, nos quais era ameaçada com um fuzil, com cães ferozes e jogada contra um sofá com violência. Eram realizados vários interrogatórios no mesmo dia, mesmo quando era avisado que os trabalhos estavam encerrados, como forma de minar a resistência da presa:

Eu me recordo dessas situações do cachorro, da situação de me pegar, sacudir e jogar longe, felizmente longe era me jogar no sofá que tinha perto da parede e não contra a parede, porque muita gente foi contra a parede, mas no lugar que me interrogaram tinha esse sofazinho de dois lugares e era ali que me jogavam. [...] Aquela arma maior, não sei se era carabina, não sei como eu chamo aquilo, uma arma mais comprida... Fuzil, fuzil apontado, aquela situação também, vai atirar ou não vai atirar, vou ou não vou morrer, essa era a situação que a gente viveu lá dentro²⁷³.

Os interrogatórios de Elizabeth apresentaram uma especificidade não relatada pelas demais presas, a existência da figura do bom oficial, que a apoiava, dizia que era enviado pela família, mas, sabe-se, que não passava de um jogo dos militares para conseguirem confissões e indicações:

Comigo os interrogatórios tinham uma pessoa que agia como bonzinho e o outro que agia como malzinho. O bonzinho dizia que estava lá para me ajudar, que meu

²⁷¹ FAGUNDES, 2016, p. 96.

²⁷² GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p. 191.

²⁷³ FAGUNDES, 2016, p. 97.

pai que tinha mandado, então fazia esse tipo de jogo, era para contar tudo o que sabia para ele porque a partir disso ele ia tentar ver o que poderia fazer, e o malzinho era o outro que me jogava de um lado para o outro.²⁷⁴

As mulheres foram mantidas em celas sem direito a banho de sol e ainda eram privadas do direito de uso do banheiro. Quando acessavam esse último, era sempre com hora definida e na presença de algum oficial. Além disso, as famílias não eram informadas se a militante estava realmente presa naquele local. Essas situações denotam grave violação de direitos humanos e crime institucional de gênero de cunho sexual. Segundo Elizabeth

Não tinha banho de sol, minha família ia lá e sabia que eu tinha chegado lá, tinha certeza que eu tinha chegado lá mas faziam questão de dizer que eu não estava lá “não sei, não está aqui”, também infringia sofrimento na família que não ia contribuir em nada para eles mas faziam questão de fazer isso também. [...] Para ir ao banheiro tinha que ir conduzida, tinha que ir junto ao banheiro e não podia ir toda hora para fazer xixi em horário diferente, eu lembro dessas situações.²⁷⁵

Elizabeth se recordou de um aspecto bastante específico da dimensão do gênero nas violações. Havia um determinado capitão Guilherme que gritava a todo momento a frase de ordem “Mulher presa pra mim é homem”. Embora ela não tenha compreendido à época o intuito da frase, possível depreender o caráter intimidador do argumento, que revelava de maneira tão exata o sentimento do homem militar em relação às mulheres presas. Afirmar que a mulher presa é como homem significa dizer que aquelas mulheres mereciam a violência tanto quanto os homens porque se afastaram do lugar oficial da mulher, determinado pela ordem patriarcal, e se aproximaram de lugares legítimos da identidade masculina. Por estarem presas, essas mulheres certamente teriam cometido crime não somente contra a ordem política, mas sobretudo contra a ordem de gênero regulada pelo patriarcado e, em virtude disso, passavam a merecer o peso da violência, tal como fossem homens. Ela relatou que:

Eu lembro também do capitão Guilherme, não sei sobrenome, só sei que era capitão Guilherme... Ele se colocava como capitão Guilherme e também dessa forma aconteciam umas coisas que até hoje não consigo compreender bem, por exemplo, capitão Guilherme chamava a gente em determinado momento gritando “mulher presa pra mim é homem”, eu pensava, pelo amor de Deus... Ele gritava isso histericamente aos berros, eu não conseguia muito entender o que queria dizer isso²⁷⁶.

Depois que foi libertada, em fevereiro de 1973, Elizabeth foi obrigada a apresentar-se

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ Ibid, p. 99.

²⁷⁶ FAGUNDES, 2016, p. 97.

semanalmente no quartel do 3º Batalhão de Caçadores para prestar contas do que fazia. Enquadrada no Decreto n.º 477, respondeu à inquérito administrativo na UFES, “debaixo de constrangimentos, ameaças, agressões por parte de Alberto Monteiro, encarregado do setor de informações políticas”. Também se lembrou das sessões de interrogatórios às quais era submetida na presença do chefe da AESI/UFES, marcadas pela violência dos gritos e socos na mesa²⁷⁷.

Maria Magdalena Frechiani foi mais uma ex-estudante da UFES e militante política que experimentou violações de gênero institucionais no período de sua prisão. Ela nasceu no interior do Espírito Santo, conforme seu relato à Comissão da Verdade UFES: “na roça mesmo, nem tem no mapa”²⁷⁸. É a sexta filha de pai descendente de imigrantes alemães e italianos, e mãe professora. Aprendeu desde cedo com a mãe a importância de ter uma profissão, um ofício, a “zelar por você, pelo seu nome, pelo seu corpo, pela sua saúde. Pela sua integridade física e moral”²⁷⁹.

Aos treze anos, consolidou sua consciência política da realidade por influência das rádios de tendência de esquerda ouvidas por sua mãe, a qual era uma mulher politizada, que lia e discutia a situação do país em casa, e ouvia a “Rádio Tirana, da Albânia, e Rádio Havana, de Cuba [...] falava o tempo todo das atrocidades que aconteciam aqui no Brasil”. Nesse período, ingressou no movimento de jovens da Igreja, grupo que discutia política social e propunha ações em favor dos mais necessitados. Deixou o movimento somente quando se mudou para a capital, ao ser aprovada no vestibular da Faculdade de Medicina, em 1970.

Logo no primeiro ano do curso, percebeu a efervescência que agitava o ambiente, principalmente a partir de ações empreendidas pelo Diretório Acadêmico, e ficou deslumbrada com a realidade

Porque era um formigamento essa coisa da política [...]. Isso você já sentia em tudo quanto é lugar, e como já tinha consciência do que isso representava, a universidade [...] foi a oportunidade que eu tive de me engajar mesmo nesse movimento. No segundo ano de curso já participava das manifestações estudantis junto ao Diretório Acadêmico. [...] Os estudantes estavam brigando por melhores condições para o curso e claro que tinha gente do PC do B também nisso aí, mas era um interesse coletivo, né? Acadêmico²⁸⁰.

²⁷⁷ Ibid., p. 175.

²⁷⁸ GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p. 199.

²⁷⁹ Ibid.

²⁸⁰ GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p. 200.

Magdalena possuía forte convicção de que as reivindicações estudantis, embora duramente combatidas, beneficiariam a formação dos estudantes e o atendimento à população em geral. Essa ideia do bem coletivo foi a mola propulsora para que aceitasse o convite de um amigo para se unir a uma organização clandestina, o PC do B. A partir de então, suas atividades, além da militância estudantil via Diretório Acadêmico, incluíam pichações e panfletagens do Partido. Conforme seu relato²⁸¹, havia toda uma mobilização específica e regras a cumprir na realização das atividades, por exemplo:

Para realizar pichações e panfletagens noturnas dizia que ia estudar na casa de uma amiga e, depois da ação, dormia na república onde moravam seus colegas de célula. As tarefas tinham que ser cumpridas com muito planejamento para que não houvesse risco e desperdício de material. As relações entre os militantes também eram muito discretas e as normas de segurança eram seguidas com muita seriedade: todos sabiam quem participava do partido, mas não que cargo ocupavam e não se conversava sobre isso, só se comunicavam com os colegas de célula.

No início de dezembro de 1972, juntamente com a colega de militância Elizabeth Madeira, Magdalena soube da prisão do líder do PC do B no ES, o qual teria delatado outros companheiros que já estavam sendo presos. Junto com Elizabeth e outro militante, Guilherme Lara Leite, Magdalena cometeu fuga, passando por Vila Velha e Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo, até Campos e Rio de Janeiro. Assim como Elizabeth Madeira, por orientação de parentes, ela se entregou ao Cenimar do Rio de Janeiro. Magdalena relatou²⁸² que durante o curto período no Centro de Informações da Marinha não sofreu tortura: “a gente foi pro Cenimar [...]. Cada um foi numa sala separado pra ser interrogado [...]. E realmente não teve tortura física”.

Magdalena estava grávida do primeiro filho à época da prisão. Ela relatou as primeiras violações sofridas na prisão capixaba:

Nossa, eu achei horrível aqui... eu, assim... a pior tortura minha aqui foi a dos cachorros, né? Porque eu tenho pavor de cachorros. Dois ou três pastores alemães avançavam deixando contra a parede. F i c a v a com a cara aqui, na minha cara. E o cara rindo [...]. Esse foi um período de muito medo²⁸³.

²⁸¹ Ibid, p. 201.

²⁸² GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p. 201.

²⁸³ Ibid.

Durante os interrogatórios, Magdalena sofreu ameaça de violência sexual. Segundo ela, eram mensagens de duplo sentido lançadas pelos oficiais:

Ficavam falando: “não, porque que você, uma menina... Ah, mulher bonitinha”. Essa sensação permaneceu durante todo o período de prisão. Acho que a pior coisa que pode acontecer é estupro, né? [...]. Eu morria de medo dessas coisas [...]. Eu não sei se eu aguentaria, sabe? ²⁸⁴.

Mais uma vez o poder do macho no sistema patriarcal fica evidente. Os rótulos empregados pelos militares, como “menina” e “bonitinha”, são demonstrativos do machismo compartilhado pelos homens que então governavam o Brasil. E a ameaça implícita de violência sexual denota o desnível na ordem de gênero em voga, na qual a ponta desempoderada, a mulher, está à mercê de violações cometidas pela outra ponta que detém poder, o homem.

A tortura psicológica que Magdalena sofreu incluiu estar trancada numa sala escura por longas horas acompanhada apenas por uma grande fotografia do general Emílio Médici. Nos interrogatórios, perguntavam-na várias vezes a mesma coisa e coagiam-na a delatar nomes que não conhecia ou que eram de pessoas já presas. Ela ficou em uma cela escura com outras mulheres e, assim como foi relatado por outras ex-estudantes, sem banheiro. Magdalena contou ter sido alimentada com comida estragada e, por se recusar a comer, sofreu com o escárnio dos oficiais que a chamavam de fraca²⁸⁵.

Magdalena tentou esconder a gravidez no cárcere, mas sentiu-se mal e foi atendida por um médico do Exército que propôs que ela abortasse. O argumento do oficial era de que a integridade física dela e do bebê estavam em risco e, caso ele chegasse a nascer, também ficaria preso. Ela relatou que respondeu prontamente: “meu filho não precisa ser preso, ele pode nascer e ir morar com a minha família, porque ele não cometeu nenhum crime [...] meu filho não pode ser preso”²⁸⁶. Nota-se aqui, mais uma vez, a peritagem militar específica no trato da mulher grávida, que, geralmente, tendia à ameaça do abortamento.

As violações cometidas pelos agentes públicos da ditadura militar contra essas mulheres em destaque demonstram as especificidades assumidas pela violência de gênero institucional dos militares. Os abusos contra os corpos das ex-militantes ligadas à UFES refletem a forte

²⁸⁴ Ibid.

²⁸⁵ FAGUNDES, 2016, p. 97.

²⁸⁶ GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p. 201.

investida do regime contra universitários e universitárias, de modo geral, e o desejo de punir tais mulheres mediante a imposição da submissão, da “correção” do comportamento indesejado e subversivo por uma sorte de violências, especialmente a sexual e obstétrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a violência na sociedade brasileira é um trabalho árduo, uma vez que trata-se de um fenômeno bastante idiossincrático: possui diferentes tipologias e manifestações; apresenta caráter permanente, ambíguo e conjuntural; condiciona-se a elementos éticos, ideológicos e morais; resulta de intercâmbios socioculturais; constitui elemento cultural naturalizado; aparece como recurso de poder; necessita de orientação e justificação para os fins que determina; assume nuances próprias conforme o meio sócio-histórico em que se produz. Historicamente, a violência transpassa todas as relações de poder tecidas no meio social e atua como um dispositivo que move a balança em tais relações de poder, influenciando a correlação de forças.

Uma das relações de poder essencialmente marcada por violações é aquela constituída entre o Estado brasileiro, seus agentes e a sociedade civil. Isso porque o Estado assume, dentre suas atribuições, o monopólio do uso da violência, legitimando a aplicação dessa contra os indivíduos sob sua tutela e fortalecendo aparelhos repressivos, como a polícia e as forças militares. Desse modo, essa instituição extrapola os limites de sua legalidade e deixa de atuar enquanto organismo de proteção da sociedade, promovendo atos que atentam contra os direitos humanos quando, na verdade, deveria promovê-los.

Portanto, depreende-se que, apesar de formalmente neutra, o Estado é uma instituição hierarquizada, seletiva, constrangedora, opressora e excludente. A seletividade institucional atua, inclusive, no nível da repressão, que orienta a prática da violência. A força punitiva do Estado manifesta-se de diferentes maneiras de subversão dos direitos humanos, tais como políticas sectárias, abusos por parte da polícia e das Forças Armadas, atos arbitrários de detenção, prisões, desaparecimentos forçados, torturas, etc. Essas violações são praticadas em função de fatores como ideologia, escolha política, classe, etnia, comportamento, gênero e sexualidade.

A investigação da violência de gênero cometida pelo Estado, especificamente, permitiu concluir que sua ocorrência ocorre no âmbito público e também privado das relações sociais, expressando as nuances do sistema patriarcal e convertendo as diferenças entre homens e

mulheres em diferenças de poder. As diferenças sociais e sexuais são manipuladas de modo a originar uma hierarquia e a violência de gênero é uma expressão dessa relação de poder hierárquica, em que há dominação do homem e submissão da mulher.

Expressão do sistema patriarcal, a hierarquia entre os sexos confere ao homem o protagonismo social, enquanto, de outro lado, relega à mulher o reduto do lar e o cuidado com a casa e com a família. A violência de gênero esboça, então, as desigualdades sociais e hierárquicas que se desenvolvem no interior do patriarcado, possuindo como elemento característico a opressão do homem – o uso da violência – e a submissão da mulher.

Mesmo quando praticada pela via estatal, a violência de gênero emerge da questão da alteridade – esse é o traço que a diferencia de outras violências. Nesta pesquisa, observou-se que as ações violentas – físicas, sexuais, morais, psicológicas, patrimoniais e até obstétricas – ocorrem em função das desigualdades sociais de gênero e sexualidade e incidem sobre a alteridade feminina, na esfera familiar ou pública. Na violência de gênero, não se objetiva fazer sofrer ou dizimar alguém visto nas mesmas condições de existência que o perpetrador da violência, mas sim alguém inferior na balança de poder instituída pelo patriarcado, a mulher.

A compreensão devida do fenômeno da violência de gênero institucional, objeto desta pesquisa, partiu da consideração de que as violências institucionais evidenciam que o Estado e seus agentes também configuram atores históricos que cometem ações ou omissões violentas. Não apenas pela prática de atos de violência física, psicológica ou sexual, mas pela omissão na prevenção, punição e erradicação da violência, além da preservação dos direitos humanos.

A análise do curso histórico brasileiro permitiu depreender que esse se confunde com uma história social da violência. Ainda no período colonial, a violência uniu-se ao sistema patriarcal no ambiente da Casa-Grande. As relações, as hierarquias e as estruturas de poder do patriarcado atravessaram a sociedade civil, se inculcando no inconsciente de homens e mulheres, e alcançaram o espaço público e a dinâmica do Estado, compondo categorias sociais.

Esse sistema cultural funcionou como modelo de organização social, definindo papéis sociais de gênero bastante rigorosos. Homens e mulheres converteram-se em extremos opostos.

Enquanto o masculino tornou-se o elemento racional e renovador, o feminino figurou como o componente emocional e subjugado. Ao homem, foi legado o espaço público, das decisões, ao passo que à mulher foi destinado o espaço geográfico do lar, do recato e do controle da sexualidade.

Na presente investigação, observou-se que, entre o século XIX e primeira metade do século XX, isto é, durante o Império e início da República, a sociedade brasileira sofreu profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Contudo, essas mudanças não provocaram uma ruptura na violência instituída pelo patriarcado, pois não originaram uma nova estrutura de relações de gênero e, conseqüentemente, de poder e hierarquização dos padrões comportamentais e sociais conforme o sexo.

A sobrevivência do modelo de violência patriarcal, mesmo no período republicano, deveu-se ao suporte de dois fortes sistemas de crenças e valores: o católico e o positivista. Ambos concordavam sobre a permanência da ordem hierárquica de gênero patriarcal, ou seja, a manutenção da condição submissa da mulher e do lugar privilegiado do homem no espaço público e privado, monopolizando a violência. O Estado brasileiro foi conservadoramente influenciado por tais sistemas de crenças e, por isso, o uso da violência contra os corpos permaneceu.

Na ditadura militar, o prognóstico da violência na História brasileira experimentou sua apoteose. A interação entre patriarcado e autoritarismo originou um tipo de violência de gênero institucional legítima e marcada pela tortura. O poder institucional se exerce sobre o gênero como controle político e social, sob o manto do discurso da luta contra o “inimigo interno”. A definição desse inimigo era bastante elástica, incluindo desde indivíduos que apresentassem ideologias políticas contrárias àquela vigente e também comportamentos e papéis sociais incompatíveis com as definições patriarcais.

A prática da tortura foi resultado do compartilhamento de uma cultura política conservadora, autoritária e patriarcal. Ela constituiu um exercício legítimo do Estado militar, de caráter sistemático e massivo, incorporado às condutas e aos comportamentos dos agentes das Forças Armadas. A tortura transformou corpos em lugares de exercício de poder e controle social. O auge desse fato ocorreu durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, entre 1969 e 1974, quando o aparelho repressivo da ditadura atingiu sua configuração mais plena e a violência alcançou caráter manifesto de política de Estado – coordenada pelos órgãos e

agentes da comunidade de segurança e informação – .

Após a prisão, geralmente realizada de forma discricionária, homens e mulheres eram submetidos a práticas padronizadas de violência que tinham como objetivo produzir sofrimento físico, psíquico, moral e sexual. Apesar disso, a violência de gênero institucional operou de forma diferente contra homens e mulheres, porque a tortura baseou-se nas diferenciações e hierarquizações estabelecidas pelo patriarcado para machos e fêmeas. O feminino e o masculino foram diferentemente manipulados na execução das violações.

Observou-se que as hierarquias sociais e a estruturação da ordem de gênero e sexualidade refletiram diretamente na violência de gênero institucional praticada no contexto prisional. Desse modo, a tortura operou como ferramenta do machismo militar e configurou violência de gênero institucional ao recair sobre mulheres que ousavam desafiar o sistema político autoritário e, sobretudo, a ordem social e de gênero e sexualidade. Afastadas dos lugares femininos legitimados pelo patriarcado, as militantes presas sofreram toda sorte de abusos, sobretudo os de caráter sexual.

Constatou-se nesta pesquisa que a investigação histórica da violência de gênero institucional cometida durante a ditadura militar só foi possível graças a mudanças recentes no cenário jurídico-político do Brasil. Essas mudanças significaram a aprovação de medidas em favor da disponibilidade de arquivos documentais e orais, os quais portam a memória individual e a coletiva da sociedade brasileira. Portanto, torná-los disponíveis permitiu, entre outros avanços, deslindar as violações de direitos humanos cometidas em função do gênero e da sexualidade pelos governos militares e progredir na pesquisa histórica.

A abertura dos arquivos da ditadura militar ocorreu após um longo percurso assinalado por idas e vindas. As duas primeiras décadas posteriores à chamada transição democrática, após a aprovação da polêmica Lei de Anistia (1979), foram marcadas pelo tradicional comportamento conciliatório, que foi reproduzido nos primeiros governos da Nova República, e pelo tímido empenho desses governos na aprovação de medidas concretas em favor do direito à memória e à verdade. Notou-se que um avanço significativo se deu somente em 2009, durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, com a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas.

O Memórias Reveladas reuniu mais de 13 milhões de páginas de documentos do antigo

Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (SISNI) da ditadura militar, além de documentos de outros órgãos envolvidos na repressão e de indivíduos que se levantaram contra o Estado militar entre 1960 e 1980. As informações, inéditas, foram colocadas à disposição pública, o que significou o fomento das garantias básicas do Estado democrático no país – como o direito à informação – e o incentivo à pesquisa histórica.

Medidas verdadeiramente axiomáticas foram aprovadas somente em 2011, durante o governo da primeira presidenta do Brasil – e vítima da violência de gênero institucional da ditadura militar –, Dilma Vana Rousseff. Tais medidas foram a decretação da Lei de Acesso à Informação e a instalação da Comissão Nacional da Verdade. Elas significaram divisores de águas porque, finalmente, romperam com a ditadura do esquecimento, da confidencialidade e do silêncio – instalada pelos militares –, abrindo caminhos para a lembrança das violações praticadas no passado, para a construção de uma memória crítica em relação a tais eventos traumáticos e para a recuperação da verdade histórica.

Pode-se afirmar que a LAI inseriu o Brasil em um contexto internacional de medidas a favor da transparência governamental e da promoção dos direitos humanos. Por seu turno, a atuação da CNV deu real andamento à justiça de transição no país e o colocou no rol dos que criaram comissões da verdade para lidar com o legado das violações de direitos humanos perpetradas por governos militares. LAI e CNV foram marcos no fortalecimento da democracia e dos direitos humanos no Brasil.

Mereceu destaque, nesta investigação, a atuação do GT “Ditadura e Gênero”, que constituiu o grande diferencial da CNV. O grupo se empenhou em investigar como a violência institucional militar operou frente às desigualdades sociais de gênero e sexualidade, através da análise de arquivos e da realização de entrevistas, cujos produtos foram submetidos às operações da História Oral. Os trabalhos desse GT romperam com a tirania do político e com a tendência de reduzir as questões relacionadas ao gênero e à sexualidade à condição de sub-fenômenos.

As memórias das ex-militantes, vindas à tona por meio das entrevistas, mostraram que a presença feminina ocorreu em diversas formas de resistência à ditadura militar, corrompendo a ordem política vigente e os lugares tradicionais destinados ao feminino na ordem social de gênero. Por meio das narrativas, ficou evidente de que modo as ex-militantes se tornaram “merecedoras” da violência de gênero do Estado militar e tiveram seus corpos transformados

em lugar de batalha, que precisavam ser punidos, disciplinados, docilizados. A recuperação da trajetória de vida dessas mulheres possibilitou explorar questões relevantes, como as representações que os militares compartilhavam sobre o papel da mulher na sociedade brasileira e sobre a punição devida às que pervertessem tal papel.

Os trabalhos da CNV estimularam a criação de outras comissões da verdade, inclusive nas universidades. A principal descoberta feita pelas comissões universitárias, em foco nesta pesquisa, foi a instalação sigilosa das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), mais tarde Assessorias de Segurança e Informação (ASI), nos *campi* a partir do ano de 1971, durante o governo do general Emílio Médici.

Os conjuntos documentais das AESI/ASI, localizados pelas comissões universitárias, mostraram que essas agências eram oficialmente apresentadas como responsáveis por alimentar, com informações, os órgãos repressivos do governo. Contudo, na prática, elas atuavam como ferramentas da comunidade de segurança e informação, sendo diretamente responsáveis por violações contra os direitos humanos de membros das comunidades universitárias. Em foco nesta pesquisa, viu-se que a Comissão da Verdade da UFES investigou os fatos que marcaram o cotidiano universitário capixaba através da criação do GT Acervo, que recuperou mais de mil páginas de documentos produzidos pela AESI/UFES, e do GT Entrevista, que coletou as memórias de membros da comunidade acadêmica vítimas da violência militar – as quais foram submetidas à metodologia da História Oral.

As fontes resgatadas permitiram observar questões centrais, como a extensão e o modo de ação da rede de monitoramento criada por Alberto Monteiro, chefe da AESI/UFES; as representações partilhadas entre os militares sobre os universitários, subversores da ordem política, da moral e da hierarquia social e de gênero; as quatro ondas repressivas que atingiram a UFES durante a ditadura; as violações de gênero institucionais praticadas contra ex-militantes da Universidade durante os anos de chumbo, sobretudo as mulheres.

Sobre as ondas repressivas que atingiram a UFES, constatou-se que cada uma delas apresentou características próprias, em consonância com a política nacional dos militares para as universidades. Na primeira onda, entre 1964 e 1967, observou-se o empenho em expurgar possíveis inimigos políticos por meio da “Operação Limpeza”, que provocou a exoneração do reitor capixaba e a prisão de professores e estudantes, e das Comissões de Inquérito Administrativo, que investigavam a prática de crimes contra o Estado e a ordem social. Na

segunda onda, entre 1968 e 1969, no bojo da imposição do Ato Institucional n.º 5 e do Decreto n.º 477, houve a abertura de inúmeros Inquéritos Policiais Militares e prisões marcadas por violações contra os direitos humanos.

A terceira onda repressiva teve início no fim de 1969, com a posse do general Emílio Garrastazu Médici na presidência da República. A chegada de Médici ao poder simbolizou o início da mais intensa onda repressiva nas universidades. Prova disso foi a criação das AESI nos *campi*, a partir de 1971. Conforme destacado, as AESI atuaram como braços da comunidade de segurança e informação do governo. Na UFES, a agência teve forte influência nas ações de desmantelamento da chamada “Ala Vermelha” do PC do B, as quais desembocaram em prisões assinaladas por violência de gênero institucional e violações de direitos humanos.

A quarta e última onda repressiva na UFES ocorreu entre os anos de 1977 e 1983, no cenário dos anos de chumbo, e foi marcada pela continuidade das atividades da AESI, no monitoramento e tentativa de evitar qualquer rearticulação do Movimento Estudantil no *campus*. Como se viu, o responsável pela agência capixaba, Alberto Monteiro, continuou as atividades mesmo após o fechamento do órgão, em 1979, até o ano de 1983, com a posse e o sigilo dos documentos produzidos pela AESI/UFES.

O enfoque desta pesquisa recaiu sobre a violência de gênero institucional praticada pelos agentes do governo militar contra as ex-militantes da UFES, sistematicamente, durante os anos de chumbo e a terceira onda repressiva no *campus* capixaba – entre 1969 e 1973 –. A análise desse objeto foi possível graças aos trabalhos de entrevista realizados pela Comissão da Verdade UFES, os quais permitiram o resgate da memória de algumas dessas mulheres. As narrativas permitiram compreender as características das violações de gênero institucionais ocorridas no momento da prisão e no período sob custódia dos militares.

A interpretação das fontes indicou que essas violações incluíam sevícias físicas, psicológicas, morais, obstétricas e sexuais. As ameaças de estupro eram comuns, assim como a pressão para manterem-se nuas na frente de oficiais; a obrigação de utilizarem o banheiro na presença de agentes militares; a ameaça sofrida com animais, como cachorros e cobras; a violência física na forma de golpes nos seios e na vagina; o sequestro dos corpos e a transformação deles em lugares de abusos e deleite. Torturar uma mulher nua e ameaçá-la de estupro ou outras violações sexuais significou torturar duplamente, uma vez que a intimidade do corpo

feminino foi escancarada ao escárnio, ao abuso, à violência.

Na ótica patriarcal dos agentes militares, essas mulheres cometiam um crime contra a ordem política e, também, contra a ordem de gênero. A característica fundamental da violência gênero institucional dos militares é que tal prática não esteve ligada a atitudes de fazer sofrer ou aniquilar um outro indivíduo considerado igual ou visto nas mesmas condições de existência e valor que seu perpetrador. A centralidade das ações violentas incidiu sobre a alteridade do feminino, nesse caso humilhando-o e violentando-o sexualmente. O sentimento do homem militar em relação à mulher presa é sintetizado na frase ecoada a todo momento no cárcere: “Mulher presa pra mim é homem”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Juan de Assis. Antecedentes, Registros históricos, dados e resultados da Comissão da Verdade na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. In: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Comissão da verdade da UFRN: relatório final*. Natal: Ed. da UFRN, 2015.

_____. Memória, universidade, cidadania e constituição na era das comissões da verdade: elucubrações comparativas a partir da vida e obra da Família Kucinski. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia*. Brasília, 2017.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEISS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil*, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 329-340, 2014.

ALVES, Roosevelt Rodrigues. Família patriarcal e nuclear: conceito, características e transformações. *Anais do 2.º Seminário de Pesquisa da Pós-graduação em História UFG/UCC*. Goiânia: V. 2. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/113/o/IISPHist09_RoosembergAlves.pdf. Acesso em: 26 mai. 2019.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Report on Allegations of Torture in Brazil*. Nottingham: Russell Press, 1972.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Eles nos tratam como animais*. Tortura e maus tratos no Brasil: desumanização e impunidade no sistema da Justiça Criminal. Londres: Anistia Internacional, 2001.

AQUINO, Maria Aparecida de, MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi e SWENSSON JR, Walter Cruz. (orgs.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 200.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE (Org.) BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, p. 45-77, 1997.

_____. A ferro e fogo: formas de violência no Brasil colonial. IN: CANCELLI, Elizabeth (Org.). *Histórias de violência, crime e lei no Brasil*. Brasília, DF: UnB, p. 11-76, 2004.

ARAÚJO, Maria Paula. Uma História Oral da Anistia no Brasil: memória, testemunho e

superação. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla Simone; ARAUJO, Maria Paula. (Org.) *Marcas da memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Recife: Editora UFPE, 2012.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectivas, 1997.

_____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1994, p. 7.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. São Paulo, Projeto A, t. 6 v. 12, 1985.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Nações Unidas: Paris, 1948.

ATHAYDES, Ramilles Grassi. *Documentando a subversão: a reorganização do movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo (1976-1978)*. 2016. 190f f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016

AVELAR, Idelber. Revisões da masculinidade sob ditadura: Gabeira, Caio e Noll. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 43, p. 49-68, 2014.

AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres espancadas. A violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985.

AZZI, Riolando. Famílias e valores no pensamento brasileiro (1870-1950): um enfoque histórico. In: RIBEIRO, Ivete (Org.). *Sociedade brasileira contemporânea: famílias e valores*. São Paulo: Loyola, 1987.

BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (comp.). *Las Laurencias. Violencia sexual y de género en el terrorismo de Estado uruguayo*. Montevideo: Trilce, 2012.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

BATISTA, Carmem Lúcia. Informação pública: controle, segredo e direito de acesso. *Intexto*, Porto Alegre, n. 26, 2012.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. Tortura no Brasil, uma herança maldita. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenação Geral de Combate à Tortura (Org.). *Tortura*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BODELÓN, Encarna. Violencia institucional y violencia de género. *Revista de la Universidad de Granada*. Anales de la Cátedra Francisco Suárez, v. 48, p. 131-155, 2015.

BORGES, Rosa Maria Zaia; DA SILVA, Simone Schuck; ALBUQUERQUE, Laura Gigante. Crimes sexuais na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): perspectivas da violência institucional e de gênero. *Sistema Penal & Violência*, v. 8, n. 1, p. 3-15, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

BURKE, Peter. Violência urbana e civilização. *Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial*. São Paulo, v. 12, p. 1-8, 1995.

CABRAL, F.; DÍAZ, M. Relações de gênero. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. *Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar*. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona, p. 142- 150, 1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARVALHO-BARRETO, André et al. Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 22, n. 1, 2009.

CASTRO, Jeferson Martins de. *O habitus militar e as práticas da tortura na ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CATELA, Ludmila da Silva. Do segredo à verdade. Processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e na Argentina. In: TELES, Janaina; TELES, Edson; SANTOS, Cecilia M. (Org.). *Desarquivando a ditadura*. Memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.

CENTODUCATTE, Reinaldo. Que prevaleça a verdade. Sempre. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). *Relatório da Comissão da Verdade* – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: Ufes/Supecc, 2016.

CHAUÍ, M. A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo. *Cadernos de Literatura e Ensaio, Brasiliense*, n. 11, p.16- 24, 1980.

_____. CHAUI, Marilena. Ética e violência. *Teoria e Debate*, v. 39, p. 33-34, 1998.

COIMBRA, Cecilia Maria Bouças. Tortura no Brasil como herança cultural dos períodos autoritários. *Revista CEJ*, v. 5, n. 14, p. 10-13, 2001.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

Convenção de Belém do Pará. Belém do Pará: 9 jun. 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 1 de nov. de 2020.

COMPARATO, Fábio Konder. *A tortura no direito internacional*. Brasília: SEDH/Coordenação Geral de Combate à Tortura, v. 1, 2010.

COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil*. Lisboa: Edição Cosmos, 1998.

D'AVILA NETO, Maria Inácia. *O autoritarismo e a mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil*. Rio de Janeiro: Achomé, 1980.

DECLARAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÃO DE VIENA – *Conferência mundial sobre e direitos humanos*. Viena: 14-25 de jun. de 1993.

Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>>. Acesso em: 1 de nov. de 2020.

DE ÂNGELO, Vitor Amorim. Quem tem documentos sobre a ditadura? Uma análise da legislação e das iniciativas governamentais. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 11, n. 21, p. 199-234, 2012.

DE CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DE MELLO, Felipe Corrêa; BACCEGA, Maria Aparecida. Imprensa e discurso histórico: a Comissão Nacional da Verdade na Folha de S. Paulo e no Estado de S. Paulo. *Comunicação & Educação*, v. 20, n. 1, p. 105-116, 2015.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Memórias Silenciadas*: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo – DOPS/ES (1930-1985). Vitória: GM Editora; APEES, 2012.

_____. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 295-316, 2013.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. Londrina: *Antíteses*, vol. 2, n. 4, p. 831-856, jul./dez. 2009.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*: histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, v. 28, n. 47, p. 43-59, 2012.

FONTANA, Josep. *Introdução ao estudo da história geral*. Bauru, SP: Edusc, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Eliana; RAMALHO, Lúcia. A política de acesso do Aperj ao acervo Dops. *Arquivo & História*, n. 3, 1997.

GAGNEBIN, J. M. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GIACOMINI, Sonia M. *Mulher escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GIDDENS, Anthony. *O Estado-nação e a violência*. Segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: Edusp, 2001.

GIENSEN, Bernard. Sobre héroes, víctimas y perpetradores. *Puentes*, Buenos Aires, ano 2, n. 5, 2001.

GIFFIN, Karen. Violência de Gênero, sexualidade e saúde. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): p. 146-155, 1994.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 293 -313.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: TELES, Edson; SAFLATLE, Vladimir Pinheiro (orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2015.

GRUENBERG, Christian. Identificando posibles puntos de entrada para una alianza entre las estrategias de Derechos Humanos y Anti-Corrupción. *The International Council on Human Rights Policy*, p. 1-47, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HEYMANN, Luciana. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 15-43.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

JARDIM, J. M. A Lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB. *Anais do 13 Encontro Nacional de pesquisa em ciência da informação*, Rio de Janeiro: ENANCIB, p. 1-21, 2012.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

JOFFILY, Mariana. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. *Revista Estudos Históricos*, v. 25, n. 49, p. 129-148, 2012.

_____. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: EDUSP, 2012.

KAUFMAN M. Las experiencias contradictorias del poder entre los hombres, pp. 63-81. In T Valdés & J Olavarría (eds.). *Masculindades: poder e crisis*. Ediciones de las Mujeres. Santiago: Isis Internacional, 1997.

LIMA, Lana Lage da Gama. Penitentes e solicitantes: gênero, etnia e poder no Brasil colonial. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Org.). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes; PPGHIS, 2006.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? *Série Antropológica*, n. 284, Brasília, p. 2-19, 2000.

MAIA, Luciano Mariz. Tortura no Brasil: A Banalidade do Mal. In: LYRA, Rubens Pinto (Org.). *Direitos Humanos: os desafios do século XXI. Uma abordagem interdisciplinar*. Brasília: Jurídica, 2002.

MALISKA, Marcos Augusto. Max Weber e o estado racional moderno. *Revista Eletrônica do CEJUR*, v. 1, n. 1, 2006.

MANTILLA, Julissa. La experiencia de la Comisión de la Verdad y Reconciliación del Perú. In: SONDERÉGUER, María; CORREA, Violeta (comp.). *Violencia de género en el terrorismo de Estado: políticas de memoria, justicia y reparación*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 4, p. 7- 23, 1999.

MORGANTE, Mirela Marin. *"Se você não for minha, não será de mais ninguém": as denúncias registradas na DEAM/Vitória-ES (2002-2010)*. Vitória: Milfontes, 2019.

_____; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. *Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH*, Rio de Janeiro, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. *Revista Acervo*, v. 21, n. 2, p. 43-66, jul/dez 2008a.

_____. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, p. 30-67, 2008b.

MULLER, Angélica; FAGUNDES, Pedro Ernesto. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos *campi* durante a ditadura militar. *Ciência e Cultura*, v. 66, n. 4, p. 44-47, 2014.

NADER et al. A violência contra as mulheres em Vitória (ES): caminhos para a compreensão

e enfrentamento do problema. In: FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva; RODRIGUES, Alessandro; MONZELI, Gustavo. *A política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa*. Vitória: Edufes, 2016.

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. *Dimensões*, n. 14, 2002.

_____. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. Vitória: Edufes, 2001.

_____. Poder, violência e silêncio: uma questão de gênero. In: NADER, M. B. *Gênero e racismo: múltiplos olhares*. Vitória: Edufes, p. 96-119, 2014.

_____. Violência sutil contra a mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Org.). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes; PPGHIS, 2006.

NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEN, Ruben. *Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

PAES, Eneida B. A construção da lei de acesso à informação pública no Brasil: desafios na implementação de seus princípios. *Revista do Serviço Público*, v. 62, n. 4, p. 407-423, 2011.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Vaz. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PEDRO, Joana Maria, WOLFF, Cristina Sheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas da militância feminina: desvelando relações hierárquicas de gênero. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira. *Modernização e repressão: os impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974)*. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. *Arquivos, memória e justiça: Gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31152>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

PEREIRA, Valter Pires et al. *Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe*

de 1964 no Espírito Santo. Vitória: Flor & Cultura, 2005.

PERRUSO, Camila Akemi; OLIVEIRA, Fernanda Fernandes de; JUBILUT, Liliana Lyra; ZYLBERSZTAJN, Joana. *Coleção "Cartilhas sobre Direitos Humanos"*. Gênero e Direitos Humanos. São Paulo: Centro de Direitos Humanos, 2005.

PIMENTA, João Paulo Garrido. Os arquivos do DEOPS-SP: nota preliminar. *Revista de História*, São Paulo, v. 132, p. 149-154, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

QUADRAT, Samantha Viz. Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas. In: ARAUJO, Maria Paula, FICO, Carlos, GRIN, Monica. *Violência na História: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

QUINTANEIRO, Tania. A construção da feminilidade. In: *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajadores do século XIX*. Petrópolis: Vozes, p. 151-178, 1995.

RIBEIRO, Vagno Batista. PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo. CATARINO, Elisângela Maura. Confabulação sobre Análise de Conteúdo como Técnica de Análise da História Oral. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, Ed. 01, Vol. 02, 2020. pp. 57-68. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/analise-de-conteudo>.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RIO DE JANEIRO, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Os Arquivos das polícias políticas: reflexos de nossa história contemporânea*. Rio de Janeiro: Faperj, 1994.

RODLEY, Nigel. *Um relato contra a tortura*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely. *Violência de Gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Shana Marques Prado dos. *Tratamento de arquivo de direitos humanos na América*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

SAPRIZA, Graciela. Memorias del cuerpo. In: ANDÚJAR, Andrea; DOMÍNGUEZ, Nora; RODRÍGUEZ, María Inés. *Historia, género y política en los 70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Crimes do Estado e justiça de transição. *Revista Sistema Penal & Violência*, v. 2. n. 2, 2010.

STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook e na Folha. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 3, p. 679-690, 2016.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. O que é Violência contra a Mulher. São Paulo: Brasiliense, 2002.

TORELLY, Marcelo D. *Justiça Transicional, memória social e senso comum democrático: notas conceituais e contextualização do caso brasileiro*. Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia. Portugal: Universidade de Coimbra, p. 102-121, 2010.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, v. 24, p. 127-152, 2005.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. v. 1. Brasília: UnB, 1999.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Ato Institucional n.º 1, de 8 de abril de 1964. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 8 de abril de 1964. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 11 ago. 2020.

_____. Ato Institucional n.º 5, de 13 de abril de 1968. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 13 de dezembro de 1968. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 14 jan. 2018.

_____. Código criminal do Império. *Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça*, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1830. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 26 mai. 2018.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em 23 mai. 2018.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 29 mai. 2019.

_____. Constituição política do Império. *Secretaria de Estado dos Negócios do Império*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1824. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 25 mai. 2018.

_____. Decreto n.º 477, de 26 de fevereiro de 1969. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 26 de fevereiro de 1969. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm>. Acesso em: 21 set. 2019.

_____. Decreto n.º 2.134. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 24 de janeiro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2134.htm>. Acesso em: 2 mai. 2018.

_____. Decreto n.º 4.553. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 27 de dezembro de 2002. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4553.htm>. Acesso em: 23 abr. 2018.

_____. Decreto n.º 5.301. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 9 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5301.htm>. Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. Lei n.º 5.584. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 18 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. Lei n.º 6.683. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 28 de agosto de

1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 7 jun. 2018.

_____. Lei n.º 8.159. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 14 jan. 2018.

_____. Lei n.º 9.140. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 4 de dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm>. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____. Lei n.º 9.455. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 7 de abril de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19455.htm>. Acesso em: 25 fev. 2018.

_____. Lei n.º 10.559. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 13 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110559.htm>. Acesso em: 20 mai. 2018.

_____. Lei n.º 11.111. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 5 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111111.htm>. Acesso em: 18 fev. 2018.

_____. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 30 mai. 2018.

_____. Lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em: 30 mai. 2018.

_____. Medida Provisória n.º 228. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 9 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Mpv/228.htm>. Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. Portaria do MEC n.º 10-BSB, de 18 de janeiro de 1971. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 19 de janeiro de 1971. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2892873/pg-45-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-01-1971/pdfView>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

_____. Portaria n.º 21. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 21 de fevereiro de 2005. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/historico>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

_____. Portaria n. 204. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 13 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/portarias-federais/137-portaria-n-204,-de-13-de-maio-de-2009>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Portaria do reitor n. 478/2013. *Reitoria*, Vitória, ES, 27 de fevereiro de 2013.

FONTES PRIMÁRIAS

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Curriculum*

vitae de Alberto Monteiro. *ADESG/ES*, Vitória, ES, 1970.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. (Org.). *Relatório da Comissão da Verdade* – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: Ufes/Supecc, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6768/1/Livro%20Comissao%20da%20Verdade%20%20web.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2019.

Depoimento de Miriam Azevedo de Almeida Leitão. In: CUNHA, Luiz Claudio. A repórter pergunta, o ministro gagueja. *Portal Observatório da Imprensa*. São Paulo, ago. 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-dacidadania/_ed812_a_reporter_pergunta_o_ministro_gagueja/>. Acesso em: 9 jul. 2020.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria et al. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Laura Maria da Silva Coutinho. Entrevista. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto. (Org.). *Relatório da Comissão da Verdade* – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: Ufes/Supecc, 2016.

LIMA, Gabriela Rodrigues. *Memória, gênero e política: a militância das estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo contra a ditadura militar (1969-1972)*. 2017. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

Jorge Armando Félix. Entrevista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2004.

Painel. LEITÃO, Matheus. *Em nome dos pais*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

Ministério da Defesa. Nota do Centro de Comunicação Social do Exército. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 out. 2004. Caderno da Redação.